



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JOSÉ CLEUDO GOMES

**DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO E CIDADANIA LGBT: UMA
ANÁLISE DAS AÇÕES DO PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA
EM JOÃO PESSOA/PB**

João Pessoa
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JOSÉ CLEUDO GOMES

**DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO E CIDADANIA LGBT: UMA
ANÁLISE DAS AÇÕES DO PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA
EM JOÃO PESSOA/PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba como cumprimento de requisito para obtenção do título de Mestre na Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais, sob a orientação da professora Dr^a Maria de Nazaré Tavares Zenaide

João Pessoa
2016

G633d Gomes, José Cleudo.

Direitos humanos, educação e cidadania LGBT: uma análise das ações do Programa Brasil sem Homofobia em João Pessoa-PB / José Cleudo Gomes. – João Pessoa, 2016.

145f.

Orientadora: Maria de Nazaré Tavares Zenaide
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CE

1. Direitos humanos. 2. Brasil sem homofobia. 3. Políticas educacionais. 4. Movimento LGBT. 5. Cidadania.

UFPB/BC

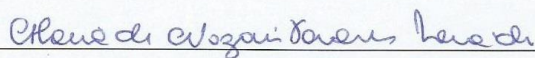
CDU: 342.7(043)

JOSÉ CLEUDO GOMES

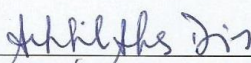
**DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO E CIDADANIA LGBT:
UMA ANÁLISE DAS AÇÕES DO PROGRAMA BRASIL SEM
HOMOFOBIA EM JOÃO PESSOA/PB**

Aprovada em: 23 / 02 / 2016

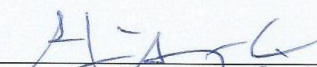
BANCA EXAMINADORA



Prof^ª Dr^ª. Maria de Nazaré Tavares Zenaide
Orientadora (PPGE/UFPB)



Prof^ª Dr^ª. Adelaide Alves Dias
Examinadora Interna (PPGE/UFPB)



Prof./Dr. Adriano de Azevedo Gomes de Léon
Examinador Externo (PPGS/UFPB)

À audaciosa *militância do Movimento LGBT Brasileiro* que teve coragem, alegria e ousadia de acreditar que outro país era possível, que um dia teriam políticas públicas para os que ousam assumir uma orientação sexual e identidade de gênero que difere do padrão pré-estabelecido e que fizeram de suas vidas, um cotidiano ato político contra o machismo, o sexismo e a homofobia.

AGRADECIMENTOS

O caminho foi árduo, repleto de escolhas e renúncias, limites e superações, por isso o sentimento de gratidão é algo que permeia a minha vida. Agradeço a espiritualidade que me guia e que conspira para o surgimento de pessoas tão significativas neste importante momento de minha vida.

À minha mãe, *Francisca das Chagas Gomes (In Memoriam)*, que não teve a oportunidade de desfrutar deste momento comigo, mas que de alguma forma, sempre esteve ao meu lado, o meu eterno agradecimento e sentimento de amor por ti.

À minha irmã *Gabriela Gomes*, pela paciência e dedicação durante a escrita da dissertação, pois no seu silêncio do dia a dia, eu entendia que você compreendia a importância da educação em minha vida.

À minha irmã *Claudia Gomes*, aos meus sobrinhos *Gabriel Gomes*, *Vitória Gomes* e o pequeno *Caio César*, pela torcida e compreensão de minha ausência nestes últimos meses, em virtude do mestrado.

À minha orientadora, a professora *Dr^a Maria de Nazaré Tavares Zenaide*, pela sua prática como educadora, dentro e fora da universidade, com a qual aprendi o significado da educação em direitos humanos, ainda nas rodas de diálogos do MEL.

À professora *Dr^a. Adelaide Alves Dias* e ao professor *Dr. Adriano de Azevedo Gomes de Léon*, pela gentileza de compor a banca de defesa deste trabalho e pelas importantes contribuições e reflexões para o seu aperfeiçoamento durante a qualificação.

Às professoras Doutoras: *Lúcia Nunes*, *Elizete Carvalho*, *Adelaide Dias*, *Janine Rodrigues* e ao professor *Dr. Wilson Aragão* pelas discussões e aprendizado durante as disciplinas no Programa de Pós Graduação em Educação da UFPB.

Ao professor *Dr. Fernando César Bezerra de Andrade*, que ainda na graduação me mostrou que devia dar continuidade à pesquisa, me incentivando a ingressar no mestrado.

À professora *Dr^a Rita de Cássia Cavalcanti Porto* e ao Grupo de Estudos e Pesquisas da Pedagogia Paulo Freire (GEPPF), pelo acolhimento, estudos e troca de informações durante o processo de escrita da dissertação.

À professora *Dr^a Ana Paula Romão*, pela acolhida e estímulo durante o Estágio Docência na turma de Pedagogia, do Centro de Educação.

Aos militantes *Luciano Vieira* e *Fernanda Benvenutty* pelas entrevistas que abrilhantaram este trabalho e pelo convívio repleto de aprendizado mútuo ao longo desses anos na defesa dos direitos da população LGBT.

A *Alcemir Freire e Simone Cavalcante*, ex-assessores do Governo Municipal, pela disponibilidade em concedermos entrevistas para traçamos o percurso das ações desenvolvidas em João Pessoa para promoção da cidadania LGBT.

Aos que colaboraram, disponibilizando documentos e informações para análise de dados desta pesquisa: *Irene Marinheiro e Isabella Alencar*, do Centro da Mulher 8 de Março; *Ivanilda Gentle e Valéria Guimarães*, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB); *Roberto Maia e Adeilson Félix*, da Coordenadoria Municipal de Promoção à Cidadania LGBT de João Pessoa; *Lúcia Guerra*, do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB.

Ao pesquisador *Thiago Oliveira*, pela gentileza e prontidão em compartilhar seus escritos sobre a história do Movimento LGBT da Paraíba.

À professora *Rosângela Santos*, pela sua generosidade e trabalho de revisão técnica e cuidadosa.

Ao ativista *Toni Reis*, por sua militância pelos direitos da população LGBT, socialização de sua tese de doutorado e documentos sobre o tema desta pesquisa.

Ao professor *José Baptista de Mello Neto*, pela troca de experiências, diálogos e envio de artigos acadêmicos para aprimorar o estudo sobre a temática.

À *Douraci Vieira*, pelo pioneirismo em promover os direitos humanos e a cidadania LGBT em João Pessoa, a partir da criação da Assessoria de Políticas Públicas para a Diversidade Humana no Governo Municipal.

À *Giucélia Figueiredo*, com quem partilhei a ousadia de instituir a primeira legislação do uso do nome social das travestis e transexuais no Governo da Paraíba.

À amiga *Eliene Antunes*, por todos os momentos de convivência nesses anos de amizade, pelo seu carinho, cumplicidade e presença insubstituível em minha trajetória acadêmica.

À amiga *Fernanda Barbosa*, pela sua amizade, alegria e apoio nos momentos de desabafos, agonias, risos e incentivo em continuar na universidade.

Aos amigos professores *Luciano Silva e Marconi José Pequeno* pela leitura e revisão do meu projeto de pesquisa, com dicas preciosas para redefinição do objeto de estudo.

Às amigas *Hildevânia Macêdo, Rozângela Silva* e ao amigo *Renildo Moraes* que foram fantásticos na banca simulada que criamos na casa de Rosinha, com muito café, bolo, risos e conversas que trouxeram bons fluidos na seleção do mestrado.

Ao amigo *Maxwell Castelo Branco*, pelo aprendizado, militância e amizade por todos esses anos na defesa dos direitos humanos e incentivo para que eu pudesse ir sempre além.

À amiga *Vivianne Sousa*, pelo carinho e essa amizade linda e sincera que temos, além de sua alegria cativante.

Aos amigos *Adailson Régis e Matheus Firmino* pela torcida, respeito mútuo e ideais que nos une.

À amiga *Raisa Albuquerque*, pelas contribuições e troca de conhecimento durante todo o mestrado, uma amizade que vem desde a graduação em Pedagogia.

Aos colegas da turma 34 do mestrado, pelas conversas, risadas e pelos momentos maravilhosos que passamos juntos durante as aulas, especialmente, a *Sawana Araújo* e a *Roberta Alencar*, que nos tornamos confidentes e criamos laços de amizade que ultrapassaram os corredores do PPGE.

Aos inúmeros amigos e amigas que torceram pelo meu êxito no Mestrado em Educação, mesmo com a distância que mantivemos nos últimos meses, em virtude da pesquisa, mas que eu sabia e recebia a energia e o carinho de vocês.

À equipe da Secretaria do PPGE, em especial ao servidor *Samuel Rocha*, pela sua dedicação ao trabalho e colaboração prestativa aos discentes, indispensável durante minha passagem pelo programa.

A Coordenação do PPGE, pela atenção e pelo pronto atendimento as nossas solicitações, contribuindo assim para o nosso bom andamento no programa.

Por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão da bolsa de mestrado e apoio financeiro para realização desta pesquisa.

GOMES, José Cleudo. **Direitos Humanos, Educação e Cidadania LGBT: uma análise das ações do Programa Brasil sem Homofobia em João Pessoa/PB.** (Dissertação – Mestrado em Educação). João Pessoa: Programa de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal da Paraíba, 2016. 145p.

RESUMO

O Brasil vive uma fase de reconhecimento dos direitos humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), um segmento da população brasileira que historicamente foi colocado à margem da sociedade, segregados das ações do Estado e discriminado tanto na esfera privada quanto na pública. O foco deste estudo foi o Brasil sem Homofobia (BSH): Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual, lançado em 2004, pelo Governo Federal. O programa contou a participação direta de militantes do movimento social e do governo em sua elaboração. A perspectiva desta pesquisa foi de analisar as ações implementadas pelo Programa Brasil sem Homofobia no município de João Pessoa, a partir da sua transversalidade com as políticas públicas e das interfaces com o movimento LGBT. Com isso, analisamos as ações educacionais que foram implementadas na cidade, seja pela gestão pública municipal, pelas instituições de ensino superior e/ou por organizações não governamentais. O lócus da pesquisa foi o município de João Pessoa, na Paraíba, porém, identificamos que algumas ações beneficiaram participantes de outros municípios, ainda que executadas na capital. A pesquisa constituiu um estudo qualitativo, tendo como ponto de partida o levantamento bibliográfico e a revisão de literatura da produção acadêmica sobre o tema; autores que teorizam sobre o movimento homossexual e as políticas educacionais constituem seu suporte teórico. Em seguida, foi realizada uma análise documental do Programa Brasil sem Homofobia (2004); do Caderno SECAD 4: Gênero e Diversidade Sexual na Escola (2007); dos Programas Nacionais de Direitos Humanos (1996, 2002, 2009); do Plano Nacional de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (2009) e dos relatórios, publicações, cartilhas e folders produzidos no âmbito local pelas instituições do poder público e da sociedade civil que implementaram ações na cidade de João Pessoa após o lançamento do BSH, no período de 2004 a 2009. Realizamos entrevistas semiestruturadas com militantes das entidades LGBT e militantes, assessores e/ou coordenadoras de projetos de políticas para LGBT e/ou de extensão universitária. Por fim, percebemos que as políticas públicas elaboradas e executadas para a população LGBT no Brasil são contemporâneas ao nosso tempo, conquistadas a partir da mobilização do Movimento LGBT.

Palavras-chave: Direitos humanos. Brasil sem homofobia. Políticas educacionais. Movimento LGBT. Cidadania.

GOMES, José Cleudo. **Human Rightst, Education and LGBT Citizenship**: an analysis of actions by Program Brasil Sem Homofobia in João Pessoa, Paraíba. Master Dissertation. João Pessoa. Program of Post-graduation in Education. Federal University of Paraíba: 2016. 145p.

ABSTRACT

Brazil have been experiencing a reconnaissance phase of the human rights of Lesbian, Gay, Bisexual and Transsexuals (LGBT), a segment of the population that has historically placed the margins of society, segregated from state actions and discriminated both in the private and public spheres. The focus of this study was to “Brasil Sem Homofobia (BSH): Program to Combat Violence and Discrimination against LGBT and Promotion of Homosexual Citizenship”, released in 2004 by the federal government. The program also included the direct participation of activists of the social movement and the government in its preparation. The perspective of this research was to analyze the actions implemented by Brasil Sem Homofobia program in the municipality of João Pessoa, from its transversality with public policies and interfaces to the LGBT movement. Thus, we analyzed the educational activities that have been implemented in this municipality, either by municipal public management as by higher education institutions and/or non-governmental organizations. The locus of the research was the city of João Pessoa, Paraíba, however, was identified that some actions benefited participants from other municipalities, although executed in the capital. The research was a qualitative study, taking as its starting point the bibliographical study and the literature review of academic publications related to the subject; authors who theorize about the LGBT movement and educational policies are its theoretical support. Then was performed a documentary analysis of the Brasil sem Homofobia (2004), Cadernos SECAD 4: Gender and Sexual Diversity in School (2007); Brazilian National Program of Human Rights (1996, 2002, 2009); the National Human Rights and Citizenship LGBT Plan (2009) and reports, publications, booklets and brochures produced locally by the institutions of government and civil society that have implemented actions in João Pessoa after the release of BSH between 2004 and 2009. We conducted semi-structured interviews with activists of LGBT organizations and activists, advisors and / or coordinating policies for LGBT projects and/or university extension. Finally, we noticed that public policies developed and implemented for the LGBT population in Brazil are contemporary to our times, conquered from the mobilization of the LGBT movement.

Keywords: Human rights. Brasil sem homofobia. Education policies. LGBT movement. Citizenship.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Foto do Seminário Inclusão Social – Direito à Diversidade Sexual 95
- Figura 2** – Foto do Seminário de Cidadania e Direitos Humanos de LGBT..... 122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Projetos e Ações realizadas, a partir do BSH em João Pessoa	97
Quadro 2 – Resoluções das Instituições de Ensino Superior da Paraíba	123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
AHCG	Associação de Homossexuais de Campina Grande
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AMAZONA	Associação de Prevenção à AIDS
ANTRA	Articulação Nacional das Travestis e Transexuais
ASTRAPA	Associação das Travestis da Paraíba
BEMFAM	Bem Estar Familiar do Brasil
BSH	Brasil sem Homofobia
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CEB	Comunidades Eclesiais de Bases
CEFET	Centro de Educação Federal de Educação Tecnológica da Paraíba
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CF	Constituição Federal
CID	Classificação Internacional de Doenças
CM8M	Centro da Mulher 8 de Março
CMP	Central dos Movimentos Populares
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNCD	Conselho Nacional de Combate à Discriminação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CONEB	Conferência Nacional de Educação Básica
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CORAL	Convergência do Orgulho Rosa, Azul e Lilás de Sapé
CPEDH	Comitê Paraibano de Educação em Direitos Humanos
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EBGLT	Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis
EBHO	Encontro Brasileiro de Homossexuais
EGHO	Encontro de Grupos Homossexuais Organizados
EGHON	Encontro de Grupos Homossexuais do Nordeste
EJA	Educação de Jovens e Adultos

ENTLAIDS	Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que atuam na Luta contra a AIDS
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FLH	Frente de Libertação Homossexual
GATHO	Grupo de Atuação Homossexual de Recife/Olinda
GDE	Gênero e Diversidade na Escola
GGB	Grupo Gay da Bahia
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
GLT	Gays, Lésbicas e Travestis
GMMQ	Grupo de Mulheres Maria Quitéria
GVP	Gayreiros do Vale do Paraíba
HSH	Homens que fazem sexo com Homens
IES	Instituição de Ensino Superior
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MEC	Ministério da Educação
MEL	Movimento do Espírito Lilás
MELICA	Movimento do Espírito Lilás de Cajazeiras
MGL	Movimento de Gays e Lésbicas
MHB	Movimento Homossexual Brasileiro
MHOCA	Movimento Homossexual de Cabedelo
MNDH	Movimento Nacional de Direitos Humanos
MOVBI	Movimento de Bissexuais da Paraíba
MSM	Mulheres que fazem sexo com Mulheres
NCDH	Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos
NIPAM	Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero
NRDHCH	Núcleo de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual
OEA	Organização dos Estados Americanos
OGU	Orçamento Geral da União
OMS	Organização Mundial da Saúde

ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PMJP	Prefeitura Municipal de João Pessoa
PN DST/AIDS	Programa Nacional de DST/AIDS
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEDH	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
PPA	Plano Plurianual
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PRAC	Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários
PROBEX	Programa de Bolsas de Extensão
PROLICEN	Projeto de Iniciação à Licenciatura
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SECRIE	Secretaria de Inclusão Educacional
SEDEC	Secretaria de Educação e Cultura de João Pessoa
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento Social
SEDH	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano da Paraíba
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República
SEEA	Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo
SENALE	Seminário Nacional de Lésbicas
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUZINDO: AS INTERFACES DA PESQUISA	17
1.1	A construção da pesquisa: tema, objetivo e recorte do objeto	21
1.2	Referencial teórico-metodológico	25
1.3	Procedimentos metodológicos da pesquisa	28
2	QUEREMOS SER O QUE SOMOS: A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO SOCIAL PELO RECONHECIMENTO DA CIDADANIA LGBT	34
2.1	A trilha do Movimento Homossexual na luta por direitos: aspectos históricos e políticos	36
2.2	Para além de <i>Stonewall</i> : o Movimento Homossexual floresce no Brasil	43
2.3	A resistência do Movimento LGBT da Paraíba	54
3	ENTRELAÇANDO DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO E AS POLÍTICAS PARA LGBT	59
3.1	Da invisibilidade ao reconhecimento: a inserção do segmento LGBT na pauta dos Direitos Humanos	59
3.2	O Programa Brasil sem Homofobia como ponto de partida das políticas para a população LGBT	72
3.3	Do armário aos “palácios”: a inserção do segmento LGBT nas políticas educacionais	79
4	ANÁLISE DA PESQUISA: AS AÇÕES DO PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA EM JOÃO PESSOA	90
4.1	O Direito à Diversidade Sexual: o cenário e a construção da agenda política	91
4.2	Mapeamento das ações educativas desenvolvidas no contexto local	97
4.3	A educação continua no “armário”!	109
4.4	Nome social: uma questão de respeito!	119
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
	REFERÊNCIAS	
	APÊNDICES	
	ANEXO	

1 INTRODUZINDO: AS INTERFACES DA PESQUISA

O Brasil vive uma fase de reconhecimento dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, o chamado segmento LGBT, uma parcela da população brasileira que historicamente foi colocada à margem da sociedade, segregados das ações do Estado sendo discriminados na esfera privada e pública.

As políticas públicas elaboradas e executadas para a população LGBT no Brasil são contemporâneas ao nosso tempo, conquistadas a partir da mobilização do Movimento LGBT que passaram a ocupar as ruas das principais capitais brasileiras em meados de 1990, por meio da realização das Paradas do Orgulho Gay¹. Em seguida, o movimento renomeou em Paradas do Orgulho LGBT ou da Diversidade Sexual, contemplando as demais identidades sexuais para denunciar a violação de direitos que este segmento vivencia cotidianamente, seja na família, na escola, na Igreja, na mídia, nas ruas ou nos espaços públicos.

O preconceito² contra a população LGBT ainda é socialmente aceito e reproduzido em nossa sociedade, acontecendo de diversas formas, às vezes velado, com insinuações, desrespeitos e gestos obscenos e de maneira explícita: nas piadas, nos comentários, aparentemente ingênuos, e até com violência verbal, psicológica e física. Na medida em que essas manifestações de preconceitos consolidam formas que afetam a dignidade e os direitos de cidadania do segmento se transforma em discriminação³, que para os direitos humanos internacionais constitui uma violação a pessoa humana. A Convenção da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) relativa à luta contra as discriminações na esfera do ensino, aprovada em 1960, já chamava atenção para ocorrências de violências fundadas na sexualidade, embora ainda não tratasse de orientação sexual.

Conforme foi constatado em duas importantes pesquisas realizadas na primeira década dos anos 2000. A primeira foi a “Pesquisa Juventude e Sexualidades”, realizada em 14

¹ A parada é um evento organizado pelo movimento LGBT que ocorre anualmente em diversos municípios e estados brasileiros e em outros países do mundo. É um ato político de reivindicações de direitos e de políticas públicas para a população LGBT, além de ser um momento de comemoração, marcado pela irreverência e espontaneidade do segmento (ABGLT, 2010).

² Entendendo preconceito social “como um dos importantes mecanismos da manutenção da hierarquização entre os grupos sociais e da legitimação da inferiorização social na história de uma sociedade, o que muitas vezes consolida-se como violência e ódio uns sobre outros” (PRADO; MACHADO, 2008, p. 67).

³ Adotamos na dissertação o conceito de discriminação definido na Convenção da UNESCO relativa à luta contra as discriminações na esfera do ensino (1960), que de com o art.1º da Convenção define discriminação como: “toda distinção, exclusão, limitação ou preferência fundada na raça, na cor, no sexo, no idioma, na religião, nas opiniões políticas ou de qualquer outra índole, na origem nacional ou social, na posição econômica ou o nascimento, que tenha por finalidade ou por efeito destruir ou alterar a igualdade de tratamento na esfera do ensino”.

capitais brasileiras e 241 escolas, publicada em 2004, pela UNESCO. Embora, tenha sido lançado há mais de 10 anos, este estudo é emblemático, por que foi produzido pela UNESCO e evidenciou a falta de formação no campo da sexualidade e a rejeição a diversidade sexual na escola. Foram entrevistados 16.422 alunos (as), dos quais 27% afirmaram que não gostariam de ter um (a) colega de classe homossexual: mais alarmante é que dos 4.532 mães e pais consultados, 35% asseguravam não apoiar que seus filhos (as) estudassem no mesmo local que gays e lésbicas. Esta pesquisa mostrou que a homofobia é reforçada e reproduzida na escola, de fora para dentro e vice-versa (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004).

Em 2009, a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) realizaram a “Pesquisa Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar”, na qual foram analisadas ações discriminatórias em 501 escolas, contando com a participação de 18,5 mil pessoas, sendo 501 diretores (as), 1.005 professores (as), 1.004 funcionários (as), 15.087 alunos (as) e 1.002 pais/mães. Os resultados são surpreendentes: 87,3% afirmaram ter preconceito em relação à orientação sexual; 98,5% apresentaram predisposição a manter algum grau de distância em relação aos homossexuais e o índice de conhecimento de situações discriminatórias pelo fato de o (a) aluno (as) ser homossexual foi de 17,4% e pelo fato de o (a) professor (a) ser homossexual foi de 8,1% (MAZZON, 2009).

Estes dados explicitaram o nível de intolerância e homofobia da sociedade com os homossexuais. Entendendo homofobia como sendo “uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal; por sua diferença irreduzível, ele é posicionado à distância, fora do universo comum dos humanos” (BORRILLO, 2010, p.13).

Essas manifestações ocorrem na escola e nos diversos espaços públicos, chegando a atos de violência, com requintes de crueldade e assassinatos, de acordo com dados do Grupo Gay da Bahia (GGB), de 1980 a 2014, foram assassinados 4.508 LGBT no Brasil⁴. O GGB afirma que a cada dois dias, uma pessoa homossexual é morta em decorrência de sua orientação sexual, em decorrência de uma cultura autoritária e excludente (MOTT, 2015).

As violações de direitos contra a população LGBT só passaram a aparecer nas estatísticas do Governo Federal com a implantação do Disque Direitos Humanos, em 2011, pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República que divulgou o “Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil”, em 2012. Foram constatados, no ano de 2011, 1.159

⁴ Anualmente o GGB divulga um Relatório de Assassinatos de LGBTs, a partir de dados noticiados pela imprensa, entretanto, estes crimes ainda são subnotificados. As entidades LGBT, em especial o GGB foi pioneiro em sistematizar esses dados e denunciá-los os assassinatos contra os homossexuais.

ocorrências de 6.809 violações relacionadas à população LGBT, envolvendo 1.713 vítimas e 2.275 suspeitos (BRASIL, 2012).

A homofobia é, portanto, atitude de hostilidade contra as pessoas homossexuais e, sendo assim, ocorre com frequência nos diversos ambientes da sociedade. Os atos caracterizadamente homofóbicos acontecem de forma explícita, para reforçar que vivemos em uma sociedade heteronormativa: acontecem muitas vezes com difamação, injúrias e gestos verbais, além de alimentar agressões físicas de toda sorte, sendo que destas formas ainda temos como identificar os homofóbicos. O pior é quando a homofobia acontece de forma velada, disfarçada, como na falta de cordialidade e na antipatia no convívio social, com insinuação e ironia, em que não se tem como provar que alguém foi discriminado (BORRILLO, 2010).

E foi a discriminação, a hostilidade e a violência que me fizeram ingressar no movimento de defesa dos direitos dos homossexuais, pois, estes dados ainda se tornam mais estarrecedores quando se vivencia o preconceito na pele. Eu, desde criança, tive que conviver com o fato de ser diferente e resistir aos xingamentos, chacotas e agressões verbais na escola ou na rua, seja nas brincadeiras ou nas atividades escolares.

Entretanto, não esmoreci, fiz o que outros ativistas fizeram ao longo de suas vidas, transformaram os insultos em bandeiras de lutas e assim parti de Cabedelo, município onde morava, para atuar na defesa e promoção da cidadania LGBT. Em 1996, conheci o Movimento do Espírito Lilás (MEL),⁵ na cidade de João Pessoa/PB, na época participei de um curso de multiplicadores de prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS)⁶, ministrado pela Secretaria de Estado da Saúde e a partir de 1998, comecei a atuar no Movimento LGBT da Paraíba.

No MEL, participei de processos educativos sobre as DST/AIDS, saúde, homofobia, direitos humanos, entre outros temas, que contribuíram para minha formação social, chegando a ser membro da diretoria executiva por duas gestões, e foi no MEL, nas rodas de diálogos e oficinas que escutei vários depoimentos de jovens homossexuais, das situações vexatórias e discriminatórias que sofriam nas escolas e nas instituições públicas.

Em 2005, fui o primeiro ativista indicado pelo MEL para exercer uma assessoria temática na Prefeitura Municipal de João Pessoa, na gestão, do então prefeito Ricardo Coutinho (2005-2008), especificamente na Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES)

⁵ O Movimento do Espírito Lilás em João Pessoa foi criado no ano de 1992 (VIEIRA, L., 2002).

⁶ Na década de 1990, o Estado brasileiro intensificou ações de formação para jovens homossexuais para prevenção a AIDS com ampla distribuição de preservativos e informativos para a população.

que tinha como secretária, Douraci Vieira, assistente social e educadora popular, oriunda dos movimentos sociais que de forma inédita implantou no governo municipal, um Grupo de Trabalho sobre Diversidade Sexual, com o intuito de elaborar ações de políticas públicas para a população LGBT e criar um canal de diálogo do governo municipal com o movimento LGBT. Permaneci neste GT até 2007, o qual foi transformado na Assessoria de Políticas Públicas para a Diversidade Humana, colocando na pauta da agenda política o tema da diversidade sexual, anteriormente inexistente no âmbito do setor público do Estado da Paraíba.

Neste período, foi lançado pelo Governo Federal, o Brasil sem Homofobia (BSH): Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual, que contou com a participação direta de militantes do movimento social e do governo em sua elaboração e na conquista de uma emenda parlamentar para o financiamento do programa. O BSH foi o ponto de partida para o reconhecimento do Estado com o segmento LGBT, já que favoreceu a elaboração de políticas públicas para um segmento que enfrenta discriminação e preconceito por diversos setores da sociedade, inclusive do Poder Público quando se omite a reconhece os LGBTs como sujeitos de direitos.

O foco desta pesquisa é o BSH, composto por 53 ações estratégicas, envolvendo 11 temáticas que vão desde política, legislação, segurança, educação, saúde, trabalho, cultura, cooperação internacional e políticas para juventude, mulheres e enfrentamento ao racismo e a homofobia. Com isso, nesta pesquisa analisaremos o processo de implementação das ações de educação do BSH, desenvolvidas no município de João Pessoa, pelo Poder Público e em parceria com Universidades e Organizações Não Governamentais (ONGs).

Por isso, a escolha do objeto de estudo se confunde com a minha trajetória de vida, profissional e acadêmica. Na graduação em Pedagogia, de 2007 a 2012, participei de diversos projetos de extensão, de iniciação a docência, de formação continuada sobre gênero, sexualidades e homofobia para profissionais de educação da rede pública de ensino. No Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “Quando o professor é o alvo da homofobia: análise de efeitos de uma formação docente”, em que pesquisei as implicações de um projeto de intervenção acadêmica com vistas à superação da homofobia entre educadores (as) de uma escola pública local. Na ocasião, foram identificadas inúmeras posturas homofóbicas por parte do alunado e dos docentes, tendo como alvo um professor, em virtude de sua orientação assumidamente homossexual na escola (GOMES, 2013).

Em 2009, ainda trabalhei na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH) do Governo da Paraíba, em que implantamos de forma pioneira uma normativa⁷ que estabelecia o uso do nome social das travestis e transexuais no âmbito daquele órgão, ação reivindicada pelo segmento LGBT, que, posteriormente foi ampliada e adotada para todo o Governo, sendo instituído um documento semelhante na Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Todas essas vivências e atuações deram origem ao interesse em pesquisar as políticas públicas que estão sendo implementadas para a população LGBT, tendo em vista que o BSH impulsionou diversas ações em todo o país. A experiência de atuar na gestão pública foi o que me aproximou do tema de pesquisa, entretanto, nesse momento de pesquisa, já não faço mais parte da equipe do governo, nem municipal e nem estadual, criando assim, condição de enquanto pesquisador avaliar de forma crítica a política pública.

Nos próximos tópicos, apresentamos os caminhos metodológicos da pesquisa, em que tecemos considerações acerca do tema e situando o nosso objeto de estudo neste espaço, bem como apresentamos a pesquisa qualitativa como abordagem utilizada. Explicitamos, também, a nossa metodologia, evidenciando a pesquisa documental e a entrevista como procedimentos que utilizaremos para analisar as nossas fontes de pesquisa.

1.1 A construção da pesquisa: tema, objetivo e recorte do objeto

O interesse em pesquisar as políticas educacionais desenvolvidas a partir do BSH surgiu primeiro, pela minha identificação com a temática, desde a militância no MEL, depois pela experiência na gestão pública e ampliou quando cursei o curso de Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), pois tive a oportunidade de direcionar meus estudos para área de interesse e de militância.

No decorrer do curso de Pedagogia, participei de diversos projetos de formação continuada, ora como estagiário, ora como palestrante, a exemplo do Projeto de *Capacitação para Educadores da Educação Básica*⁸, em que atuei como estagiário; do Projeto PROBEX⁹ *Direitos Humanos e Cidadania Homossexual*, no qual fui bolsista; do Projeto *Escola que Protege* e do Projeto *Pelo Direito ao Respeito e pelo Respeito aos Direitos: construindo a*

⁷ Portaria nº 041/2009, de 11/09/2009, hoje revogada pelo Decreto nº 32.159/2011, de 25/05/2011 que ampliou o uso do nome social para toda a gestão pública estadual.

⁸ Projeto do Comitê Paraibano de Educação em Direitos Humanos - CPEDH

⁹ Programa de Bolsas de Extensão da UFPB

Escola sem Lesbo-Homo-Bi-Transfobia, em ambos atuei como palestrante e por fim no Projeto PROLICEN¹⁰ *Relações de Gênero e Sexualidade na Educação de Jovens e Adultos (EJA) Municipal: subsídios para uma formação continuada*, no qual contribuí como voluntário e assim elaborei o meu trabalho de conclusão de curso, a partir desta experiência (GOMES, 2013).

A formação de professores foi o foco de todas estas ações, com exceção do PROBEX que era direcionado para os alunos de graduação dos campi da UFPB. Daí o empenho em participar de atividades educativas voltadas para o tema da diversidade sexual.

Em 2009, participei de duas ações voltadas para formação de profissionais de educação, nas temáticas de gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais, criadas e financiadas a partir do BSH. A primeira ação do BSH que participei foi o Curso de Extensão Gênero e Diversidade na Escola (GDE), na modalidade da educação à distância por meio da UFPB Virtual. Este curso inicialmente foi realizado pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e em seguida, passou a ser ofertado para todas as instituições públicas de ensino superior através de edital da SECAD/MEC pelo Sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB), articulado pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e do Ministério da Educação. Na UFPB, o GDE foi realizado pelo Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero (NIPAM).

A outra ação foi o Projeto Escola sem Homofobia, financiado pelo Ministério da Educação e desenvolvido pela Associação Pathfinder do Brasil e Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). Este projeto realizou formação sobre gênero e sexualidade nas cinco regiões do país, estive como participante no Encontro Regional Nordeste, na cidade de Salvador/BA. Além da formação o Escola sem Homofobia realizou uma pesquisa qualitativa sobre a homofobia na escola e ainda pretendia elaborar material educativo para ser distribuído nas escolas, porém, a distribuição não foi autorizada pelo MEC.

Estas duas ações me motivaram a pesquisar o BSH, pois, percebi a relevância e a importância deste programa na elaboração e execução de projetos voltados para educação. De acordo com Barros (2007, p. 25) “a escolha do tema para pesquisa mostra-se diretamente

¹⁰ Projeto de Iniciação à Licenciatura da UFPB

interferindo por alguns fatores combinados: o interesse do pesquisador, a relevância atribuída pelo próprio autor ao tema cogitado, a viabilidade da investigação, a originalidade envolvida”.

Com isso, no ano de 2013, ao mesmo tempo em que concluía o curso de Pedagogia e realizava o processo de escrita da monografia sobre a homofobia em uma escola de João Pessoa, decidi fazer a seleção para o Mestrado em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) na linha de Políticas Educacionais.

Tendo como projeto de pesquisa aprovado, inicialmente com o título “As Políticas Educacionais de Enfrentamento à Homofobia à Luz da Educação em Direitos Humanos na cidade de João Pessoa/PB”, em que pretendia analisar as políticas educacionais desenvolvidas pela Secretaria de Educação e Cultura de João Pessoa (SEDEC) voltada para o enfrentamento à homofobia. Entretanto, no processo de revisão bibliográfica e documental, identificamos a escassez de ações realizadas pela SEDEC. Então, após reformulação do projeto que ficou como título “Direitos Humanos, Educação e Cidadania LGBT: a transversalidade do Programa Brasil sem Homofobia e suas interfaces na cidade de João Pessoa (2003-2011)”, no qual foi ampliado o foco de investigação, passando a ser objeto de investigação, as políticas educacionais que foram implementadas no município de João Pessoa, seja pela gestão pública municipal, universidades e instituições de ensino e/ou Ongs. Portanto, o lócus da pesquisa, foi o município de João Pessoa, na Paraíba, porém, identifiquei que algumas ações beneficiaram participantes de outros municípios, mas foram executadas na capital do Estado.

O recorte temporal de análise foi redefinido de 2003-2011 para 2004-2009. Primeiro porque em 2004, foi o ano de lançamento do BSH, e em 2009, o programa foi extinto e substituído pelo Plano Nacional de Promoção da Cidadania de Direitos Humanos de LGBT, como resultado da I Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT.

A escolha do recorte temporal que compreende de 2004 a 2009 deu-se por acreditarmos que encontraríamos maiores contribuições do poder público no tocante a ações de enfrentamento a homofobia. Coincidentemente, houve nesse mesmo período à ascensão de representantes dos movimentos sociais simbolizados pelos partidos progressistas no âmbito federal¹¹ e municipal¹²; assim como o fortalecimento do movimento LGBT; a participação de militantes sociais nos espaços de governo e o financiamento de projetos a partir do Programa Brasil sem Homofobia.

¹¹ Governo Lula, de 2003 a 2011, do Partido dos Trabalhadores - PT

¹² Governo Ricardo Coutinho, do Partido Socialista Brasileiro – PSB que governou João Pessoa, de 2005 a 2010.

De acordo com Rossi (2010, p. 16) “a partir de 2005, o Governo Federal dá início ao processo de implementação do BSH, com ações que contemplem o compromisso assinado no lançamento do programa”. Desta forma, definimos as seguintes questões de pesquisa: Quais as ações estratégicas em educação do BSH foram implementadas em João Pessoa? Qual o impacto das ações das políticas implantadas a partir do BSH? Será que realmente foi executado ações de formação continuada para o enfrentamento à homofobia? Quais as políticas e projetos desenvolvidos no município de João Pessoa para o enfrentamento à homofobia? A homofobia já foi tema de formação docente, por quais agentes formativos? Foram desenvolvidas ações educacionais em parceria com as universidades e com o movimento LGBT? Como se deu a participação do movimento LGBT nos projetos educativos desenvolvidos?

Para responder às perguntas antes apresentadas, definimos como objetivo geral da pesquisa analisar as ações implementadas pelo BSH no município de João Pessoa, a partir da sua transversalidade com as políticas públicas e das interfaces com o movimento LGBT. Com vistas ao alcance de tal objetivo, propôs-se, especificamente, a: 1) Mapear as ações e projetos educativos desenvolvidos no município de João Pessoa, incentivados e/ou estimulados a partir do Programa Brasil sem Homofobia, no período de 2004 a 2009; 2) Identificar ações transversais do BSH no âmbito do governo municipal em João Pessoa/PB; 3) Apontar a contribuição do movimento LGBT local para o processo de implantação de políticas de promoção da cidadania LGBT; 4) Identificar as perspectivas e desafios das políticas educacionais de enfrentamento à homofobia no município de João Pessoa.

Partindo destes objetivos buscamos identificar quais as ações que foram desenvolvidas na cidade de João Pessoa à luz do Programa Brasil sem Homofobia, tendo em vista uma escassez de pesquisa que apresentem dados da implementação das ações propostas pelo referido programa. Espera-se que este trabalho de levantamento contribua para a produção acadêmica acerca das políticas educacionais para a superação da homofobia que ainda persiste no âmbito da educação. Este trabalho parte do pressuposto que só teremos uma escola sem homofobia, se de fato a formação inicial e continuada dos profissionais de educação for incluída a temática da diversidade sexual e equidade de gênero.

1.2 Referencial teórico-metodológico

Para realizarmos o recorte do objeto supracitado no tópico anterior, recorreremos a concepção do Ciclo de Políticas delineado pela socióloga Maria das Graças Rua (2012) que vem nos últimos anos se dedicando aos estudos e avaliação de políticas públicas no Brasil.

De acordo com Rua (1998, p. 232),

As políticas públicas – *policies* -, por sua vez, são *outputs*, resultantes da atividade política - *politics*: compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores. Nesse sentido é necessário distinguir entre política pública e decisão política. Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando - em maior ou menor grau - uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública (grifos da autora).

Com isso, entendemos que o BSH se caracteriza como uma política que foi discutida e elaborada entre a sociedade civil e o Governo Federal, o qual tomou a decisão política de constituí-lo como programa, possibilitando a efetivação de projetos, programas e ações do Estado. No decorrer desta dissertação, veremos que a construção do BSH se deu em virtude de vários fatores, desde a pressão do movimento social que reivindicava políticas públicas para o segmento LGBT como também o avanço da epidemia da AIDS e da violência envolvendo os homossexuais em todo o país mostrava a necessidade de uma resposta do Estado para esta população.

Rua (2012, p. 35) afirma que “o ciclo de políticas é uma abordagem para o estudo das políticas públicas que identifica fases sequenciais e interativas-iterativas no processo de produção de uma política”. Estas fases embora sejam caracterizadas pela formulação, que compreende a formação da agenda política e tomada de decisão, em seguida a implementação e o monitoramento e por fim a avaliação das políticas públicas; elas dialogam e interagem entre si.

Rua (2012) chama de formação da agenda política, o conjunto de articulações em torno do problema político que demanda ações integradas envolvendo a sociedade civil e o governo. Vázquez e Delaplace (2011, p. 36) explicam o processo de elaboração do problema

público, que surge de um problema individual como um problema social, a exemplo da homofobia que afeta a comunidade LGBT, mas que só se torna um problema público quando os atores políticos propõem soluções que passam a constituírem em objetos da intervenção pública. Portanto, para a entrada do problema da homofobia na agenda pública foram importantes: diagnósticos, mapas de violências, estudos e pesquisas; que colaboram para a estruturação do problema e o levantamento das soluções possíveis que passaram a integrar ações, linhas, eixos e diretrizes de programas e planos, como o Brasil sem Homofobia.

Considerando que o tema objeto de dissertação recai sobre a implementação da política para LGBT, entendemos necessário situar o tema nos ciclos de políticas, tendo em vista que esse instrumento de análise detalha as fases e processos da tomada de decisão nas políticas públicas. Concordando com Rua (2012, p. 92), a implementação de uma política pública define-se como “o conjunto de decisões e ações realizadas por grupos ou indivíduos, de natureza pública ou privada, as quais são direcionadas para consecução de objetivos mediante decisões anteriores sobre uma determinada política pública”. Todavia, a pesquisadora alerta que

[...] os implementadores nem sempre são os atores situados no topo da pirâmide política. Assim, o acompanhamento de uma política deve levar em consideração a existência de uma percepção precisa acerca da política que se implementa. Isto nem sempre ocorre. Ou seja, nem sempre os indivíduos que atuam na implementação de uma política sabem efetivamente que estão trabalhando como implementadores de algo abstrato como uma política (RUA, 1998, p. 254).

Por isso que pretendemos analisar a implementação do BSH, na cidade de João Pessoa, no período de 2004 a 2009, tendo em vista que no município foram realizadas ações educacionais pelo Poder Público, por Instituições de Ensino Superior e por organizações não-governamentais, a partir do BSH, mesmo ciente que “o estudo e o acompanhamento da implementação enfrentam a dificuldade de identificar o que é que efetivamente está sendo implementado, porque as políticas públicas são fenômenos complexos” (RUA, 1998, p. 255).

Entretanto, vale ressaltar que a fase inicial do Ciclo de Políticas, descrita como a formação da agenda política é o ponto crucial para que de fato seja formulada uma política pública. No tocante, a elaboração do BSH foi decisiva a participação dos atores políticos, sejam governamentais (ministérios, secretarias especiais, parlamentares) e não governamentais (movimento LGBT, instituições de ensino superior e organismos internacionais) para que as questões relacionadas ao segmento LGBT entrassem na agenda

política brasileira e assim fosse elaborado um programa voltado a promoção da cidadania e combate à discriminação contra os LGBTs, sobretudo por que as deliberações conferências internacionais de direitos humanos que ocorreram na década de 1990, recomendavam a elaboração de políticas públicas para os que tinham seus direitos violados, conforme descrevemos no capítulo 3 deste estudo.

Neste sentido, Rua (2012) ressalta que

A configuração e a capacidade de ação dos atores variam no tempo e no espaço. [...] um novo ator político que emergiu em torno da década de 1970 foram os homossexuais, que formaram poderosas associações de representação de interesses. No Brasil, o movimento *gay* vem se fortalecendo e se apresentando com um novo ator (RUA, 2012, p. 66).

A autora Maria da Glória Gohn (2011) corrobora com esta citação, afirmando que a luta por direitos e afirmação de identidades compõe os novos movimentos sociais na contemporaneidade, tanto que “o movimento dos homossexuais também ganhou impulso e as ruas, organizando passeatas, atos de protestos e grandes marchas anuais” (GOHN, 2011, p. 343).

Segundo Rua (1998), a inclusão ou exclusão de políticas na agenda governamental são recorrentes das demandas apresentadas que podem ser demandas novas, demandas recorrentes e demandas reprimidas¹³.

As demandas novas são aquelas que resultam do surgimento de novos atores políticos ou de novos problemas. Novos atores são aqueles que já existiam antes mas não eram organizados; quando passam a se organizar para pressionar o sistema político, aparecem como novos atores políticos. (RUA, 1998, p. 234-235).

Deste modo, o movimento LGBT se organizou e apresentou novas demandas para formação da agenda política, por isso que o governo brasileiro passou a discutir políticas públicas para a população LGBT.

¹³ As demandas recorrentes são aquelas que expressam problemas não resolvidos ou mal resolvidos, e que estão sempre voltando a aparecer no debate político e na agenda governamental. As demandas reprimidas são aquelas constituídas por "estados de coisas" ou por não-decisões, que serão discutidos adiante (RUA, 1998).

1.3 Procedimentos metodológicos da pesquisa

De acordo com Lüdke e André (1986, p. 1), “para se realizar uma pesquisa é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele”. Por isso, a importância do percurso metodológico a ser escolhido para a pesquisa, pois ele é fundamental para a sua elaboração.

Chizzotti (2013, p. 19) afirma que:

A pesquisa, deste modo, reconhece o saber acumulado na história humana e se investe do interesse em aprofundar as análises e fazer novas descobertas em favor da vida humana. Essa atividade pressupõe que o pesquisador tenha presente as concepções que orientam sua ação, as práticas que elege para a investigação, os procedimentos e técnicas que adota em seu trabalho e os instrumentos de que dispõe para auxiliar o seu esforço.

Por isso, adotamos como referencial metodológico para essa investigação a pesquisa qualitativa de caráter exploratório e descritivo, pois de acordo com Minayo (1994, p. 21),

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes.

Já para Lüdke e André (1986, p. 11), “a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra, através do trabalho intensivo de campo”. Com isso, entendemos que esta abordagem interpreta os fatos que fazem parte da dinâmica do problema estudado considerando o contexto histórico, já que tem um plano aberto e flexível, traduzindo as percepções dos atores envolvidos no contexto analisado pelo pesquisador. Com a pesquisa qualitativa, buscou-se alcançar os objetivos deste estudo,

Conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. [...] Ela servirá, como primeiro passo, para se saber em que estado se encontra atualmente o problema, que trabalhos já foram realizados a respeito e quais são as opiniões reinantes sobre o assunto (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 69).

Recorremos à pesquisa qualitativa para buscarmos informações acerca do Programa Brasil sem Homofobia em estudo, contemplando os sujeitos do movimento LGBT envolvidos no processo de implementação das ações do referido programa na cidade de João Pessoa/PB, bem como as suas histórias e experiências vividas na conquista deste programa.

De acordo com Chizzotti (2013, p. 28) “o termo qualitativo implica um partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível”, por isso é preciso compreender os sentidos, as falas dos participantes e, sobretudo as especificidades do tema estudado. Partindo destes aspectos acerca da abordagem qualitativa, recorremos aos procedimentos da pesquisa documental e bibliográfica, utilizando como técnica para coleta de dados: entrevistas semi-estruturadas.

A princípio precisamos compreender que a pesquisa documental busca “identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesses” Caulley (1981 *apud* LUDKE e ANDRÉ, 1986, p.38). Desta forma, entendemos que os documentos impressos assim como os relatos orais, são subjetivos e permeados de intencionalidades.

A pesquisa documental é constituída por fontes primárias, pois não receberam tratamento analítico, assim recorremos ao Programa Brasil sem Homofobia (2004); ao Caderno SECAD 4: Gênero e Diversidade Sexual na Escola (2007); aos Programas Nacionais de Direitos Humanos (1996, 2002, 2009); ao Plano Nacional de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (2009) e aos relatórios produzidos pelas instituições do Poder Público e da sociedade civil que implementaram ações na cidade de João Pessoa/PB, após o lançamento do BSH.

Já a pesquisa bibliográfica é constituída por fontes secundárias, composta por bibliografia que já foi publicada em relação ao tema de estudo. Para Marconi e Lakatos (2008, p. 57) “sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto”, tipo livros, artigos científicos, monografias, dissertações, teses, biografias, entre outros. Assim, realizamos uma pesquisa bibliográfica para identificarmos as pesquisas que foram desenvolvidas acerca do Programa Brasil sem Homofobia, utilizando como ferramenta de busca, o Banco de Teses e Dissertações da CAPES, porém, foram encontrados poucos estudos sobre o BSH. Nesse processo foram identificadas duas dissertações de mestrado, sendo uma do Estado de São Paulo e a outra do Rio Grande do Sul, as quais chamaram nossa atenção, pois apresentam dados e entrevistas

com militantes e técnicos do Governo Federal que participaram da construção do BSH (ROSSI, 2010; DANILIAUSKAS, 2011).

Apesar do tema já ter sido discutido anteriormente por outros pesquisadores, de distintos estados brasileiros, a pesquisa sobre o tema em João Pessoa é inovadora, tendo em vista o cenário, as fontes e a metodologia utilizada. A esse respeito Barros (2007, p. 36) afirma que “não é preciso necessariamente encontrar um tema novo, que não tenha sido abordado antes por outros pesquisadores. Vale também trabalhar um tema já antigo de maneira nova”.

Com isso, percebemos que estas duas dissertações são importantes fontes que subsidiarão a nossa pesquisa. Os estudos supracitados integram a pesquisa bibliográfica realizada no início desta pesquisa, que propôs analisar as ações e projetos desenvolvidos a partir do BSH na cidade de João Pessoa, no período de 2004 a 2009.

Vale salientar que outras importantes fontes bibliográficas utilizadas foram às publicações, cartilhas e folders produzidos no âmbito local pelas instituições públicas e não governamentais que receberam financiamento, através do BSH, tais como a Associação das Travestis da Paraíba (ASTRAPA), o Centro da Mulher 8 de Março, a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) e o Centro de Educação Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET), atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB).

Para reconstruir o recorte temporal estabelecido acima, fizemos o uso da entrevista, que tem como objetivo “obter o conhecimento do problema por ser resolvido e uma compreensão suficiente da pessoa em dificuldade e da situação, de forma que o problema possa ser solucionado eficientemente” (GARRETT, 1991, p. 51).

De acordo com Marconi e Lakatos (2008, p. 80),

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

Escolhemos por realizar entrevista com militantes das entidades LGBT e assessores que coordenavam os projetos de políticas para LGBT à época, pelo fato desse recorte considerar a experiência militante que agrega as informações históricas da implementação do BSH em nível local. A escolha pelos sujeitos do universo da pesquisa se deu pela compreensão que estas entrevistas possibilitariam o aprofundamento das informações, o

detalhamento das ações e experiências realizadas na cidade de João Pessoa/PB, cujo teor não estão nos relatórios elaborados pelas instituições.

Recorremos ao uso da entrevista com roteiro semi-estruturado (ver APÊNDICE A e B), o qual foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Ciências da Saúde (CCS/UFPB) em 23 de abril de 2015, conforme certidão (ver ANEXO A). A escolha pela entrevista semi-estruturada, nesta pesquisa, teve como objetivo dialogar, a partir das experiências que os sujeitos que vivenciaram na implementação das ações educativas após o BSH em João Pessoa/PB.

Os roteiros das entrevistas pautaram-se questões previamente definidas, porém, o pesquisador deixou os (as) entrevistados (as) à vontade para que ponderassem outras questões durante a entrevista. O roteiro semi-estruturado abordou perguntas focadas na trajetória de militância do movimento LGBT, nas ações que cada sujeito representando as organizações da sociedade civil e da participação e experiência no processo de interlocução com o poder público para a implementação do BSH.

Para a realização das entrevistas, cumprimos as etapas sugeridas por Marconi e Lakatos (2008) que vão desde o contato inicial com os entrevistados, a formulação das perguntas, registro das respostas e, sobretudo, a observação e o ato de ouvir, evidenciado por Garrett (1991, p. 66) como sendo “uma das operações fundamentais da entrevista; equivale, pois, a dizer que um bom entrevistador é um bom ouvinte”.

As entrevistas foram previamente agendadas por telefone, e-mail e redes sociais e realizadas ora nas instituições ou nas dependências da UFPB. As entrevistas foram gravadas, transcritas na íntegra para categorizar o conteúdo das respostas obtidas para a análise das narrativas. Durante a entrevista, todos os aspectos éticos foram reiterados, a partir do Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento, assinado pelos (as) entrevistados (as).

Por isso, para selecionarmos nossos entrevistados utilizamos como critérios o fato do militante do segmento LGBT ter participado de alguma ação educativa promovida por organizações governamentais e não-governamentais, a partir do BSH, como também atuar em uma das entidades do movimento LGBT. Outro vertente de escolha do entrevistado foi sua atuação em espaços institucionais que promoveram ações de promoção da cidadania LGBT e de enfrentamento a homofobia.

Segundo Garrett (1991, p. 58), “as entrevistas trazem à luz novos conhecimentos dos objetivos e das necessidades, assim como novas informações sobre fatos relevantes”. Ressaltamos que foi autorizada a divulgação de seus nomes, em virtude da importância das ações e projetos que participaram.

Em seguida, iniciamos a análise e interpretação dos dados coletados por meio das entrevistas. Segundo Ludke e André (1986, p. 45), “analisar os dados qualitativos significa ‘trabalhar’ todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos de observação, as transcrições de entrevista, as análises de documentos e as demais informações disponíveis” (grifos das autoras).

Para a análise dos dados qualitativos, foi utilizada a Análise de Conteúdo, definida por Bardin (1977, p. 38), como

[...] um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens [...] A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e de recepção das mensagens, inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).

A análise e a interpretação dos dados colhidos por meio das entrevistas serão consolidadas pela AC, como forma de compreender a realidade, com que foram desenvolvidas as ações do BSH em João Pessoa/PB. Além disso, a AC pode ser aplicada a diversas narrativas, permitindo aprofundar suas características gramaticais, fonológicas, cognitivas, ideológicas e outras (BARDIN, 1977).

Franco (2008, p. 20) afirma que a

[...] análise de conteúdo requer que as descobertas tenham relevância teórica. Uma informação puramente descritiva não relacionada a outros atributos ou às características do emissor é de pequeno valor. Um dado sobre o conteúdo de uma mensagem deve, necessariamente, estar relacionado, no mínimo, a outro dado.

Por isso, a importância da leitura dos dados elencados nas entrevistas e confrontados com a pesquisa bibliográfica e documental para traçar um quadro das ações realizadas pelo BSH, no período de 2004 a 2009. Assim, seguimos as etapas da análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), o qual as organiza em três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Inicialmente fizemos a transcrição das entrevistas, a leitura flutuante, a classificação e categorização, a inferência e interpretação dos dados. Bardin (1977) diz que este processo destina ao tratamento dos resultados. Nele, ocorrem a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais que é o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica.

Schwandt (2006, p. 197) destaca que “o significado que o intérprete reproduz ou reconstrói é considerado o significado da ação. Para não interpretar equivocadamente o

significado original [...]”. A análise interpretativa que fizemos das entrevistas com os militantes do movimento LGBT e assessores de projetos teve o caráter de objetivo de analisar, contestar e interpretar de forma imparcial como se deu o processo de implementação das ações do BSH em João Pessoa, a partir da sua transversalidade com as políticas públicas e interfaces com o movimento LGBT.

Do ponto de vista de sua estrutura, nossa dissertação está organizada em quatro capítulos. No **primeiro capítulo**, apresentamos o processo de elaboração da pesquisa, discorrendo a seguir sobre a construção do objeto de investigação e os procedimentos metodológicos utilizados. No **segundo capítulo**, intitulado *Queremos ser o que somos: a trajetória do movimento social pelo reconhecimento da cidadania LGBT*, buscamos entrelaçar o conceito de cidadania a partir da trajetória do movimento LGBT, enfatizando desde seu surgimento em âmbito internacional e traçando um recorte histórico e político, no Brasil e no Estado da Paraíba. No **terceiro capítulo**, *Entrelaçando Direitos Humanos, Educação e as Políticas para LGBT*, apresentamos uma breve discussão a respeito da inserção do segmento LGBT nos direitos humanos, desde a adesão do Brasil a tratados internacionais como a elaboração do Plano Nacional de Direitos Humanos. Ao término do capítulo, detemo-nos ao objeto desta pesquisa, o Programa Brasil sem Homofobia, abordando sua elaboração em 2004, pelo Governo Federal, destacando as políticas educacionais e ações do Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

Finalmente, no **quarto capítulo**, *Análise da Pesquisa: as ações do Programa Brasil sem Homofobia em João Pessoa* apresentaremos os dados coletados na pesquisa de campo mostrando as ações educacionais implementadas pelo programa supracitado na capital do Estado da Paraíba, a partir da pesquisa documental e das entrevistas realizadas com sujeitos que vivenciaram o processo de implementação nas instituições. Por último, nas considerações finais, retornamos o objetivo e as questões-problema que nortearam e inquietaram a pesquisa à luz do objeto de investigação, destacando as potencialidades e fragilidades do estudo.

2 “QUEREMOS SER O QUE SOMOS”¹⁴: A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO SOCIAL PELO RECONHECIMENTO DA CIDADANIA LGBT

Neste capítulo evidenciamos a trajetória do Movimento LGBT, em nível internacional, nacional e local, enfatizando o seu surgimento e a sua luta pelo reconhecimento da cidadania das lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, a partir de obras científicas e escritos da própria militância, tais como Green (2003); Facchini (2005); MacRae (2011); Reis (2012b); Vieira, L. (2015). Para isso, buscamos entrelaçar a noção de cidadania, a partir da história do movimento social, recorrendo aos seguintes referenciais teóricos: Marshall (1976); Dagnino (1994); Benevides (1996); Cortina (2005).

A finalidade do capítulo não é realizar um ensaio do conceito de cidadania, nem tão pouco se tem a intenção pretensiosa de esgotar seus sentidos contemporâneos, já que sua origem tem raízes gregas e romanas¹⁵ “há mais ou menos vinte e quatro séculos” e ao longo desses anos há um “conjunto de conotações difíceis de sintetizar em uma definição” (CORTINA, 2005, p. 51).

[...] entende-se que a realidade da cidadania, o fato de se saber e de se sentir cidadão de uma comunidade, pode motivar os indivíduos a trabalhar por ela. Com isso, nesse conceito se encontrariam os lados a que nos referimos: o lado ‘racional’, o de uma sociedade que deve ser justa para seus membros percebam sua legitimidade, e o lado ‘obsuro’, representando por esses laços de pertença que não escolhemos, mas já fazem parte de nossa identidade. Ante os desafios com os quais qualquer comunidade se depara, é possível apelar então a *razão* e ao *sentimento* de seus membros, já que são cidadãos dessa comunidade, algo seu [...] (CORTINA, 2005, p. 27, grifos da autora).

Daí entendemos a importância do movimento LGBT que se organizou a partir do sentimento de pertencimento, por parte dos membros deste segmento, buscando na luta pelos seus direitos, o reconhecimento de sua cidadania. Desta forma, percebemos que a partir das estratégias e resistências do movimento foi possível chegar à elaboração e efetivação de políticas públicas para população LGBT, tais como o Programa Brasil sem Homofobia (BSH), objeto de análise desta pesquisa.

¹⁴ Esta frase era usada como slogan do Somos – Grupo de Afirmação Homossexual, considerado o primeiro grupo homossexual do Brasil (ZANATTA, 1996, p. 193).

¹⁵ Os conceitos de cidadão e de cidadania são buscados nos tempos remotos e clássicos de Atenas dos séculos V e IV a.C. e de Roma do século III a.C. até o século I da Era Cristã (CORTINA, 2005, p. 34).

A vivência dos movimentos sociais está vinculada à noção de cidadania, conforme enaltece a professora Evelina Dagnino (1994, p. 104):

Em primeiro lugar, o fato de que ela deriva e, portanto, está intrinsecamente ligada à experiência concreta dos movimentos sociais, tanto os de tipo urbano – e aqui é interessante anotar como cidadania se entrelaça com o acesso à cidade – quanto os movimentos de mulheres, negros, homossexuais, ecológicos etc. Na organização desses movimentos sociais, a luta por *direitos* – tanto o direito à igualdade como o direito à diferença – constituiu a base fundamental para a emergência de uma nova noção de cidadania (grifos da autora).

Entretanto, não queremos dizer com isso que o exercício pleno da cidadania é exercido apenas dentro do movimento social, embora seja o movimento o ator político que incorpora as identidades LGBTs e o coletivo. O movimento LGBT se torna um espaço propício de fortalecimento do sentimento de pertença a uma comunidade, mas é também o espaço da participação (BENEVIDES, 1996; CORTINA, 2005).

Marshall (1976)¹⁶, concebe três elementos de direitos da cidadania que se interligam – direitos civis, direitos políticos e direitos sociais. Já Cortina (2005) amplia a discussão sobre cidadania, abordando que é preciso pensar sobre cidadania pela dimensão histórica, social, civil, econômica e intercultural. Deste modo, a autora afirma que o conceito de cidadania plena envolve: “um *status* legal (um conjunto de direitos), um *status* moral (um conjunto de responsabilidades) e também uma identidade, pela qual uma pessoa sabe e sente que pertence a uma sociedade” (CORTINA, 2005, p. 139).

Gohn (1997), ao abordar a Teoria dos Novos Movimentos Sociais, chama atenção na atualidade para os novos atores em cena, envolvendo os diversos grupos identitários (pessoas com deficiência, mulheres, negros/as, LGBTs, entre outros) que, em tempo de globalização, tencionam a esfera pública e as ruas com as lutas por reconhecimento e cidadania.

Para Cortina (2005, p. 156) “a identidade não nos é dada, mas a negociarmos – daí a importância das lutas sociais empreendidas para obter o reconhecimento dos outros significativos”, conforme descrevemos a luta do movimento LGBT no tópico a seguir.

¹⁶ Considerado um dos primeiros teóricos da cidadania. Ver: MARSHALL, Thomas Humphrey. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

2.1 A trilha do Movimento Homossexual na luta por direitos: aspectos históricos e políticos

Partindo deste pressuposto, do reconhecimento de sua identidade, sentimento de pertencimento, participação e convivência social numa dada comunidade, o Movimento LGBT da Paraíba realizou recentemente o *I Acampamento da Juventude LGBT*¹⁷ com o intuito de promover uma formação política para jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais na faixa etária dos 18 aos 29 anos, oriundos de diversas cidades do Estado. A iniciativa foi realizada pelas entidades de defesa dos direitos humanos do segmento e sua principal mesa de debates foi assim intitulada, “Movimento LGBT: de onde viemos e para onde vamos?” Que teve como expositores Luciano Vieira, Fernanda Benvenutty e o pesquisador deste estudo.

Estes expositores são pessoas com função pública de representação social, protagonistas da constituição do movimento LGBT local. São também, educadores e intelectuais orgânicos que identificados com os direitos LGBT assumem funções de liderança e gestão no movimento e na esfera pública. Noutras palavras, também são pessoas, sujeitos de dignidade e direitos, pertencentes a uma coletividade com identidade social, que se encontram para compartilhar experiências pessoais (motivações, a inserção, os sonhos) e coletivas (resistências, reconhecimento, relação com o Estado e as políticas públicas) do movimento LGBT, quando foi discutido, questões relacionadas a origem e a direção política.

Aguirre (1997, *web*) afirma que a educação em direitos humanos “passa então pela sensibilidade, pesa nas entranhas, será uma opção e uma vocação entranhável”, por isso que a subjetividade das histórias particulares e coletivas contribui para a nova geração de militância que ainda desconhecem as bandeiras de lutas, os militantes históricos, as datas e o lugar de onde veio o movimento.

A ação da militância se constitui como um ato educativo e ao o mesmo tempo sensibiliza os jovens a identificarem-se com seus pares LGBT e fortalece vínculos identitários com os ativistas, necessários a constituição de sua auto-identificação como sujeito político.

O acampamento da juventude LGBT da Paraíba foi propositalmente escolhido para elucidar a introdução deste tópico porque as discussões apresentaram diversos elementos que propiciaram ao pesquisador, (re) construir a trajetória do movimento homossexual, tanto em

¹⁷ O evento ocorreu de 15 a 17 de maio de 2015, no Centro de Atividades e Lazer Padre Juarez Benício (CEJUBE), em João Pessoa/PB, contou com a participação de aproximadamente 30 jovens e foi organizado pelo Movimento do Espírito Lilás (MEL), Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria (GMMQ), Associação das Travestis da Paraíba (ASTRAPA) e o Movimento de Bissexuais da Paraíba (MOVBI).

nível internacional como local, a partir de suas personalidades e referenciais teóricos que traça uma linha do tempo e que muitas das vezes são invisibilizados e desconhecidos pela própria militância.

Berutti (2010, p. 37) identifica o ápice do surgimento do movimento de defesa dos direitos dos homossexuais nos Estados Unidos, ao longo do século XX, no meio das “diferentes minorias que clamavam por seus direitos”. Entretanto, antes de nos debruçarmos sobre o surgimento do movimento homossexual norte-americano, iremos discorrer sobre o que alguns autores como Green (2003); Okita (2007); MacRae (2011), os quais citam que a luta contra a discriminação dos homossexuais surgiu na Europa, ainda no século XIX, mas precisamente na Alemanha, antes da ascensão do nazismo de Adolf Hitler.

Por volta de 1860, a Federação Alemã do Norte elaborou um novo Código Penal que dispunha do Parágrafo 175, que declarava que atos homossexuais eram delitos. Daí surge a luta em defesa dos homossexuais para que o Parágrafo 175 fosse abolido do Código Penal.

De acordo com Okita

Em 1897, formou-se na Alemanha a primeira organização em favor da libertação homossexual [Comitê Científico e Humanitário]. Seu fundador e guia durante a maior parte dos seus 35 anos de existência foi o Dr. Magnus Hirschfeld. Os objetivos do Comitê eram: Ganhar os corpos legislativos para que apoiassem a petição de abolir o Parágrafo anti-homossexual 175; Trazer a público a verdade sobre a homossexualidade; Interessar os próprios homossexuais na luta em favor de seus direitos (OKITA, 2007, p. 55).

Com isso, entendemos que o movimento de libertação homossexual surge com o objetivo de enfrentar a discriminação contra os homossexuais no que chamamos hoje de Estado. Para Adela Cortina (2005) este é um aspecto da natureza da cidadania política, em que:

[...] o cidadão é o que se ocupa das *questões públicas* e não se contenta em se dedicar a seus assuntos privados, mas também quem sabe que a *deliberação* é o procedimento mais adequado para tratar dessas questões, mas que a violência, mas que a imposição, mas até que a votação, que será apenas o recurso último, quando já se tiver empregado convenientemente a força da palavra [...] (CORTINA, 2005, p. 35 grifos da autora).

Esta vinculação política presente no movimento homossexual, desde os primórdios é um dos fortes elementos de identificação e constituição da militância que busca o reconhecimento de sua cidadania política, mesmo tendo que enfrentar a opressão e a discriminação da aristocracia, do poder, das forças militares, da mídia e do Estado para que

mesmo aqueles que não estejam engajados na luta tenham sua identidade e direitos garantidos.

Conforme Okita (2007, p. 54) menciona que antes de Hirschfeld, outro médico, chamado Benkert¹⁸ também se manifestou contra o Parágrafo 175, emitindo uma carta aberta que “refletia sua indignação contra o fanatismo, a ignorância e a intolerância, em uma atitude que podemos facilmente associar à militância contemporânea do movimento homossexual”. Mas, a campanha de Hirschfeld ganhou maior proporção, por que contou com o apoio do Partido da Social Democrata Alemão. O Comitê Científico e Humanitário instalou na Alemanha, o Instituto de Ciência Sexual que era formado por uma biblioteca com uma vasta documentação e publicação relacionados à sexologia. O Instituto virou o “centro do movimento homossexual de libertação” (OKITA, 2007, p. 60).

MacRae (2011, p. 25) diz que

[...] o Instituto não resistiu à ascensão de Hitler e foi o primeiro alvo da campanha nazista contra livros “pouco germânicos” e já em maio de 1933 foi saqueado e sua biblioteca de 10.000 volumes foi incinerada em uma fogueira pública junto com um busto do próprio Hirschfeld (MACRAE, 2011, p. 25).

Okita (2007, p. 61) corrobora com esta informação, afirmando que

[...] Entre 1933 e 1935, o movimento homossexual, continuou sendo brutalmente exterminado tanto pelos fascistas, como pelos stalinistas. Mais de cem mil homossexuais foram exterminados nos campos de concentração pelos nazistas. Eles eram diferenciados dos outros cativos por serem obrigados a usar uma estrela cor-de-rosa na roupa [...].

Notadamente, na Europa, o movimento homossexual surge entre os médicos, intelectuais e estudiosos que tinham o interesse científico pela sexualidade, conforme enaltece MacRae (2011, p. 25), “os militantes homossexuais de então eram bastante respeitáveis, frequentemente escudando suas reivindicações atrás de títulos médicos” e finaliza dizendo que Magnus Hirschfeld foi “provavelmente o mais importante dos primeiros militantes homossexuais”.

O advento do nazismo significou o auge da perseguição da militância homossexual, somente após a II Guerra Mundial é que se voltou a discutir o reconhecimento da cidadania

¹⁸ Foi o médico húngaro Benkert, que usava o pseudônimo de Karoly Maria Kertbeny quem cunhou o termo homossexual para designar relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo (OKITA, 2007, p. 53-54; ABGLT, 2010, p. 10).

civil deste segmento. O marco para o retorno da organização deste movimento foi à promulgação da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, em 1948. Conforme explicitado por Rizzo (2006 *apud* ROSSI, 2010, p. 70) “constitui-se para alguns ativistas do movimento homossexual, em um ponto de referência na luta contra a discriminação por orientação sexual e reconhecimento dos seus direitos”.

Deste modo, Rossi (2010, p. 70) afirma que “ativistas do movimento homossexual no mundo se valeram da Declaração como um marco legal para buscar os seus direitos”. Com isso, entendemos que os homossexuais, como sujeitos universais de direitos, a partir deste período, começaram a se organizar em torno da luta contra a discriminação, pela proteção e defesa de sua dignidade.

Há indícios que só pós-guerra é que grupos de homossexuais que viveram longos períodos de silenciamento e clandestinidade voltaram a se constituir enquanto organizações na Europa. “Na Holanda, em 1946, foi fundado o Cultura em Ontspanningscentrum (COC); na Dinamarca, foi o Forbundet, em 1948 e na França, o Arcadie, em 1954”. (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 43).¹⁹

Na antiga União Soviética, também houve uma forte repressão aos homossexuais, considerando a homossexualidade como uma perversão sexual, com represália e detenção para quem cometia atos homossexuais (MACRAE, 2011; OKITA, 2007). Desta forma, compreendemos que a tirania e a violência fizeram com que os primeiros sinais do movimento homossexual fossem exterminados na Europa.

Foi nos Estados Unidos que por volta de 1950 que se formou a *Mattachine Society*²⁰, uma organização política semiclandestina de gays e lésbicas que visava à integração dos homossexuais na sociedade, pois consideravam que era dado um *status* socialmente marginal ao segmento²¹.

De acordo com Green (2003),

[...] grupos relativamente pequenos e isolados, ofereceram as bases para a organização de outros esforços contra a discriminação e homofobia numa época em que os direitos civis e as atividades anti-guerra inspiraram uma segunda onda de feminismo e novas organizações pelos direitos dos gays e lésbicas no final da década de 1960.

¹⁹ Em contextos de autoritarismo de Estado, como nazismo ou períodos de ditaduras os ativistas do Movimento Homossexual atravessam períodos de resistências face a opressão (GREEN, 2003).

²⁰ Fundada por membros do Partido Comunista que adotavam uma linha moderada e cautelosa (GREEN, 2003; MACRAE, 2011).

²¹ Neste período já haviam divergências entre os gays e as lésbicas, assim ocorreram dissidências no *Mattachine Society* e foi formado em 1955, na cidade de São Francisco, as *Daughters of Bilitis*, grupo formado apenas por lésbicas (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 43).

Provavelmente o movimento de maio de 1968 que aconteceu na França, inspirou a militância norte-americana que semelhante à juventude europeia questionava os valores morais da época. A revolta estudantil de 1968 desencadeou o aparecimento do movimento de contracultura, com o movimento *hippie*, com a luta das mulheres em busca de sua afirmação na sociedade, como também dos negros que protestavam por direitos civis, “além das revoltas estudantis nas universidades, a desobediência civil dos jovens contra a guerra do Vietnã” (BERUTTI, 2010, p. 37).

A década de 1960 foi essencial para a expansão da militância gay nos Estados Unidos e, por consequência, influenciou outros países da América e da Europa, por que foi exatamente nos Estados Unidos que aconteceu o surgimento do Movimento Homossexual Moderno.

No dia 28 de junho de 1969, aconteceu a *Revolta de Stonewall*, um episódio que marcou para sempre a militância LGBT de todo o mundo. O fato ocorreu na cidade de Nova York, no bar *The Stonewall Inn*, localizado na Christopher Street, número 53, um espaço frequentado por gays, lésbicas e travestis, em que cotidianamente aconteciam batidas da polícia e que seus frequentadores eram forçados a saírem e na maioria das vezes acontecia repressão policial, porém neste dia “ao invés de fugir, eles, liderados por travestis, trancaram os policiais no bar, incendiaram e atiraram pedras e garrafas quando os policiais tentavam sair” (OKITA, 2007, p. 73). De acordo com MacRae (2011, p. 26), “a luta foi bastante violenta e os homossexuais, além de evidenciar a fúria inusitada contra seus tradicionais repressores, também gritaram palavras de ordem”. Assim, a *Revolta de Stonewall* durou cerca de três dias, com intenso confronto da polícia contra os homossexuais nas ruas de Nova York.

A pesquisadora Eliane Berutti (2010) afirma que

[...] The Stonewall Inn foi palco da pior batida de polícia de sua história e viveu seu momento final. [...] Faz-se desnecessário pontuar por que todos os anos de invisibilidade e opressão finalmente explodiram no confronto com a polícia. Um ano depois, com a intenção de comemorar as revoltas de Stonewall, [aconteceu] a passeata do Orgulho Gay tomou conta das ruas da cidade de Nova York (BERUTTI, 2010, p. 40).

A citação acima mostra a importância da batalha que se travou em Stonewall e o quanto este momento influenciou na organização política do movimento homossexual, tanto nos Estados Unidos, como em outros países.

Um ano depois, aconteceu uma passeata que reuniu cerca de dez mil homossexuais para comemorar a Rebelião de *Stonewall* e o dia 28 de junho como “Dia do Orgulho Gay²².” Deste modo, foi formada a *Gay Liberation Front* (Frente de Libertação Homossexual) que teria implicações mundiais, pois centenas de organizações de homossexuais começaram a surgir (OKITA, 2007, MACRAE, 2011).

Segundo Okita (2007, p. 74),

Inspirados nas lutas dos negros, mulheres, heróis vietnamitas, o movimento tomou uma orientação altamente política. Nos anos seguintes, o movimento forçou a várias mudanças na sociedade norte-americana. Forçaram a Associação Americana de Psiquiatria²³ a repensar sua classificação tradicional de homossexual como doente e ganhou cobertura ampla na suas reivindicações básicas: fim da discriminação no emprego, na habitação, fim dos ataques policiais contra a comunidade homossexual, pelos direitos dos professores, etc. (OKITA, 2007, p. 74).

Com isso, as ações da Frente de Libertação Homossexual se espalharam por outros estados americanos e assim surgiram lideranças do movimento homossexual, como *Harvey Milk*, em São Francisco, um dos poucos ícones do movimento que são evidenciados na história da luta em defesa dos direitos dos homossexuais. Diferentemente dos demais movimentos sociais, os líderes do movimento homossexual foram invisibilizados pela história. *Harvey Milk* foi um militante assumidamente gay que se elegeu supervisor em São Francisco, o que equivale ao cargo de vereador no Brasil, sendo o primeiro homossexual a ser eleito para um cargo público nos Estados Unidos, porém, só foi eleito, depois de inúmeras derrotas, conseguindo a vitória depois de três tentativas, mas após a conquista, foi assassinado a queima roupa por outro supervisor que não admitia a ascensão dos direitos dos homossexuais. A vida e o ativismo de *Milk* se tornaram uma das referências do movimento homossexual no mundo²⁴.

James Green (2003), historiador e pesquisador dos movimentos sociais afirma que a batalha dos gays e lésbicas contra a polícia nas ruas de Nova York influenciaram o surgimento de organizações gays em outros países da América Latina. Na Argentina, meses depois do ato de *Stonewall* foi fundado o *El Grupo Nuestro Mundo*, um grupo formado por

²² Atualmente o dia 28 de junho é comemorado como o Dia do Orgulho LGBT, tendo sido inclusive incorporado no calendário de alguns estados e municípios brasileiros. Na Paraíba, a Lei nº 7.901/2005, de 22 de dezembro de 2005, instituiu o dia 28 de junho como o Dia Estadual da Diversidade Sexual. Em João Pessoa, o Dia Municipal da Diversidade Sexual foi instituído através da Lei nº 10.501/2005, de 15 de julho de 2005.

²³ Desde 1973, a Associação Americana de Psiquiatria retirou a homossexualidade da lista de distúrbios mentais.

²⁴ Em 2008, a história de Harvey Milk se tornou conhecida a partir do lançamento do filme *Milk: a voz da igualdade*, estrelado por Sean Penn, com direção de Gus Van Sant.

dez homossexuais que juntamente com outros pequenos grupos formaram a Frente de Libertação Homossexual da Argentina (FLH), em 1971, ele descreve ainda que,

No início da década de 1970, grupos semelhantes de gays e lésbicas apareceram no México e em Porto Rico, num contexto de ascensão política mundial. [...] As culturas homossexuais urbanas da Cidade do México, de San Juan e de Buenos Aires revelaram-se solos férteis para desenvolvimentos dos movimentos dos gays e lésbicas dentro dessa avalanche de revoltas políticas do final da década de 1960 e início de 1970. Assim, não surpreenderia que um desses grupos que se formaram no México, em 1978, a Frente Homossexual de Acción Revolucionaria, adotasse a linguagem e o simbolismo da esquerda. Da mesma forma, na Argentina, ativistas formaram, em 1971, a Frente de Liberación Homossexual de La Argentina (FLH) com a coalizão de quatro grupos diferentes. (GREEN, 2003, p. 27).

Vale salientar que na maioria destas organizações havia uma forte influência política, já que agregava homossexuais que tinham sido expulsos do Partido Comunista. Entretanto, alguns políticos de esquerda, contribuíram para luta dos direitos dos homossexuais, tanto no México como na Argentina. Mas, nem em todos os países da América a cidadania dos homossexuais foi respeitada.

Em Cuba e Nicarágua, auto-afirmação e organização entre os gays, lésbicas e outros transgressores sexuais, foram compulsoriamente suprimidos antes de alcançar qualquer grau de aceitação. A profunda homofobia e heterossexismo da sociedade cubana, então mobilizada pela revolução, permitiu posturas e práticas que, só muito lentamente, foram eliminadas, à medida que as minorias sexuais reivindicavam visibilidade (GREEN, 2003, p. 18).

Apesar de Cuba ser a referência socialista na América Central, a Revolução Cubana sofreu forte influência stalinista que “considera a homossexualidade como decadência burguesa” e desta forma o país passou muito anos reprimindo a homossexualidade com trabalhos forçados na produção da cana de açúcar, sendo alvo de crítica da militância LGBT até os dias atuais (OKITA, 2007, p. 70).

Green (2003) afirma que a forte repressão aos homossexuais aconteceu em diversos países da América Latina em períodos de ditadura militar, sobretudo em Porto Rico, México, Argentina e Brasil²⁵.

²⁵ O Brasil viveu durante 21 anos sobre a Ditadura Militar, instaurado pelo Golpe Civil Militar que ocorreu em 1 de abril de 1964 e que durou até 15 de março de 1985. Segundo Green (2003, p. 31) “embora os homens e as mulheres homossexuais não fossem alvos diretos da ditadura, o crescente número de policiais militares nas ruas, o uso arbitrário da lei e a generalizada vigilância nas expressões artísticas e literárias criaram um clima que

Assim, entendemos que o Movimento LGBT atual é um dos sobreviventes da repressão militar que aconteceu em diversos países do América Latina e teve o seu surgimento marcado pela Revolta de *Stonewall*, a qual que influenciou a expansão da luta contra a intolerância em outros países, inclusive no Brasil, como veremos no tópico a seguir.

2.2 Para além de *Stonewall*: o Movimento Homossexual floresce no Brasil

O Movimento LGBT no Brasil anteriormente conhecido como Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) tem pouco mais de trinta e cinco anos de existência e ao longo desses anos sofreu inúmeras mudanças, que vão desde a modificação de sua nomenclatura, passando de MHB para a sigla LGBT, a qual teve constantes alterações até chegar ao formato atual.

Facchini (2005) ressalta que

Nos documentos produzidos por membros ou grupos/organizações do movimento desde seu surgimento, a sigla MHB tem sido auto-referência, principalmente quando se trata de traçar abordagens generalizantes e históricas. Em momentos específicos, como em 1993, esse movimento aparece descrito como MGL (movimento de gays e lésbicas). A partir de 1995, aparece primeiramente como um movimento GLT (gays, lésbicas e travestis) e, posteriormente, a partir de 1999 [...], passa a figurar como um movimento GLBT – de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros (FACCHINI, 2005, p. 20).

A sigla GLS (gays, lésbicas e simpatizantes)²⁶, foi outra expressão muito utilizada na década de 1990, criada pelo mercado para identificar estabelecimento comerciais que incluía aqueles que independentemente da orientação sexual se mostravam abertos e “simpatizantes” em relação aos homossexuais.

desencorajava a possibilidade de emergência de um movimento por direitos dos gays e lésbicas no início dos anos de 1970”.

²⁶ Para a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), a sigla GLS é utilizada para descrever as atividades culturais e mercadológicas comuns a este grupo de pessoas. “A sigla GLS é excludente porque não identifica as pessoas bissexuais, travestis e transexuais”. Desta forma, não deve ser empregada como referência à dimensão política da cidadania LGBT (ABGLT, 2010, p. 12).

O pesquisador Juan Marsiaj enaltece que

[...] Certas tensões e riscos também puderam ser esclarecidos, como por exemplo o perigo da ilusão de liberação que o crescimento de estabelecimentos comerciais para o público GLS cria. Tal liberação é extremamente limitada, e gera a possibilidade de uma maior marginalização de grande parte da comunidade gay e lésbica [...] (MARSIAJ, 2003, p. 145).

Entretanto, Adela Cortina (2005) afirma que o conceito de cidadania econômica vai além desta esfera mercadológica, pois potencializa o exercício da autonomia:

[...] o conceito de ‘cidadão’, apesar de ter sido criado no âmbito político, foi se estendendo paulatinamente a outras esferas sociais, como é o caso da econômica, para indicar que, em qualquer uma delas, *os afetados pelas decisões nelas tomadas são ‘seus próprios senhores’ e não súditos*; isso implica propriamente que devem *participar de forma significativa* da tomada de decisões que os afetam. Qual deva ser a maneira de participação é algo a determinar nos casos concretos, mas, seja como for, ela deve ser significativa. (CORTINA, 2005, P. 79 grifos da autora).

Embora tenha acontecido uma disparidade econômica nos espaços ditos como “GLS”, em determinado momento foram e são importantes para a auto-identificação dos homossexuais, já que nestes espaços vivencia sua cidadania abertamente e identificam seus pares. Embora que ainda haja espaços comerciais que discriminam as travestis e transexuais, principalmente, as de classe econômica baixa, como também os gays e as lésbicas que não podem pagar para usufruir destes espaços.

A política de saúde em decorrência da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) que aprofundaremos no decorrer deste capítulo adotou outra sigla para realizar prevenção entre homens e mulheres que não se identificam com a orientação sexual ou a identidade de gênero homossexual, assim tínhamos o uso do HSH (Homens que fazem sexo com Homens) e MSM (Mulheres que fazem sexo com Mulheres), mas que não assumiam a homossexualidade, fato comum que ocorrem com aqueles (as) que estão vivendo encarcerados (as) no sistema prisional e/ou em medidas socioeducativas (MOVIMENTO D’ELLAS, 2005; ABGLT, 2010).

Estas mudanças ocorreram para dar visibilidade às mulheres lésbicas e às travestis no Movimento Homossexual Brasileiro. As lésbicas passaram a ter uma maior organização em âmbito nacional só na segunda metade dos anos 1990²⁷ e, neste mesmo período, começaram a

²⁷ Embora não seja objeto desta dissertação, vale salientar que as mulheres lésbicas sempre estiveram inseridas no movimento feminista, no Brasil e no mundo, desde o seu surgimento na segunda metade dos anos 60, nos

surgir às organizações independentes de travestis e transexuais que ao longo dos anos foram se inserindo e fortalecendo o segmento, buscando assim o reconhecimento de suas identidades junto ao então movimento homossexual, já que os “homens predominaram nas organizações do movimento brasileiro, desde suas primeiras fases” (SIMÕES e FACCHINI, 2009, p. 15).

No Brasil, após a realização da I Conferência Nacional GLBT, realizada em 2008, “decidiu-se pelo uso da terminologia LGBT para identificar a ação conjunta de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais”, desta forma esta é a sigla que utilizaremos no decorrer deste trabalho (ABGLT, 2010, p. 15).

Facchini (2005, p. 21) afirma que “a proliferação de siglas e a segmentação de categorias com a finalidade de nomear o sujeito político do movimento foram, no ano de 1999, alvos de tratamento irônico na mídia que acusava as entidades que passaram a utilizar a sigla GLBT de criar uma “sopa de letrinhas” e esta metamorfose desencadeada pelas constantes mudanças das siglas, gerou muita confusão na literatura, nos estudos da homocultura, na imprensa e, sobretudo, na população que não conseguia assimilar a sigla e/ou denominação politicamente correta vinculada ao movimento. Entretanto, concordamos com Rossi (2010, p. 71) quando diz que “essa transformação das siglas ao longo da história mostra um pouco da evolução do próprio movimento que, ao longo das décadas, foi incorporando a luta de lésbicas, travestis e recentemente das transexuais”. Este paradoxo existente no Movimento LGBT Brasileiro em torno de sua própria identidade é fruto de como surgiu o próprio movimento em nível internacional, o qual foi cercado de turbulências até chegar ao Brasil.

Peter Fry (2009) cita que a trajetória do Movimento LGBT no Brasil pode ser dividida em três fases de intensa busca em torno do reconhecimento pelos seus direitos junto à sociedade, sendo a primeira marcada pelo lançamento do Jornal *O Lamião da Esquina* e o surgimento dos pequenos grupos homossexuais, em plena ditadura militar.

De acordo com James Green (2000, p. 395),

[...] Em 1978, um pequeno grupo de intelectuais do Rio de Janeiro e de São Paulo fundou o *Lamião da Esquina*, um tablóide mensal de ampla circulação dirigido ao público gay. Muito meses depois, um grupo de homens em São Paulo formou o SOMOS, a primeira organização pelos direitos gays do país.

Estados Unidos e que posteriormente se expandiu por outros países. A forte presença dos gays no movimento homossexual é predominante desde o seu início e a partir das discordâncias pelas práticas machistas dentro do movimento fez com que as lésbicas buscassem sua auto-organização, já que as dissidências ocorrem no bojo nas organizações desde os anos 1970, quando foram criados os grupos de lésbicas (FACCHINI, 2003).

O início do movimento homossexual no Brasil tem forte influência da cultura e do movimento gay norte-americano, no final dos anos 1970. Em pleno processo de abertura política o ativista *João Antonio Mascarenhas*, considerado como o pioneiro do ativismo gay brasileiro (HOWES, 2003) traz ao Brasil, o jornalista Winston Leyland, editor da Revista norte-americana *Gay Sunshine* para uma palestra que teve grande repercussão na imprensa local e posteriormente um encontro com jornalistas, escritores e intelectuais brasileiros da época, entre os quais, destaque: Aguinaldo Silva, João Silvério Trevisan, Peter Fry, entre outros que resolveram criar em 1978, no Rio de Janeiro, o Jornal O Lâmpião da Esquina, o qual se tornou o principal veículo de comunicação sobre homossexualidade de 1978 a 1981.

[O jornal] Lâmpião se diferenciava também no modo como abordava a homossexualidade. O jornal procurava oferecer um tratamento que combatesse a imagem dos homossexuais como criaturas destroçadas por causa de seu desejo, incapazes de realização pessoal e com tendências a rejeitar a própria sexualidade. Mas não fazia isso de modo a concentra-se exclusivamente nos homossexuais e, sim, apresentando-os como uma entre as várias minorias oprimidas que tinham direito a voz. O jornal se propunha a “sair do gueto” e ser um veículo pluralista aberto a diferentes pontos de vista sobre diferentes questões minoritárias (SIMÕES, FACCHINI, 2009, p. 85-86).

A veiculação do Lâmpião da Esquina ocorreu em plena ditadura e passou a ser alvo dos militares que considerava subversivo por evidenciar os homossexuais. De acordo com Helena Vieira (2015), a ditadura no Brasil²⁸:

[...] Além da caça a homossexuais e travestis nas ruas, para “limpeza”, empreendeu-se forte mecanismo de censura contra jornais, revistas, ou quaisquer outros meios que dessem alguma visibilidade a essas pessoas transviadas. Notório foi o caso do jornal “O Lâmpião da esquina“, destinado ao público homossexual, e que foi combatido amplamente pela censura, porém resistiu. [...] Outro aspecto importante é sabermos que durante este período a homossexualidade (então conhecida como “homossexualismo”) era entendida como uma patologia. Muitos gays, lésbicas, travestis e transexuais foram internadas em manicômios (VIEIRA, H., 2015, p. 3).

Este clima de tensão e horror só veio ser amenizado quando a sociedade brasileira se mobilizou contra a ditadura militar, favorecendo o crescimento do movimento pelas “Diretas

²⁸ Em 2014, o historiador James Green e o advogado Renan Quinalha organizaram e publicaram o livro *Ditadura e Homossexualidade no Brasil: repressão, resistência e busca da verdade*, com artigos de diversos pesquisadores que retratam a repressão sofrida pelos gays, lésbicas e travestis nos anos de chumbo. O livro resultou da elaboração do texto que fez parte do Relatório da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo (GREEN, 2015). Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-ai-5-atrasou-por-anos-o-movimento-gay-no-brasil-5222.html> Acessado em 25 jun. 2015.

Já”, em 1984. Neste período, os movimentos sociais emergiram e contribuíram para o processo de redemocratização do Brasil. Desta forma “[...] Assim, como o movimento [homossexual] brasileiro florescia sob estas condições de liberdade, surgiram também novos grupos na maioria dos países do continente” (GREEN, 2003, p. 31). Os homossexuais também se constituíam como novos sujeitos nas lutas sociais, seja na luta pela despatologização da homossexualidade como doença, no combate a AIDS, na organização de novos grupos e enfrentamento a violência e a discriminação.

A “saída do gueto” como propunha o Lampião da Esquina foi pela organização do movimento homossexual²⁹. Deste modo, o Lampião passou a ser um dos principais veículos de politização da homossexualidade. Assim, foi criado em 1978, o Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais, sendo rebatizado posteriormente com o nome de *Somos – Grupo de Afirmação Homossexual*, em homenagem a uma publicação da Frente de Libertação Homossexual da Argentina (GREEN, 2000; OKITA, 2007; SIMÕES e FACCHINI, 2009).

Segundo Simões e Facchini (2009),

O grupo, naquele momento, era composto por cerca de quinze homens, que passaram a realizar reuniões semanais dedicadas a relatos confessionais, seguindo uma prática já consagrada nos grupos feministas e também a discussões sobre a possibilidade de formação de um movimento político mais amplo em aliança com feministas e outras minorias (SIMÕES, FACCHINI, 2009, p. 96).

O início do Somos é marcado pela sua formação mista, tendo gays e lésbicas atuando juntos, porém, as mulheres passaram a ser organizar em um subgrupo, pois identificaram práticas machistas entre os homossexuais masculinos, desta forma criaram o *Grupo Lésbico-Feminista*, já que “a discussão surgida em torno da questão do machismo levou as lésbicas a organizarem-se como uma semi-autonomia dentro do grupo, para poderem colocar as suas questões específicas” (OKITA, 2007, p. 91). Possivelmente vem daí as cisões e disputas que existem no seio do Movimento LGBT até dos dias atuais que ocasionaram as inúmeras transformações na sigla e nas lutas do segmento.

Na década de 1980, foi iniciada com o processo de abertura política (1985) e redemocratização (1988), abrindo a possibilidade da expressividade dos novos movimentos sociais, conforme enaltece Gohn (1997, p. 269), com “características da natureza humana,

²⁹ Entretanto, “artistas brasileiros como Caetano Veloso, o Grupo Secos & Molhados, com seu vocalista Ney Matogrosso, e o grupo teatral Dzi Croquettes, liderado pelo coreógrafo Lennie Dale”, entre outros, (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 75). Embora não estivessem envolvidos diretamente no movimento organizado, contribuíram para visibilidade ao homoerotismo, pois com suas performances e “desbunde” questionavam os valores morais e a repressão da época, já que o país vivia uma ditadura militar (FRY; MACRAE, 1984).

especificamente sexo, idade, raça e cor”, assim denominado movimento de mulheres, movimento negro, movimento homossexual, entre outros.

Neste período surgiram inúmeros grupos homossexuais, em São Paulo que se espalharam pelo país e em 1980 tiveram a coragem de realizar o *I Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO)*³⁰ simultaneamente com o *I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO)*, o evento aconteceu em plena semana santa, de 04 a 06 de abril (ESTRUTURAÇÃO, 2005). Nos dois primeiros dias fechado aos grupos homossexuais organizados, no Auditório da Faculdade de Medicina da USP e no dia 06, “aconteceu como um ato público no Teatro Ruth Escobar com a presença de mais de 1.000 pessoas, segundo comentário da grande imprensa, registrado pela cobertura jornalística do *Lampião*” (ZANATTA, 1997, p. 203).

Simões e Facchini (2009) relatam que

Cerca de duzentas pessoas compareceram à parte fechada do encontro, o I Egho, integrantes e convidados dos grupos Somos-SP, Eros-SP, Libertos/Guarulhos-SP, Somos/Sorocaba-SP, Somos-RJ, Auê-RJ, Beijo Livre/Brasília-DF, ale de representantes de Belo Horizonte, Vitória, Goiânia, Curitiba [...] Recheado de discussões longas e acirradas, o encontro evidenciou que entre os integrantes dos diversos grupos representados havia vários simpatizantes de partidos políticos de esquerda, legais, como o recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT), ou clandestinos em via de legalização, como o PCB e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), além da Convergência Socialista, que naquele momento aderira ao PT (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 106).

Desta forma, percebemos que o movimento LGBT desde seu início dialogava com as questões políticas existentes no Brasil, tanto que Green (2003) e Okita (2007) corroboram com esta informação, afirmando que os gays e as lésbicas estiveram presentes nas lutas pelas liberdades políticas e nas lutas pelos direitos econômicos, sociais e culturais, quando diferentes segmentos resolvem construir e fundar um partido de esquerda, a exemplo do PT, participaram das lutas gerais no processo da transição política a partir de 1974 nas lutas pela Anistia e por direitos sociais, como na caminhada do dia 1º de maio de 1980, na greve do ABC.

³⁰ O EBHO se tornou um evento de referência da militância LGBT, ficando com esta nomenclatura até o V EBHO que ocorreu em Recife/PE, em 1991. Porém, ao longo dos anos passou por diversas denominações, sendo a primeira em 1993, quando da realização do VI Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais (EBLHO), já em 1995 se tornou o Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas (EBGL). Após inúmeras discordâncias, a partir de 1997, o IX Encontro incorpora as Travestis e vira o EBGLT. O Encontro teve 13 edições, e no 13º EB LGBT - Encontro Brasileiro de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais que aconteceu em Porto Alegre, passou a adotar o uso da sigla LGBT (ESTRUTURAÇÃO, 2005).

Embora, houvesse divergências políticas no interior do então movimento homossexual, pois havia militantes que achavam que o foco do movimento deveria ser a luta identitária, ao ponto de ocorrer uma divisão no Grupo Somos, já que uma parte não queria envolvimento político partidário no movimento (OKITA, 2007).

De acordo com Green (2003), os partidos políticos de esquerda passaram muito tempo para integrar as bandeiras do movimento LGBT nos seus programas políticos, tanto no Brasil como na América Latina. Alegando que a prioridade deveria ser as alianças com a classe operária, uma vez que os LGBTs só pautavam a luta identitária.

Zanatta (1996, p. 210) afirma que neste período “o movimento entrava em refluxo. [...] Os enfrentamentos ideológicos e as perseguições de caráter repressivo e moralista desorganizaram internamente os grupos que se questionavam sobre suas formas de atuação”.

A disputa pela direção política do movimento social, ainda hoje é motivo de discórdia, já que alguns acreditam que a prioridade deve ser a luta identitária dos homossexuais via movimentos sociais, diferentes dos que concordam pela via do partido político (GOHN, 1997).

Porém, Green (2003, p. 35) afirma que a militância homossexual “desempenharam um papel importante na constituição de laços entre setores progressistas do emergente movimento de gays e lésbicas e setores da esquerda latino-americana, criando, assim, as bases para a consolidação das coalisões e alianças táticas na década de 1990”. Deste modo, com a chegada das forças do campo democrático-popular em 2003, a partir da ascensão do PT ao Governo Federal é então que se têm condições políticas e materiais para o diálogo do movimento LGBT por dentro do Estado, participando da construção de políticas públicas voltadas para os direitos da população LGBT, porque na verdade, desde o início do partido, o segmento esteve buscando o reconhecimento de seus direitos, embora com muita resistência de alguns sindicalistas. Entretanto, “o PT foi o primeiro partido brasileiro a organizar um setorial de gays e lésbicas e fazer constar em seu estatuto o apoio à causa GLBT” (ROSSI, 2010, p. 75).

A segunda fase do movimento acontece a partir de 1980, quando o movimento floresceu e se espalhou pelo país afora, são datados deste período a criação do Grupo Gay da Bahia – GGB (1980); Grupo de Atuação Homossexual de Recife/Olinda – GATHO (1981); Grupo Dialogay, de Sergipe (1981); o Grupo Triângulo Rosa (1985) e o Grupo Atobá (1986), ambos do Rio de Janeiro, entre outros³¹.

³¹ Desde período o único ainda em atuação, sendo considerado o mais antigo grupo homossexual em funcionamento na América Latina. Ver http://www.ggb.org.br/cronologia_movimento_homossexual.html Acessado em 28 jun. 2015.

Deste período, duas ações foram significativas para o segmento LGBT, o Grupo Triângulo Rosa, liderado por João Antonio Mascarenhas e o GGB liderado por Luiz Mott fizeram uma intensa campanha para que em 9 de fevereiro de 1985, o Conselho Federal de Medicina deixasse de considerar homossexualidade como doença e assim transferiu o diagnóstico para outras circunstâncias psicossociais. Segundo Reis (2012b, p. 56) “o Brasil antecedeu em cinco anos aprovação em 17 de maio de 1990, pela 43ª Assembléia Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), da retirada do código 302.0³² da Classificação Internacional de Doenças (CID)”.

A outra ação foi à tentativa de “incluir uma expressa proibição de discriminação por ‘orientação sexual’ na Constituição de 1988”. Mas, não se obteve êxito, em virtude da oposição dos fundamentalistas religiosos (HOWES, 2003, p. 302, grifo do autor).

Porém, este período coincide com a chegada da AIDS, acontecendo assim à institucionalização do movimento que passa a firmar parceria com o Estado, realizando ações preventivas junto aos gays, fortalecendo ações e estruturação de grupos organizados.

Conforme ressalta Facchini (2005)

Antes do final da primeira metade dos anos 1980, houve uma drástica redução na quantidade de grupos presentes no movimento. Isto pode ser justificado, entre outras coisas, pelo surgimento da epidemia da Aids, então chamada “peste gay”, e seu poder de desmobilização das propostas de liberação sexual, e, ainda, pelo fato de muitas lideranças terem se voltado para a luta contra a Aids, criando as primeiras respostas da sociedade civil à epidemia.

A AIDS ao mesmo tempo em que fragilizou o segmento, já que muitos homossexuais adoeceram, crescendo o pavor na população, pois a “peste gay” era então associada aos homossexuais, provocou uma renovação na militância LGBT que viram no financiamento das ações de prevenção às DST/AIDS uma forma de criação de Organizações Não Governamentais (ONGs) para atuar no combate a AIDS.

Assim, quando em 1994, o Programa Nacional de DST/AIDS³³ é reformulado e passou a descentralizar suas ações de prevenção às DST/AIDS. O movimento passou a ser parceiro do Estado. Desta forma, o movimento LGBT se utilizou do que a autora Maria da

³² Definia homossexualidade como desvio e transtorno sexual, utilizando a expressão homossexualismo como doença no CID.

³³ O Programa Nacional de DST e AIDS, hoje o atual Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais, foi criado em 1986, por recomendação do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre a AIDS, instância da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Gloria Gohn (1997, p. 107) chama de “oportunidade política” e assim utilizou os recursos da AIDS para fortalecer a luta pelos direitos humanos dos LGBT.

De acordo com Rossi (2010)

Este estreitamento das relações carrega em si uma grande contradição. Por um lado, os recursos e financiamento fornecidos pelo Ministério da Saúde a grupos homossexuais para a prevenção das DST/AIDS na comunidade homossexual possibilitaram a reestruturação do movimento em todo o país, propiciando um crescimento e fortalecimento do movimento homossexual brasileiro. Por outro, acabou por amenizar as tensões entre essas duas instituições. Do claro papel de oponente ao Estado, o movimento passou a ser parceiro dele na luta ao combate a AIDS, subjacente as campanhas de prevenção contra a AIDS, na luta contra o preconceito e pela afirmação dos direitos sexuais de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros. Essa foi a fórmula que o movimento encontrou para se sustentar e se fortalecer.

O Estado identificou a necessidade de dialogar e envolver o segmento como principal parceiro para realizar o papel de prevenção às DST/AIDS, por isso, passou a firmar parcerias com as organizações subsidiando recursos para o desenvolvimento de projetos, articulando a promoção da saúde com a organização do movimento e o seu engajamento na luta contra a epidemia. A princípio, foi uma iniciativa salutar, mas transformou o movimento social em organizações não-governamentais com cara de empresas, a serviço do Estado, necessitando de CNPJ e de contratar profissionais de diversas áreas para executar a prestação de serviço ao governo.

Ainda segundo Rossi (2010)

Além disso, o crescimento do número de ONGs habilitadas para concorrer ao financiamento de projetos aumentou, e os recursos, não. Pelo contrário, na medida em que a política de combate ao HIV ia dando resultados positivos, tais recursos foram ficando mais escassos. Isso provocou uma disputa interna entre as ONGs que pleiteavam verbas junto ao Governo Federal (ROSSI, 2010, p. 90).

Neste ínterim, acontece a terceira fase do Movimento LGBT Brasileiro com a fundação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), durante o VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, realizado de 28 a 31 de janeiro de 1995, em Curitiba/PR. A década de 1990 é marcada pela proliferação de grupos ativistas, formação de redes e eventos específicos, como o Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Luta contra a Aids (ENTLAIDS), em 1993 e o I Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), em 1996. Como também a organização e o crescimento do número de paradas LGBT em todo o Brasil.

Júlio Simões e Regina Facchini dizem que

[...] as paradas, como manifestações de visibilidade de massa, marcam a expressão social e política do movimento LGBT dos últimos anos e são, também, um terreno privilegiado para se apreciar o cruzamento das diversas conexões do movimento com o mercado e o Estado (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 151).

Concordamos com a citação dos autores, pois entendemos que as paradas se tornaram o maior evento do segmento e se tornaram nos últimos anos um ato político consolidado, fazendo com que pelo menos uma vez ao ano a sociedade veja as lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais tomando as ruas de dezenas de cidades brasileiras como um direito social. Embora que para uma parte da população, as paradas sejam vistas de forma carnavalesca, entretanto, foi com este formato, cheio de glamour, irreverência e descontração que a militância identificou para fazer suas reivindicações e propostas ao Poder Público e assim viver em coletividade. Ao longo dos anos, conquistou alguns avanços em termos de políticas públicas no Brasil, cujo desdobramento só veio acontecer nos anos 2000, com a realização das conferências, elaboração de programas e projetos e financiamento de ações nas três esferas de governo, conforme veremos no capítulo 3 deste trabalho.

Nos últimos anos o Movimento LGBT tem conquistado no contexto democrático alguns avanços no campo da cidadania. De forma mais detalhada, podemos destacar: Na **dimensão política**, a participação social na realização de conferências de políticas públicas para LGBT, conselhos e gestão de políticas pública. Na **dimensão civil**, o movimento tem demandado e conquistado junto ao poder público, a criação de centros de referência de combate a homofobia, embora a violência constitua a mais grave violação de direitos. Por outro lado, os avanços no uso do nome social das travestis e transexuais nas repartições públicas e a implantação do Processo Transexualizador no SUS³⁴ demonstram o quanto na cidadania civil os LGBTs têm conquistado direitos. Na **dimensão econômica** da cidadania, os LGBTs tem galgado reconhecimento na inclusão dos casais homoafetivos no Imposto de Renda conjunto³⁵, assim como o reconhecimento do poder judiciário de união estável para

³⁴ Portaria nº 2.803/2010, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde - SUS. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html Acessado em 29 jun. 2015.

³⁵ Parecer nº 1503/2010, de 19 de julho de 2010, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG que permitiu a inclusão cadastral de companheiro/a homoafetivo/a como dependente para fins do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física. Disponível em http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/39/documentos/parecer_pgfn_1503.2010.pdf. Acessado em 29 jun. 2015.

recebimento de benefícios previdenciários junto ao INSS³⁶. Já no **aspecto social**, a conquista de direitos tem ocorrido na inclusão de companheiro (a) do mesmo sexo como beneficiário (a) de plano de saúde³⁷ e o reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar pelo Supremo Tribunal Federal³⁸.

Ao mesmo tempo em que temos avanços relacionados à cidadania LGBT nas dimensões civil, econômica e social, anteriormente listadas, existem tensões atuais no âmbito do parlamento, distintamente com o poder judiciário e executivo, o que tem dificultado a conquista de uma legislação que criminalize a homofobia no Brasil. Mesmo assim, do ponto de vista político, o movimento LGBT continua em outros canais de participação, seja na gestão de políticas públicas, seja nas esferas públicas da cidadania, nos comitês, conselhos de direitos e de políticas públicas.

As conquistas do movimento LGBT foram influenciadas pela ousadia daqueles/as que lutaram contra a discriminação desde a Revolta de *Stonewall*, fato que acabou entusiasmando outros ativistas em todo mundo, inclusive no Brasil dos anos de 1970, período em que assumir uma posição política significava perder a liberdade e às vezes a própria vida.

De acordo com Benevides (1996, p. 194),

A democratização em nosso país depende, nesse sentido, das possibilidades de mudança nos costumes – nas “mentalidades” – em uma sociedade tão marcada pela experiência do mando e do favor, da exclusão e do privilégio. A expectativa de mudança existe e se manifesta na exigência de direitos e de cidadania ativa.

Por isso, a criação do Jornal Lâmpião da Esquina, no Rio de Janeiro e a fundação do Grupo Somos, em São Paulo são fatos emblemáticos, já que foi o ponta pé inicial para a luta dos que ousaram assumir uma orientação sexual diferente da hegemônica e imposta pela sociedade, em um momento que o país fazia a transição do regime autoritário para o democrático, possibilitando a criação do movimento LGBT que foi formando em várias regiões do país, inclusive no Estado da Paraíba, como descrevemos no tópico seguinte.

³⁶ Portaria nº 513/2010, de 9 de Dezembro de 2010, do Ministério da Previdência Social autorizando o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a reconhece a união estável entre pessoas do mesmo sexo. Disponível em http://www.normaslegais.com.br/legislacao/portariamps513_2010.htm. Acessado em 29 jun. 2015.

³⁷ Súmula Normativa nº 12, de 4 de maio de 2010, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, que assegura o direito de inclusão de companheiro do mesmo sexo como beneficiário titular de plano privado de assistência à saúde,

³⁸ Em 05 de maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal - STF reconheceu a equiparação da união homossexual à heterossexual, possibilitando a realização dos casamentos homoafetivos em todo o país. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/06/26/entenda-as-diferencas-entre-o-casamento-gay-dos-eua-e-do-brasil.htm> Acessado em 29 jun. 2015.

2.3 A resistência do Movimento LGBT da Paraíba

A efervescência causada pelo surgimento do movimento homossexual na região sudeste fez com que os homossexuais começassem a se organizar em outras regiões do Brasil. No Nordeste, isto só veio acontecer no ano de 1980, conforme já citado anteriormente, com a criação do Grupo Gay da Bahia e o Dialogay de Sergipe. Este período foi marcado pelo início do processo de abertura política, já que se almejava o fim do Regime Militar. Desta forma, foi possível a (re) organização do movimento social, conforme afirma o pesquisador paraibano Thiago Oliveira que fez um estudo etnográfico sobre a historiografia do movimento LGBT da Paraíba:

[...] O surgimento dos primeiros grupos de militância em vários segmentos, entre eles o homossexual, na década seguinte está vinculado às contínuas mobilizações e erupções de coletivos de civis descontentes com a gestão do Estado, e de modo geral, de grupos e coletividades descontentes com a política [...] (OLIVEIRA, T., 2014, p. 10).

Na Paraíba, como nos demais estados, a juventude questionava os valores morais e sexuais da época, em virtude da forte repressão causada pela Ditadura Militar. Com isso, no interior das universidades começavam a surgir as discussões sobre homossexualidade e assim é criado o primeiro grupo homossexual da Paraíba, o *Nós Também*, conforme ressalta Oliveira, T. (2014, p. 12) “o surgimento do grupo ‘Nós Também’ (NT), em 1981 está estritamente vinculado às experiências de jovens universitários e professores da Universidade Federal da Paraíba em grupos de discussão”.

Um fato marcante desta época foi à realização do I Encontro de Grupos Homossexuais do Nordeste (EGHON), em Olinda/PE, em que o Nós Também, o Grupo de Atuação Homossexual de Recife/Olinda (GATHO/PE), o Dialogay/SE, o GGB e o Adé Dudu/BA estiveram presentes. O evento ficou marcado na luta pela despatologização da homossexualidade como doença, na ocasião foi organizado um grande abaixo assinado para sua retirada do Código Internacional de Doenças que contou o apoio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC (VIEIRA, L., 2015).

De acordo com Thiago Oliveira,

Na volta do evento, o grupo afetado pelas experiências e debates compartilhados então iniciou a organização do grupo. Diferente dos grupos em atividade naquele momento no país, o grupo NT apresentava duas particularidades, uma primeira ligada ao caráter misto dos seus membros e

um segundo ao formato de sua intervenção, geralmente mais artísticas e performáticas do que as desenvolvidas pelos grupos seguintes. Os membros, em geral na faixa etária entre vinte e trinta anos eram, em sua maioria, oriunda dos cursos e centros acadêmicos de Educação Artística e de Comunicação da UFPB (OLIVEIRA, T., 2014, p. 12).

O Grupo Nós Também teve uma curta duração, de 1981 a 1983, contando com a participação de professores e alunos da UFPB³⁹. Paralelamente, surgia fora dos muros da UFPB, no mesmo período o grupo *Beira da Esquina*, o qual dialogava com movimento estudantil, movimento negro, movimento de mulheres, artistas e líderes comunitários além de estudantes e professores da mesma instituição de ensino.

[...] O grupo Beira de Esquina (BE). Assim como no caso do Nós Também, o nome do grupo é um indício de suas inclinações e concepções de militância. Formado por jovens universitários geralmente vinculados aos centros acadêmicos da UFPB e às mobilizações de líderes comunitários, a atuação do BE tem um caráter menos acadêmico, voltado à formação das comunidades de base, reunindo homossexuais na universidade e também nos bairros periféricos onde os estudantes moravam. Os membros do grupo, em geral estavam vinculados a outros movimentos sociais, a exemplo do movimento sem terra e das pastorais ligadas à igreja católica em crescimento durante o período de ditadura militar. (OLIVEIRA, T., p. 13)

O Grupo Beira da Esquina teve em seus quadros, jovens que oriundos das Comunidades Eclesiais de Bases (CEB)⁴⁰, as quais contribuíam na formação ideológica e política da juventude. Um destes precursores é Luciano Bezerra Vieira que continua ativamente na militância LGBT, ele ressalta que um momento que envolveu os dois grupos,

Uma ação, entre outras, de forte simbologia, que envolveu os dois grupos foi a elaboração de um manifesto e a confecção de um bandeira que parodiava a do Estado de Minas Gerais, onde se inscreve 'Liberdade antes que tardia', aqui escrevemos '*Libertas que darás também*', com consequente exposição e leitura no evento de 1º de Maio de 1981, em frente a Assembléia Legislativa. Esta provocou muita tensão e se não fora, em especial o empenho das feministas representadas pelo Grupo Maria Mulher, não tinha se efetivado

³⁹ Entre os quais, destacam-se Lauro Nascimento, Sandra Craveiros, Gabriel Bechara, Germana Galvão e Henrique Magalhães (OLIVEIRA, T., 2014, p. 13).

⁴⁰ As Comunidades Eclesiais de Bases surgiram no Brasil nos anos de chumbo da ditadura militar, sob a inspiração da teologia da Libertação, vinculadas a Igreja Católica, buscavam a inclusão das classes populares e comunidades carentes. Nos anos 1970 e 1980 se espalharam no Brasil e na América Latina. Disponível em <http://realidadesocialbrasileira.blogspot.com.br/2009/09/cebs-e-teologia-da-libertacao.html> Acessado em 13 jun. 2015.

em função da reação contrária de setores do movimento sindical (Informação Verbal)⁴¹

Este fato mostra que tanto em nível local como nacional, setores da esquerda apresentavam ressalvas em relação às manifestações do movimento homossexual que buscava na irreverência uma forma de protestar contra a opressão e a discriminação que vivenciam historicamente no Brasil e no mundo.

A autora Adela Cortina (2005, p. 146) exalta que a cidadania é intercultural, já que “para respeitar uma posição não é preciso estar de acordo com ela, e sim, compreender que ela reflete um ponto de vista moral com o qual não compartilho, mas respeito em outro”. A cidadania é complexa, pluralista e diferenciada, com múltiplas identidades que precisam do reconhecimento dos “outros significativos” para retificar práticas homofóbicas, sexistas, machistas, racistas, entre outras.

Além da resistência dos setores populares em apoiar a organização dos homossexuais foi apenas um dos problemas, pois sem dúvidas o maior deles foi à pandemia da AIDS, conforme já citamos. Nos anos seguintes, os grupos foram dissolvidos em grande parte do Brasil, fenômeno que Regina Facchini (2005) associa ao surgimento da AIDS no Brasil, ocorrendo assim um declínio do movimento homossexual em todo o país.

As ações de prevenção a AIDS fez com que o ativismo voltasse a ressurgir nos anos 1990. Assim, a BEMFAM⁴², uma ONG nacional começou a desenvolver em seu escritório regional, em João Pessoa, um projeto de intervenção comportamental com homossexuais, o qual passou a ser chamado de Grupo Especial. Foi desse coletivo que surgiu o Movimento do Espírito Lilás (MEL), em 06 de março de 1992⁴³.

Em março de 1992 é fundado o Movimento do Espírito Lilás, o MEL um grupo que, como informa um dos seus idealizadores e fundadores, Breno Correia, nasce na cidade de João Pessoa com ‘o objetivo de ser um movimento de emancipação homossexual’ (OLIVEIRA, T., 2014, p. 14).

Para Luciano Vieira, a primeira fase do MEL foi “um momento interno de auto-reconhecimento como sujeitos de direitos, para depois, na fase seguinte, conquistar o reconhecimento social” (VIEIRA, L., 2008, p. 157).

⁴¹ Informação fornecida por Luciano Vieira Bezerra, durante a mesa redonda Movimento LGBT: de onde viemos e para onde vamos? Realizada no *I Acampamento da Juventude LGBT*, evento anteriormente citado no início deste capítulo.

⁴² BEMFAM é a sigla de Bem Estar Familiar do Brasil, uma organização não governamental com sede no Rio de Janeiro e oito escritórios regionais que atua na área de planejamento familiar no país, há mais de 45 anos. Disponível em <https://bemjovem.wordpress.com/o-que-e-a-bemfam/> Acessado em 14 jun. 2015.

⁴³ Assinaram a ata de fundação do MEL, Breno Correia, Mazureik Moraes, José Marques, Eduardo Sobral, Luciano Vieira e Waldir Ferreira (Ferreirinha), apenas os dois últimos continuam atuando no movimento social.

[...] O trabalho educativo O MEL tem realizado e destacado, ao longo da sua trajetória política e cultural, consiste de um amplo leque de ações de educação em direitos humanos, como cursos de capacitação, oficinas, pesquisas, denúncias e mobilizações na perspectiva de buscar discutir a cidadania homossexual e na organização do movimento homossexual na Paraíba (VIEIRA, L., 2008, p. 158).

Nos primeiros anos, o MEL era um grupo misto, composto por gays, lésbicas e algumas travestis e tinha uma forte atuação no cenário nacional. Em 1995, esteve presente no processo de fundação da ABGLT; em 1997, foi o primeiro grupo homossexual a filiar ao Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) e participou efetivamente da fundação e construção da Central dos Movimentos Populares (CMP). O MEL surgiu na década de 1990, período em que as lutas sociais emergiam, por isso se diferenciava das demais entidades LGBT da época, porque assumia outras bandeiras como a luta pela moradia, a inserção nos direitos humanos, a formação a partir da educação popular e a defesa pela saúde pública. Entretanto a plataforma prioritária sempre foi o enfrentamento a homofobia, sendo a primeira entidade a expor publicamente na imprensa paraibana os atos de violência e de criminalidade que acometia o segmento LGBT, mas com forte resistência da mídia conservadora que na maioria das vezes faziam chacota da atuação dos militantes.

De acordo com Luciano Vieira (2015, p. 5) a partir de 1995, o MEL “começa a realizar encontros estaduais, seminários, semanas da consciência LGBT em que buscava a participação de representantes de diversos municípios”. Desde forma, começava a se gestar o movimento LGBT da Paraíba que despontou na década de 2000, época em que as lésbicas e as travestis percebem a necessidade de se organizar em suas entidades para fortalecer a luta identitária, seguindo assim o andamento que acontecia no segmento LGBT em todo o país.

Assim, em 19 de outubro de 2002 foi fundada a Associação das Travestis da Paraíba (ASTRAPA). Fernanda Benvenutty (2008, p. 161), afirma que a sua criação da ASTRAPA se deu a partir dos anseios das travestis paraibanas que desejavam ter uma entidade que atendesse suas especificidades, já que o MEL tinha um recorte identitário voltados aos homens gays.

A ASTRAPA foi à entidade responsável pela implantação do primeiro Centro de Referência em Direitos Humanos para LGBT, no Estado da Paraíba, no ano de 2005, em que eram prestados serviços de assessoria jurídica, social e psicológica, o qual será detalhado no capítulo quatro desta dissertação. Só a partir de 2010 é que este serviço passa a ser ofertado pelo Poder Público Estadual.

Em 20 de novembro de 2002, foi fundado o Grupo de Mulheres Maria Quitéria (GMMQ) com a finalidade de ser uma entidade de defesa das mulheres lésbicas e bissexuais⁴⁴.

O nome do grupo Maria Quitéria, [é] uma homenagem a uma grande mulher, nordestina, guerreira, que lutou pela independência do Brasil, tendo recebido a alcunha de mulher-soldado, por seus feitos de bravura em prol da independência do Brasil, chegou a ser condecorada pelo Imperador D. Pedro II (TARGINO, 2008, p. 164).

No período de 2003 a 2007, o GMMQ diferenciou sua atuação das demais entidades LGBTs, já que passou a desenvolver ações culturais como o festival de música “Mulheres cantam Mulheres”, a “Camerata Mulher Arte Mulher” e o “Cinema entre Elas”, em que aconteciam atividades artísticas, oficinas, exibição de filmes, rodas de diálogos, entre outras ações. Desta forma, proporcionavam a integração entre as mulheres lésbicas e bissexuais, promoviam o grupo e abriam espaço para novos talentos.

O ano de 2002 é marcado pela realização da I Parada pela Diversidade Sexual da Paraíba, promovida pelo MEL, neste mesmo ano houve uma proliferação de entidades LGBT no estado. Em 26 de dezembro de 2002 foi fundado o Gayrreiros do Vale do Paraíba (GVP), na cidade de Itabaiana, se tornando um dos grupos mais atuantes no interior da Paraíba. No período de 2002 a 2004, a expansão do movimento no país e no Estado se deve ao Projeto Somos, desenvolvido pela ABGLT com financiamento do Governo Federal que visava a criação de novos grupos. Assim, surgiram ainda o Movimento do Espírito Lilás de Cajazeiras (MELICA), o Movimento Homossexual de Cabedelo (MHOCA) e a Associação de Homossexuais de Campina Grande (AHCG), os quais já foram extintos.

A interiorização do movimento foi uma iniciativa do MEL que visava o fortalecimento do segmento em todo o Estado. Mas, a expansão do movimento se tornou um dilema, já que era motivado pelo forte interesse nos recursos financeiros do Programa Nacional de AIDs que acabou não sendo viável para manter as entidades e por isso que muitas não deram continuidade as suas ações.

Nos últimos anos, surgiram a Associação do Orgulho LGBT de Cajazeiras (2004); o Grupo Fórum LGBT de Catolé do Rocha (2010); a Convergência do Orgulho Rosa, Azul e Lilás – CORAL de Sapé (2012) e recentemente os bissexuais que antes atuava no MEL criaram o Movimento de Bissexuais (MOVBI), no ano de 2014.

⁴⁴ São fundadoras do GMMQ: Marli Joaquim, Eulália Freitas, Ana Clara Maia, Mãe Lúcia, Selma Cabral, Adneuse Targino e Lúcia Bezerra (TARGINO, 2008).

3 ENTRELAÇANDO DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO E AS POLÍTICAS PARA LGBT

Este capítulo tem como objetivo contextualizar o processo de elaboração das políticas públicas para a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, a partir da criação do *Brasil sem Homofobia (BSH): Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual*, objeto de análise desta pesquisa. Para atingir esse objetivo, analisamos a inserção da temática de gênero e diversidade sexual nos marcos regulatórios internacionais de direitos humanos, a partir das Convenções Internacionais das Organizações das Nações Unidas (ONU). Esta análise é realizada mediante o exame de documentos, legislação, relatórios e pesquisas produzidas sobre o BSH e as ações do governo federal.

Ao final do capítulo, traçamos uma linha do tempo para conhecermos como se deu a inclusão do segmento LGBT nas políticas educacionais, partindo do pressuposto que foi por meio dos organismos, resoluções e convenções de direitos humanos que ocorreram na década de 1990, como também da pressão da sociedade civil organizada. Deste modo, recorreremos à produção bibliográfica de pesquisadores (as) e ativistas do movimento LGBT que atualmente examina as estratégias e iniciativas adotadas pelo governo federal a implantação das políticas voltadas para LGBTs no Brasil, nos últimos anos.

3.1 Da invisibilidade ao reconhecimento: a inserção do segmento LGBT na pauta dos Direitos Humanos

Há exatamente 67 anos, em 1948, a ONU, proclamava a *Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)*, que é um dos instrumentos internacionais⁴⁵ que contemplam parâmetros de grande relevância para a proteção dos direitos humanos da população LGBT. A DUDH preconiza em seu artigo 1º que “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade” (BRASIL, 2008a, p.4).

⁴⁵ Tais como os Pactos Internacionais de Direitos Cívicos e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966; a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 1969.

Entretanto, ainda nos deparamos com graves violações de direitos humanos em nosso país, cuja igualdade reiterada na Carta Universal não é de fato concretizada para todos os cidadãos e cidadãs, em especial para aqueles (as) que assumem uma orientação sexual diferente da hegemonicamente estabelecida e padronizada na sociedade, é comum a hostilidade, a discriminação, a violência e até assassinatos contra a população LGBT, cujo número de mortos cresce a cada ano.

O primeiro documento das Nações Unidas que faz alusão à sexualidade é a *Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação na Esfera do Ensino*⁴⁶, datada de 15 de dezembro de 1960, e adotada na 11ª Sessão da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em Paris, na França. No primeiro artigo desta convenção já se estabelecia que discriminação por “raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou qualquer outra opinião, origem nacional ou social, condição econômica ou de nascimento” são violações de direitos humanos, embora, à época, o uso da expressão sexo estava relacionado ao binarismo masculino e feminino, apenas para diferenciar homens e mulheres. Porém, entendemos que este documento tem relativa importância na luta contra as discriminações na esfera do ensino, pois, já chamava a atenção para ocorrências de violências fundadas na sexualidade, embora ainda não tratasse de orientação sexual, tendo em vista que não era um termo ainda discutido e pautado na esfera dos direitos humanos.

A ausência do termo orientação sexual é notório, inclusive na Constituição Federal do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, a qual ficou conhecida como a *Constituição Cidadã*, que em seu artigo 3º apresenta os objetivos da República:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 2007b, p. 13).

De acordo com Fernandez (2010, p. 117), “ainda que não haja menção explícita à discriminação por orientação sexual, entende-se que ela esteja incorporada na proibição a *outras formas de discriminação*” (grifos do autor). No período da Assembleia Nacional Constituinte, o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) lutou para que fosse explicitado no texto da Constituição Federal (CF), a não discriminação por orientação sexual, porém, não

⁴⁶ Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/educar/ensino60.htm>. Acessado em 26 abr. 2015.

se logrou êxito, em virtude dos fundamentalistas religiosos que eram contra a igualdade de direitos das pessoas LGBT (REIS, 2012b).

Entretanto, o art. 5º da CF expressa que,

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 2007b, p. 13).

Com isso, o Brasil reitera os princípios da DUDH e garante os direitos fundamentais para que todo cidadão possa ser livre no país. A busca por dignidade e direitos evidenciados na DUDH e a CF vem impulsionando a sociedade civil e o governo brasileiro para que de fato a cidadania plena e direito à liberdade de orientação sexual seja concretizada em solo brasileiro. O Brasil teve uma importante participação na *II Conferência Mundial dos Direitos Humanos*, realizada entre os dias 14 e 25 de junho de 1993, em Viena, na Áustria, com a presença de ativistas de todo o mundo, representando o Fórum Mundial de Organizações Não-Governamentais (ZENAIDE, 2010, REIS, 2012a).

Na *Conferência de Viena*, como ficou conhecida mundialmente, foi aprovada uma declaração e um plano de ação que reafirma o empenho dos Estados signatários da DUDH em garantir os direitos humanos e a liberdade como direito inquestionável. Assim, logo no primeiro item do Plano de Ação enfatiza que “os direitos humanos e as liberdades fundamentais são inerentes a todos os seres humanos; a sua proteção e promoção constituem a responsabilidade primeira dos Governos” (VIENA, 1993).

Em sua tese de doutorado, a professora Nazaré Zenaide (2010, p. 51) afirma que

a conferência de Viena (1993) é considerada um marco histórico contemporâneo numa perspectiva universal e, ao mesmo tempo, interdependente e indissociável dos direitos humanos, tendo em vista que consensua a promoção e a proteção dos direitos humanos como prioridade e responsabilidade da comunidade internacional no mundo contemporâneo.

A Conferência de Viena foi fundamental para o processo de elaboração de políticas públicas de direitos humanos, pois foi o momento em que os governos assumiram a elaboração dos planos de direitos humanos e a transversalidade dos direitos humanos nas políticas sociais.

De acordo com a Carta de Viena

A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos reafirma a obrigação para os Estados de garantir que as pessoas pertencentes a minorias possam exercer de forma plena e efetiva todos os Direitos Humanos e liberdades fundamentais sem qualquer discriminação e em plena igualdade perante a lei (VIENA, 1993, p. 6).

Desta forma, o Brasil foi um dos primeiros países a cumprir a recomendação da Conferência de Viena, com a elaboração dos planos e documentos em defesa dos direitos humanos.

Outro destaque que merece atenção desta conferência foi à discussão da temática da sexualidade, pois passou a ter outra dimensão, sendo citadas oito vezes no documento e explicitado no item 18 do Plano de Ação que a “a erradicação de todas as formas de discriminação com base no sexo, constituem objetivos prioritários da comunidade internacional” (VIENA, 1993, p. 5).

Para a pesquisadora Sônia Corrêa (2009, p. 23)

Antes de 1993, o termo nunca havia sido incorporado a documentos de direitos humanos como significante de sexualidade, num sentido mais amplo e complexo, excetuando-se uma breve menção à violência sexual na Convenção dos Direitos da Criança de 1989.

Daí, o reconhecimento tardio dos direitos humanos no que se refere aos direitos sexuais, tendo em vista que os homossexuais foram invisibilizados, durante aproximadamente 45 anos, desde a DUDH de 1948 até a Declaração de Viena de 1993.

Entretanto, Corrêa afirma que “o debate sobre sexualidade e direitos humanos não teria ocorrido como se desdobrou caso o sistema ONU não estivesse aberto à participação de organizações da sociedade civil, como aconteceu a partir dos anos 1990” (CORRÊA, 2009, p. 23). A década de 1990 foi marcada pelo Ciclo de Conferências promovido pelas Nações Unidas, em que se discutiram as questões ambientais, habitacionais, desenvolvimento social, economia,⁴⁷ direitos humanos e os direitos das mulheres.

⁴⁷ Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a ECO 92, realizada no Rio de Janeiro, em 1992; a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, realizada em Copenhague, na Dinamarca, em 1995; a Declaração de Istambul sobre Assentamentos Humanos e o Programa Habitat II, aconteceu em Istambul, na Turquia, em 1996 (ZENAIDE, 2010; DANILIAUSKAS, 2011).

Segundo Zenaide (2010, p. 57),

Os direitos humanos são resultados de processo históricos e dinâmicos sociais em constante tensão e mudanças, uma vez que, imersos em realidades concretas, marcadas pela divisão social, sexual, étnica e territorial expressam processo de lutas pelo acesso aos bens materiais, sociais e culturais. Em cada realidade social e em cada tempo histórico, os direitos humanos se reconstróem e se recompõem em novas singularidades e lutas por diferentes garantias de direitos. É nessa capacidade humana de poder reconstruir-se e interferir no mundo concreto que a história social dos direitos humanos continua ora conquistando avanços, ora enfrentando retrocessos.

A citação de Zenaide se encaixa perfeitamente no que se refere aos inúmeros debates que ocorreram ao longo dos anos, para que de fato as nações unidas reconhecessem os direitos sexuais como direitos humanos. Foram inúmeras batalhas, com muitas derrotas, como a que aconteceu na *Conferência Internacional das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento*, realizada no Cairo, em 1994, que se estabeleceu um programa de ação sobre os direitos reprodutivos e sexuais, porém, os direitos sexuais foram eliminados do texto final. A discussão sobre os direitos sexuais retornaram a cena no ano seguinte, na *IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher*, que ocorreu em Beijing, na China, em 1995. A Conferência de Beijing definiu os direitos das mulheres no campo da sexualidade (CORRÊA, 2009).

Neste íterim, de 1995 a 2004, as Nações Unidas estabeleceram a Década para a Educação em Direitos Humanos, assim os países signatários elaboraram planos, diretrizes, conferências e documentos referentes à educação em direitos humanos e aos direitos humanos em geral.

O Estado Brasileiro através do Ministério da Justiça juntamente com as entidades de defesa dos direitos humanos elaboraram o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). O PNDH I foi lançado em 13 de maio de 1996, pelo Decreto Presidencial nº 1.904/96⁴⁸, após três anos da Conferência de Viena, fruto das discussões da 1ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, com 228 propostas de ações governamentais. O PNDH I foi o primeiro documento do Governo Federal a citar a população LGBT e reconhecer a vulnerabilidade social deste segmento (BRASIL, 2008b).

O programa já apresentava em sua introdução que os direitos humanos são fundamentais para todas as pessoas, incluindo os homossexuais, entretanto, só existiam duas

⁴⁸ Durante o 1º mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso, de 1996 a 1998.

ações para a população LGBT, o que para Reis (2012b, p. 59) foi “um marco, embora tímido”, as quais ele descreve:

A primeira se encontra no eixo temático ‘Proteção do Direito à Vida/Segurança das Pessoas’, como uma meta de curto prazo: apoiar programas para prevenir a violência contra grupos em situação mais vulnerável, caso de crianças e adolescentes, idosos, mulheres, negros, indígenas, migrantes, trabalhadores sem terra e *homossexuais*. [...] A segunda foi no eixo temático “Proteção do direito a tratamento igualitário perante a lei/direitos humanos, direitos de todos, na meta a curto prazo: propor legislação proibindo todo tipo de discriminação com base em origem, raça, etnia, sexo, idade, credo religioso, convicção política ou *orientação sexual*, e revogando normas discriminatórias na legislação infraconstitucional, de forma a reforçar e consolidar a proibição de práticas discriminatórias existentes na legislação constitucional” (REIS, 2012b, p. 59, grifos do autor).

Contudo, durante a vigência do PNDH I que foi de 1996 a 2002, estas ações não avançaram na prevenção a violência contra a população LGBT. Mas, o ineditismo do PNDH I ter inserido os homossexuais como um grupo em situação de vulnerabilidade social, foi de extrema importância, já que os LGBTs passaram a ser vistos por outros setores do Governo Federal, pois antes não existia diálogo entre o movimento LGBT e o Governo Federal, com a única exceção do Programa Nacional de DST e AIDS do Ministério da Saúde, que assumiu um papel pioneiro de parceria como movimento.

Em 1999, o Governo Brasileiro iniciou a preparação da participação do país para a *III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e outras formas de intolerância*, que foi realizada de 31 de agosto a 08 de setembro de 2001, em Durban, na África do Sul⁴⁹. Assim, criou um Comitê com a participação de militantes da sociedade civil e de agentes do governo que compunha a delegação brasileira que iria para Durban. Segundo Daniliauskas (2011, p. 68) foram realizados “seminários preparatórios, nacionais e internacionais, [que] proporcionaram uma espécie de treinamento e profissionalização da sociedade civil, bem como a construção de uma agenda comum entre esta e o governo”.

⁴⁹ Com a participação de mais de 2.300 representantes de 163 países, incluindo 16 chefes de Estado e 100 ministros. Foram aproximadamente 4.000 representantes de ONGs de todo o mundo. Disponível em: <http://www.unifem.org.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=8467>. Acesso em: 26 abr. 2015.

O representante do Movimento LGBT para compor este comitê foi Cláudio Nascimento, na época, Secretário de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT).

De acordo com Nascimento, 2009 (*apud* Daniliauskas, 2011, p. 68-69),

Nesse processo da conferência contra o racismo e intolerâncias, a gente, através do comitê brasileiro, conseguiu pautar o governo para que incluísse também a questão LGBT. Por mais que a estratégia precisasse ser na perspectiva de discriminações correlatas, [as questões LGBT] não eram o carro chefe, pois este era o combate ao racismo.

Então, de forma inédita o Governo Brasileiro apresentou na *Conferência das Américas*, no Chile, etapa preparatória de Durban, o tema da discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero, recebendo o apoio do Equador e México, mas tendo resistência dos países europeus, dos Estados Unidos e do Canadá (BRASIL, 2008b; CORRÊA, 2009; DANILIAUSKAS, 2011),

Embora tenha sido aprovada na etapa latino americana e tendo sido apresentada na Conferência de Durban, a proposta do Brasil não foi aprovada. Entretanto, conforme ressalta Daniliauskas (2011, p. 70) “a grande vitória do Brasil foi pautar oficialmente na Conferência Mundial de Durban a não discriminação por orientação sexual, apesar de não ter sido incorporada, visto que as resoluções nesses encontros da ONU devem ser aprovadas por unanimidade”.

A Conferência de Durban tem uma imersa importância para os direitos da população LGBT no Brasil, pois influenciou na decisão do Estado brasileiro em implantar o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), em 2001, ainda no âmbito do Ministério da Justiça, com a participação de representantes do movimento LGBT e assim passou a receber denúncias de violações de direitos humanos relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero. O CNCD foi redefinido em 2010, através do Decreto nº 7.388/2010 e se tornou o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), com o objetivo de formular e propor políticas para a população LGBT.

Outro importante acontecimento que ocorreu após a Conferência de Durban, foi processo de revisão do PNDH I, que ocorreu por meio de consulta pública na internet durante aproximadamente três meses, a partir das recomendações da IV Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada em 1999 (BRASIL, 2002, REIS, 2012b).

No dia 13 de maio de 2002, foi lançado o PNDH II, através do Decreto nº 4.229/2002, o qual apresenta significativos avanços em relação ao PNDH I, em especial a transversalidade do tema orientação sexual.

Com o PNDH II, (2002-2006) o segmento LGBT ganhou visibilidade, tendo um tópico específico sobre orientação sexual no item Garantia do Direito à Liberdade e ainda 19 ações voltadas para as pessoas LGBT, distribuídas em diferentes tópicos do programa:

Garantia do Direito à Liberdade: Orientação Sexual; Garantia do Direito à Igualdade: Crianças e Adolescentes; Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais – GLTTB; Garantia do Direito à Saúde, à Previdência e à Assistência Social; Garantia do Direito ao Trabalho (BRASIL, 2002)

No que se refere à orientação sexual, o PNDH II recomendou

Orientação Sexual

114. Propor emenda à Constituição Federal para incluir a garantia do direito à livre orientação sexual e a proibição da discriminação por orientação sexual.

115. Apoiar a regulamentação da parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo e a regulamentação da lei de redesignação de sexo e mudança de registro civil para transexuais.

116. Propor o aperfeiçoamento da legislação penal no que se refere à discriminação e à violência motivadas por orientação sexual.

117. Excluir o termo ‘pederastia’ do Código Penal Militar.

118. Incluir nos censos demográficos e pesquisas oficiais dados relativos à orientação sexual (BRASIL, 2002, p.12).

Diferentemente do PNDH I, o PNDH II contempla pautas do movimento LGBT, desde a discussão da parceria civil entre pessoas do mesmo sexo, que na época ainda não era realidade⁵⁰, como propostas de inclusão da população LGBT no censo demográfico, elaboração de legislação de combate à homofobia e exclusão do termo pederastia do Código Penal Militar. Entretanto, o “PNDH II pode ser considerado um documento oficial inovador por incorporar diversas demandas do Movimento LGBT, mas na prática a sua execução é avaliada como bastante restrita” (DANILIAUSKAS, 2011, p. 55).

A dificuldade de execução das propostas do PNDH II é que não estabelecia os órgãos responsáveis pela implementação das políticas, o que dificultou o andamento das ações. Porém, de acordo com o ativista Toni Reis, foi a partir do PNDH II que as ações em pró da população LGBT saíram do papel, tais como:

⁵⁰ Foi em 25 de outubro de 2011 que Supremo Tribunal de Justiça reconheceu o direito ao casamento civil entre pessoas do mesmo sexo no Brasil.

o apoio do governo ao reconhecimento da união estável entre casais homoafetivos (por meio da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da República); a modificação do censo demográfico para obter dados a respeito da população LGBT; o combate à violência e a proteção e promoção dos direitos humanos, por meio dos Centros Referência LGBT; iniciativas para sensibilização dos profissionais da educação quanto à diversidade sexual, como o Curso Gênero e Diversidade na Escola; ações na área da prevenção, tratamento e atenção ao HIV/AIDS; e o estímulo à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas para a promoção social e econômica da comunidade LGBT. (REIS, 2012b, p. 60).

Cabe destacar que muitas destas ações citadas por Reis, foram realizadas a partir da proposta 241 do PNDH II

241. Implementar programas de prevenção e combate à violência contra os GLTTB, incluindo campanhas de esclarecimento e divulgação de informações relativas à legislação que garante seus direitos (BRASIL, 2002, p. 19).

Esta proposta se tornou realidade com a elaboração do *Brasil sem Homofobia (BSH): Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual*, que foi elaborado de forma conjunta pela sociedade civil e o governo, a partir de um Grupo de Trabalho criado no CNCD, no ano de 2003 que ficou incumbido de elaborar um programa nacional contra a homofobia (BRASIL, 2008b), assim em 25 de maio de 2004, foi lançado o BSH que será detalhado no próximo tópico deste capítulo.

Outra importante conquista oriunda do PNDH II foi a criação da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH)⁵¹ da Presidência da República, em 2003, com status de ministério e a desvinculação do Ministério da Justiça, dispondo de orçamento próprio. Em 2009, foi criada na estrutura da SEDH, a Coordenadoria Geral de Promoção dos Direitos de LGBT, cuja finalidade é “articular, acompanhar, monitorar, estimular e executar políticas públicas que tratem do reconhecimento dos direitos de LGBT e do combate à discriminação e à intolerância homofóbica” (BRASIL, 2009a, p. 2).

Estas ações e instâncias incorporadas na estrutura do Governo Federal são decorrentes das discussões e documentos de direitos humanos que o Estado brasileiro se tornou signatário nestes últimos anos.

⁵¹ A Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) foi criada por meio da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, vinculada a Presidência da República, mas que teve sua estrutura ampliada em 2010, ganhando status de ministério, maior autonomia e orçamento, a partir da Lei 12.314/2010. A partir, sua nomenclatura passou a ser a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), mas continuaremos utilizando a sigla SEDH, já que os documentos consultados da época fazem referência à antiga denominação.

A principal carta que referenda as ações implementadas pelo governo brasileiro para a população LGBT se pautam nos *Princípios de Yogyakarta sobre a Aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero*, lançados na 4ª Sessão Ordinária do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em março de 2007, em Genebra, na Suíça. Este documento com 29 princípios, foi elaborado entre os dias 6 e 9 de novembro de 2006, na cidade de Yogyakarta, na Indonésia por um grupo de 29 renomados especialistas em direitos humanos e ativistas de direitos sexuais de 25 países, incluindo o Brasil (CORRÊA, 2011).

A pesquisadora brasileira Sônia Corrêa que participou da elaboração do documento, ressalta que

Os Princípios de Yogyakarta não são uma declaração de aspirações ou carta de reivindicação de direitos. O documento compila e reinterpreta definições de direitos humanos fundamentais consagradas em tratados, convenções, resoluções e outros textos internacionais sobre os direitos humanos, no sentido de aplicá-los em situações de discriminação, estigma e violência experimentadas por pessoas e grupos em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero (CORRÊA, 2009, p. 29).

Este documento tem uma enorme relevância para os países membros da ONU, já que dirige recomendações para implementação de ações voltadas aos direitos humanos com o reconhecimento da livre orientação sexual e identidade de gênero dos sujeitos.

Corrêa (2011, p. 30) afirma:

O Brasil é signatário, sem reservas, de todos os tratados e convenções que informam os Princípios. No entanto, a despeito dessas muitas conexões, os Princípios ainda não foram incorporados plenamente ao debate interno brasileiro, seja nas estratégias do ativismo, seja nas diretrizes de política pública ou nos processos legislativos.

Com esta citação, compreendemos que o tema da discriminação baseada na orientação sexual ou na identidade de gênero ainda é objeto de controvérsia entre os países membros das Nações Unidas, até mesmo o Brasil que vem avançando nas discussões relacionadas a estas temáticas, ainda apresenta limitações. Mas, foi por iniciativa da delegação do Brasil que na 38ª Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA⁵²), no período de 01 a

⁵² A OEA foi fundada em 1948, em Bogotá, na Colômbia. Sendo o mais antigo organismo regional do mundo. Hoje, a OEA congrega os 35 Estados independentes das Américas e constitui o principal fórum governamental político, jurídico e social do Hemisfério. Além disso, a Organização concedeu o estatuto de observador permanente a 69 Estados e à União Europeia. Disponível em http://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp.

03 de junho de 2008, na cidade de Medellín, na Colômbia que foi aprovada a *Resolução Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero*, que condena violações de direitos humanos baseadas na orientação sexual e na identidade de gênero, recorrendo inclusive aos Princípios de Yogyakarta como documento que combate a violação de direitos humanos⁵³.

Para Paula (2011, p. 27) “isso foi possível a despeito do fato de que há alguns países da região que criminalizam a homossexualidade, o que demonstra que há consenso de que a violência em qualquer forma, incluindo a baseada em orientação sexual ou identidade de gênero, deve ser condenada”. Este documento é um marco na luta dos direitos humanos de LGBTs, pois foi a primeira vez que um organismo internacional reconheceu as graves violações de direitos por que passa este segmento.

Vale salientar que esta resolução foi aprovada em assembleias posteriores da OEA e serviu de referência para que o Brasil conjuntamente com a África do Sul apresentasse uma resolução com o título homônimo da OEA na 17ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, ocorrida em 17 de junho de 2011, em Genebra, na Suíça. A *Resolução Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero* teve uma aprovação histórica, com o apoio de 43 delegações, sobretudo da América Latina e da Europa, mas com forte resistência dos países contrários a livre orientação sexual.

Paula (2011, p. 28) afirma que

a resolução expressa grave preocupação com atos de violência e discriminação, em todas as regiões do mundo, cometidos contra indivíduos em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero. [...] A Resolução foi aplaudida por organizações da sociedade civil e foi considerada um marco no CDH e na ONU, tendo em vista que tratou pela primeira vez do tema na organização e representou primeiro passo em direção ao pleno usufruto dos direitos humanos da população LGBT.

Daí, entendemos que o debate e estes documentos internacionais têm forte influência na agenda política do Governo Brasileiro, tendo em vista que as organizações feministas e LGBT pautaram os organismos mundiais para que aconteça a elaboração de leis, planos, resoluções, projetos e práticas que pautem o princípio da não discriminação em todas as regiões do mundo.

⁵³ Ver [http://www.oas.org/consejo/pr/cajp/direitos%20humanos.asp#Direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero](http://www.oas.org/consejo/pr/cajp/direitos%20humanos.asp#Direitos%20humanos,%20orienta%C3%A7%C3%A3o%20sexual%20e%20identidade%20de%20g%C3%A9nero). Acessado em 29 abr. 2015.

E sem dúvidas, os Princípios de Yogyakarta contribuíram para que o Poder Executivo brasileiro elaborasse políticas públicas para o segmento LGBT, sendo inclusive o primeiro país do mundo a realizar a *I Conferência Nacional GLBT*⁵⁴, com o tema *Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT)*, no período de 5 a 8 de junho de 2008, em Brasília/DF. O evento foi precedido de 27 etapas estaduais, realizadas nos 26 estados e no Distrito Federal, além de 102 etapas municipais e regionais que envolveram mais de 10 mil que elegeram 1.200 delegados (as) para a etapa nacional (BRASIL, 2008c).

A primeira conferência LGBT⁵⁵ foi emblemática, já que aconteceu nas comemorações dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, contando com a presença do Presidente da República em sua abertura e resultando na elaboração do *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT*, lançado em 14 de maio de 2009, com 51 diretrizes e 180 ações, baseadas nas 559 propostas aprovadas na plenária final da conferência. O plano “reflete o esforço do Governo e da Sociedade Civil na busca de políticas públicas que consigam responder às necessidades, potencialidades e direitos da população envolvida, a partir de sua implementação, bem como o fortalecimento do Programa Brasil sem Homofobia” (BRASIL, 2009b, p. 7).

Este plano tem como objetivo “orientar a construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT, primando pela intersetorialidade e transversalidade na proposição e implementação dessas políticas” (BRASIL, 2010, p. 10). O plano tem norteado estados e municípios a elaborarem políticas para este segmento, implantando coordenadorias, conselhos LGBT e centros de referência de combate a homofobia em várias cidades do país.

Porém, este significativo avanço dos direitos LGBT no âmbito dos direitos humanos, causou incomodo para os políticos conservadores e fundamentalistas religiosos no processo de revisão e atualização do PNDH II. Em 21 de dezembro de 2009, foi lançado o PNDH III, por meio do Decreto nº 7.037/2009 e atualizado pelo Decreto nº 7.177, de 12/05/2010, resultante das resoluções aprovadas na 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos e nas deliberações de mais de 50 conferências temáticas nacionais que aconteceram de 2003 a 2008,

⁵⁴ Foi exatamente na I Conferência Nacional LGBT que o segmento decidiu pela inversão da sigla GLBT para LGBT, com a finalidade de identificar a ação conjunta de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (ABGLT, 2010, p. 15).

⁵⁵ Em 2011, foi realizada a 2ª edição da Conferência Nacional LGBT, com o tema Por um país livre da pobreza e da discriminação: Promovendo a Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, no período de 15 a 18 de dezembro de 2011 (BRASIL, 2011).

tendo como base as convenções e tratados internacionais de direitos humanos assinados pelo Brasil junto as Nações Unidas (BRASIL, 2010).

O PNDH III dispõe de 06 eixos orientadores, subdividido em 25 diretrizes, 82 objetivos estratégicos e 521 ações programáticas, apresenta no eixo orientador III – Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades, especificamente na Diretriz 10 – Garantia da Igualdade na Diversidade, um objetivo estratégico voltado para a Garantia do respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero, com as seguintes ações programáticas:

a) Desenvolver políticas afirmativas e de promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero, favorecendo a visibilidade e o reconhecimento social. b) Apoiar projeto de lei que disponha sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo. c) Promover ações voltadas à garantia do direito de adoção por casais homoafetivos. d) Reconhecer e incluir nos sistemas de informação do serviço público todas as configurações familiares constituídas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), com base na desconstrução da heteronormatividade. e) Desenvolver meios para garantir o uso do nome social de travestis e transexuais. f) Acrescentar campo para informações sobre a identidade de gênero dos pacientes nos prontuários do sistema de saúde. g) Fomentar a criação de redes de proteção dos Direitos Humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), principalmente a partir do apoio à implementação de Centros de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia e de núcleos de pesquisa e promoção da cidadania daquele segmento em universidades públicas. h) Realizar relatório periódico de acompanhamento das políticas contra discriminação à população LGBT, que contenha, entre outras, informações sobre inclusão no mercado de trabalho, assistência à saúde integral, número de violações registradas e apuradas, recorrências de violações, dados populacionais, de renda e conjugais (BRASIL, 2010, p.120-122).

Estas ações propostas no PNDH III foram o objeto de muita polêmica, pois falava explicitamente em “união civil entre pessoas do mesmo sexo e a adoção de crianças por casais homoafetivos”, algo que permeou as eleições presidenciais no Brasil, no ano de 2010, sendo tema dos debates eleitorais, com forte rejeição dos fundamentalistas religiosos que não admitem o respeito do Estado à livre orientação sexual e identidade de gênero.

Por fim, a população LGBT só passou a ter de fato políticas públicas voltadas para o segmento, na última década, conforme afirma Reis (2012a):

Pode-se perceber que em um espaço relativamente curto de tempo, de 1996 a 2011, se avançou de uma situação em que, com a exceção do enfrentamento da epidemia da aids, não existiam políticas públicas para LGBT, muito menos para garantir seus direitos humanos, sendo um assunto “tabu” [...] para um panorama no qual foi realizada pelo governo a I Conferência

Nacional LGBT, criada a Coordenação dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais como parte da estrutura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, elaborado e implementado parcialmente o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, e criado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT[...] (REIS, 2012a, p. 67-68, grifos do autor).

Assim, podemos considerar que houve avanços significativos nos últimos dez anos, em termos do reconhecimento dos direitos humanos das pessoas LGBT pelo Estado brasileiro, em especial após a efetivação do Programa Brasil sem Homofobia, que descrevemos no tópico a seguir.

3.2 O Programa Brasil sem Homofobia como ponto de partida das políticas para população LGBT

A famosa frase “nunca antes na história deste país...” proferida inúmeras vezes pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante o seu governo⁵⁶, se encaixa perfeitamente quando nos referimos às políticas públicas para a população LGBT, pois de fato o Estado brasileiro nunca tinha formulado e implementado programas, ações e serviços voltados especificamente para a promoção da cidadania LGBT.

A referência feita no início deste tópico não deve ser caracterizada como uma conotação política, mas como uma constatação, já que foi a partir do Governo Lula que as políticas afirmativas saíram do papel (ou do armário), e ganharam forma, cor e acima de tudo, identidade, seja de gênero, raça e orientação sexual.

O ponto de partida para o reconhecimento do Estado com o segmento LGBT ocorreu quando o Governo Federal iniciou o diálogo com Movimento LGBT, a partir do lançamento do Brasil sem Homofobia (BSH): Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual, em 2004. Este programa contou com a participação direta de militantes do movimento social em sua elaboração.

⁵⁶ Governo Lula, de 1º de janeiro de 2003 a 1º de janeiro de 2011.

Segundo o pesquisador Alexandre Rossi,

Nenhum outro governo até então havia acatado as reivindicações do Movimento de forma a incorporar em seu plano um programa com ações definidas para uma política nacional como é o BSH que envolve vários Ministérios e/u Secretaria do Governo Federal, que também foram co-autores do Programa (ROSSI, 2010, p. 92).

Embora o BSH tenha sido lançado como uma política de governo acabou favorecendo a criação de políticas de Estado para um segmento que historicamente enfrenta discriminação e preconceito por diversos setores da sociedade, inclusive do Poder Público quando se omitir a reconhece os LGBTs como sujeitos de direitos.

O BSH foi coordenado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), vinculada a Presidência da República e foi um dos compromissos do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, no âmbito do Programa Direitos humanos, Direitos de Todos, na ação Elaboração do Plano de Combate à Discriminação contra Homossexuais (BRASIL, 2004, p. 11).

O Programa Brasil sem Homofobia é fruto da articulação do Movimento LGBT Brasileiro junto ao Poder Público, o qual se tornou referência, já que foi uma iniciativa inédita que conseguiu articular de forma transversal e intersetorial políticas para a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais existentes no país afora, possibilitando o financiamento e a parceria com governos estaduais, municipais, ONGs e universidades para execução de políticas de enfrentamento a homofobia. Entretanto, o BSH não foi uma dádiva do governo para o segmento, sua elaboração foi resultado de muita pressão, articulação e pactuação do Movimento LGBT com o Governo Federal.

Inicialmente, o movimento LGBT reivindicava a elaboração de um projeto, de uma ação que na verdade nem os militantes ainda sabiam definir o que é era de fato, se era um projeto ou um programa, mas o que tinham certeza e absoluta convicção que deveria ser um conjunto de ações que subsidiasse a construção de uma política da diversidade sexual que atendessem os anseios e necessidades do segmento, conforme relata Cláudio Nascimento (2009), que no processo de elaboração, atuava junto ao Grupo Arco-Íris do Rio de Janeiro e que foi designado pela ABGLT para ser o articulador da sociedade civil na construção do BSH.

[...] O nosso foco era o seguinte: era necessário construir uma resposta que pudesse ser de caráter continuado, que fosse uma política transversal, intersetorial, que não fosse algo isolado de apenas um ministério, que pudesse ser uma resposta ampla do governo e que fosse uma política de caráter permanente. Essa já era uma crítica muito dura aos governos

anteriores de que a gente não queria que se repetisse no governo Lula: era preciso ter um conjunto de diretrizes e metas que fossem transversais a todos os ministérios (NASCIMENTO, 2009 *apud* DANILIAUSKAS, 2011, p. 77).

O segmento LGBT só passou a ter acesso às ações de Estado a partir do Governo de Fernando Henrique Cardoso,⁵⁷ com o Programa Nacional de Direitos Humanos 2 (2002) e o Programa Nacional de DST/AIDS, sendo esse último, parte da recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS), para prevenção a AIDS junto aos homossexuais. Desta forma, a política começa pelo campo da saúde com ações de caráter preventivo e restritas ao âmbito do Ministério da Saúde.

O Movimento LGBT começou a reivindicar do governo, políticas públicas para o segmento, já que até então, os LGBTs eram vistos como “grupos de risco”⁵⁸ da AIDS, com ações preventivas no âmbito da saúde. Outra preocupação do segmento que se tornou visível foi à discriminação e a homofobia que cresce a cada ano, a partir da violência e dos assassinatos contra os homossexuais que ganharam as páginas dos jornais, conforme descrevemos na introdução deste trabalho. Através dos levantamentos do GGB que quantifica o número de mortes de LGBTs desde 1980 (MOTT, 2015).

Durante o *XI Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis (XI EBGLT)*, realizado de 11 a 14 de novembro de 2003, em Manaus, no Estado do Amazonas, com o tema “Políticas Públicas para a garantia e promoção da cidadania homossexual”, o qual contou com a participação de 210 lideranças do movimento de todo o país (ESTRUTURAÇÃO, 2005). Na ocasião, da abertura do XI EBGLT, a SEDH representando o Governo Federal durante o evento apresentou a proposta de elaborar cartilhas informativas para esclarecer a população sobre o universo LGBT. Tal proposta foi rejeitada pelo movimento que munidos de faixas e frases de protestos, afirmavam “não queremos mais cartilhas, queremos políticas públicas” (DANILIAUSKAS, 2011, P. 78).

A partir disso, começaram protestos contra o governo, exigindo políticas públicas para o segmento, assim a realização de manifestações se sucederam em outras ocasiões. Lembrome que durante uma visita em João Pessoa/PB, no ano de 2003, do então Ministro Nilmário Miranda da SEDH⁵⁹, o MEL, liderado pelo ativista Luciano Bezerra Vieira, promoveu uma

⁵⁷ Governo FHC, de 1º de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 2003.

⁵⁸ Essa distinção não existe mais. No começo da epidemia da AIDS, pelo fato da doença atingir, principalmente, os homens homossexuais, os usuários de drogas injetáveis e os hemofílicos, eles eram, à época, considerados grupos de risco. Atualmente, fala-se em comportamento de risco. Disponível em <http://www.aids.gov.br/tags/tags-do-portal/grupoderisco> Acessado em 08 mai. 2015.

⁵⁹ Nilmário Miranda foi o primeiro ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Sua gestão na SEDH foi de 2003 a 2005.

manifestação interrompendo a palestra do ministro em um famoso hotel da cidade, cobrando ações do Governo Federal para a apuração dos crimes contra os homossexuais e políticas para a população LGBT.

Estas reivindicações contra a violência e por políticas públicas dentre outras foram temas das paradas que aconteceram desde 1997. De acordo com o ativista Toni Reis (2012b, p. 59) “a visibilidade trazida pelas paradas tem contribuído para a mudança da postura dos governos e o estabelecimento de políticas públicas afirmativas para a população LGBT”. Assim, o Estado começa a colocar em prática, ações, serviços, programas, projetos com e para segmento que conviveu historicamente com a negligência do Poder Público.

Outro momento relevante dessa linha do tempo foi à estratégia de articulação para a participação do movimento no Conselho Nacional de Combate a Discriminação (CNCD) quando exigiu que se efetivasse um programa voltado para a população LGBT. Desta forma, foi criada uma Comissão Provisória de Trabalho para elaboração do BSH. Participaram desta comissão Janaína Dutra⁶⁰ (*In memoriam*), Cláudio Nascimento Silva, Ivair Augusto A. Santos, Yone Lindgren, Beth Fernandes, Miriam G. Medeiros Weber e Osvaldo Braga Jr (BRASIL, 2004, p. 3). O processo de formulação do BSH teve a participação de diversas entidades LGBTs de todo o país,⁶¹ como também de Ministérios e Secretarias do Governo Federal,⁶² além da participação de representantes de organismos internacionais.⁶³

No primeiro momento realizaram um levantamento de propostas de ações que já vinham sendo debatidas e que foram aprovadas em encontros nacionais LGBT. Esta iniciativa

⁶⁰ Janaína Dutra militou no Movimento de Defesa dos Direitos Humanos de LGBT, no Estado do Ceará e se tornou a principal referência do Movimento de Travestis na década de 90. Faleceu em 08 de fevereiro de 2004, sendo homenageada na apresentação do Programa Brasil sem Homofobia (BRASIL, 2004, p. 8-9).

⁶¹ Participaram da construção do BSH, as seguintes entidades LGBTs de âmbito nacional: Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT; Articulação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA e a Articulação Brasileira de Lésbicas – ABL. Estaduais foram: Arco-Iris – Grupo de Conscientização Homossexual, do Rio de Janeiro/RJ; Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis – AAGLT, de Manaus/AM; Associação Goiana de Transgênero – AGLT, de Goiânia/GO; Estruturação – Grupo Homossexual de Brasília/DF; Grupo Dignidade – Pela Cidadania de Gays, Lésbicas e Transgêneros, de Curitiba/PR; Grupo Gay da Bahia - GGB, de Salvador/BA; Grupo Gay de Alagoas - GGAL, de Maceió/AL; Grupo Habeas Corpus de Potiguar - GHAP, de Natal/RN; Grupo Resistência Asa Branca – GRAB, de Fortaleza/CE; Grupo Somos, de Porto Alegre/RS; Instituto Edson Nêris, de São Paulo/SP; Lésbicas Gauchas – LEGAU, de Porto Alegre/RS; Movimento D’Ellas, do Rio de Janeiro/RJ; Movimento do Espírito Lilás/MEL, de João Pessoa/PB e o Movimento Gay de Minas – MGM, de Belo Horizonte/MG (BRASIL, 2004, p. 3).

⁶² Ministério da Justiça, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Saúde, Ministério da Cultura, Ministério das Relações Exteriores, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, todas vinculadas a Presidência da República e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (BRASIL, 2004, p. 4).

⁶³ UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, UNAIDS – Programa conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS e USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (BRASIL, 2004, p. 4).

contou com a colaboração dos grupos LGBT e de universidades, como a Universidade Estadual do Rio de Janeiro e Universidade Cândido Mendes (DANILIAUSKAS, 2011).

Vale ressaltar que nos dias 7 e 8 de dezembro de 2003, esta comissão promoveu uma reunião ampliada com a participação de 30 lideranças do Movimento LGBT e de 20 entidades, sendo a Paraíba representada por Luciano Bezerra Vieira, do MEL, no momento de definição do BSH (BRASIL, 2004, p. 3). Salientamos ainda que a SEDH designou Ivair Augusto dos Santos, então Secretário-Executivo do CNDC para acompanhar a elaboração do Programa Brasil sem Homofobia. Ivair Augusto, representando o Governo Federal e Cláudio Nascimento, representando a sociedade civil tiveram um papel fundamental para que de fato o BSH virasse realidade.

O processo de elaboração do BSH não foi fácil, conforme relata Nascimento (2009, *apud* Daniliauskas, 2011, p. 83):

De dezembro de 2003 a maio de 2004, nós fizemos muitos encontros com Ministérios, com Secretarias, com órgãos federais, com três objetivos principais: o primeiro era tentar nivelar as informações, porque ainda havia muito preconceito, muita desinformação, muita ignorância em relação ao tema LGBT por parte dos próprios gestores públicos dos diversos ministérios, então era preciso falar de conceitos ligados ao tema, de conquistas até aquele momento, como o movimento se organizava, quais eram as principais reivindicações, o que era a política identitária, como essas identidades multifacetadas se combinavam, o que era a identidade enquanto comportamento e enquanto sujeito político, porque a gente reivindicava algumas identidades e outras não, isso para poder nivelar e principalmente convencer, sensibilizar, da importância de se gerar política pública para diminuir o impacto da violência e discriminação para aquele público, o que não era uma coisa que estava ganha, que as pessoas já estavam convencidas, de que era necessário construir alguma resposta.

A citação acima evidencia que existia um desconhecimento por parte de setores e agentes do governo sobre a real situação por que passava e ainda passa a população LGBT, por isso a importância do BSH e que sua conquista não se deu por meio de decreto, mas a partir da pactuação da sociedade civil com o governo.

De acordo com Daniliauskas (2011), o governo não tinha orçamento para o programa e contou apenas como apoio do Programa Nacional de DST/AIDS que financiou as despesas com a publicação do BSH e os encontros de articulação do governo com o movimento social. A falta de recursos para o BSH foi a principal divergência que ocorreu entre o governo e o Movimento LGBT no processo de elaboração do programa, conforme relata Ivair Augusto (2009 *apud* Daniliauskas, 2011, p. 88) “a crítica maior, e que foi bem interessante, por parte

do Movimento, não era em relação ao conteúdo, mas à falta de recursos para implementá-lo”. O BSH tinha muitas propostas para ser executadas, mas com uma pequena dotação orçamentária, de cerca de R\$ 200 mil reais, o que era insuficiente para executar as ações.

Para Daniliauskas (2011, p. 103), “o Movimento LGBT traçou a estratégia de propor emendas parlamentares⁶⁴ para financiar as políticas tanto da SDH como dos Ministérios e Secretarias” para que as ações do BSH fossem executadas. Assim, o BSH passou a existir e ser efetivado só a partir de emendas parlamentares, já que não tinha dotação financeira do Orçamento Geral da União (OGU) para sua implementação. Uma medida arriscada, pois dependia dos acordos políticos e da sensibilização dos parlamentares para destinar suas emendas para o programa, algo que deveria estar contido nas peças orçamentárias⁶⁵ do OGU.

Outro problema na elaboração do BSH foi a resistência e a forte reação política, internamente e fora do governo, a exemplo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e de grupos evangélicos, como relata Nascimento (2009, *apud* Daniliauskas, 2011, p. 85) “foi uma coisa tão difícil de ser tratada na época: a CNBB batendo no governo Lula. Inclusive pediu ao governo Lula à época, por carta, que não lançasse o Programa Brasil sem Homofobia”. Porém, o que estes setores religiosos não entenderam e aceitavam é que a elaboração e efetivação destas políticas não foram dádivas de governo ou partido, elas aconteceram por que o Estado brasileiro é signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e das Convenções das Organizações das Nações Unidas (ONU), as quais têm por princípio, a afirmação dos direitos humanos como universais e assim tinham o dever de cumprir com as recomendações das resoluções internacionais.

Por isso, que cada vez mais os direitos das pessoas LGBTs vem ganhando amplitude no Brasil. Na última década, destacamos a ampla participação da sociedade civil na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, realizada em Durban, África do Sul (2001) e o lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos II (2002) com 15 ações relacionadas à cidadania LGBT, o que fez que o Brasil elaborasse políticas para este segmento. Desta forma, o BSH tinha como objetivo “promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbica, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais” (BRASIL, 2004, p.11).

⁶⁴ A emenda parlamentar é um instrumento utilizado por parlamentares federais, estaduais e municipais para propor a elaboração do orçamento. No caso da União, são os/as Deputados/as Federais e Senadores/as que interferem no OGU.

⁶⁵ Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e Plano Plurianual (PPA).

O BSH vem consolidar o compromisso do Brasil com os direitos humanos da população LGBT. Para isso, o programa é constituído de diferentes ações para atingir seus propósitos, entre quais, destaca-se:

a) apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia; b) capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa dos direitos humanos; c) disseminação de informações sobre direitos, de promoção da autoestima homossexual; e d) incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento GLTB (BRASIL, 2004, p. 11).

Com isso, observamos que o BSH já traz em sua apresentação as ações que deveriam ser realizadas para sua implementação a ser realizadas como o apoio do Governo Federal para projetos de instituições públicas e não governamentais, cabendo a Secretaria Especial de Direitos Humanos o trabalho de articulação junto a outros ministérios e de captação de recursos para financiar projetos da sociedade civil, governos estaduais, municipais e universidades com o intuito de realizar ações de promoção da cidadania LGBT e combate à homofobia em todo o país.

Desse modo, o BSH proporcionou a intersetorialidade das ações no governo, conforme ressalta Rossi (2010, p. 96), “a intersetorialidade foi fundamental para que houvesse a participação de diversos segmentos sociais tais como Movimento LGBT, Governo, ONGs, e principalmente a participação de vários Ministérios do Governo Federal”. Entretanto, a transversalidade e a intersetorialidade do BSH foi positiva para o fortalecimento do diálogo entre governo e sociedade civil, mas não estabeleceu de quem seria a responsabilidade para implementar cada ação, deixando um vácuo no tocante a responsabilidade que de acordo com o texto seria de todos,

[...] Apesar de o Programa ter a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, como órgão responsável pela sua articulação, implantação e avaliação, a responsabilidade pelo combate à homofobia e pela promoção da cidadania de gays, lésbicas, e transgêneros se estende a todos os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais, assim como o conjunto da sociedade brasileira (BRASIL, 2004, p. 27).

Entretanto, Rossi (2010, p. 14) afirma que “a existência do Programa Brasil sem Homofobia reflete o reconhecimento do Estado de que existe discriminação por orientação sexual no Brasil, e essa reflete no comportamento homofóbico”, enraizado na população brasileira.

Por isso, a importância do BSH já que possibilitou a visibilidade do segmento LGBT, criando 11 frentes de atuação para orientar a elaboração de políticas públicas para esta população, foram estas:

I – Articulação da Política de Promoção dos Direitos dos Homossexuais; II – Legislação e Justiça; III – Cooperação Internacional; IV – Direito à Segurança: combate à violência e à impunidade; V – Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e a não-discriminação por orientação sexual; VI – Direito à Saúde; consolidando um atendimento e tratamentos igualitários; VII – Direito ao Trabalho: garantindo uma política de acesso e de promoção da não-discriminação por orientação sexual; VIII – Direito à Cultura: construindo uma política de cultura de paz e valores de promoção da diversidade humana; IX – Política para a Juventude; X – Política para as Mulheres; XI – Política contra o Racismo e a Homofobia (BRASIL, 2004, p. 19-26).

O BSH impulsionou o Governo Federal, envolvendo 18 ministérios em cada uma dessas 11 temáticas, para tanto foram elaboradas uma série de ações estratégicas para serem executadas junto aos governos estaduais e municipais para o enfrentamento a homofobia. Inicialmente foram criados Grupos de Trabalhos no Ministério da Educação, da Saúde e da Justiça para a implementar as propostas referentes as temáticas acima, porém, foram poucos os Ministérios que cumpriram esta recomendação.

Nó próximo tópico, destacaremos o item V *Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e a não-discriminação por orientação sexual* e a inserção da pauta LGBT nas políticas educacionais do Ministério da Educação.

3.3 Do armário aos “palácios”: a inserção do segmento LGBT nas políticas educacionais

De acordo com o Dicionário Aurélio (FERREIRA, A., 2001, p. 543), o vocábulo palácio se refere à “residência de monarca, de chefe de governo, de altos dignitários da Igreja, uma construção ampla e suntuosa”. Estes espaços são inacessíveis para a maioria da população e são exatamente em ambientes belos e admiráveis como os “palácios”, em que os “governantes, ministros, parlamentares, entre outros”, durante muito tempo, na República Federativa do Brasil elaboravam as políticas, os programas e as ações sem a participação

popular. A Esplanada dos Ministérios⁶⁶, localizada em Brasília/DF, sede dos três poderes, se tornou por muitos anos este lugar impenetrável para diversos segmentos da sociedade.

O Ministério da Educação integra este conjunto de edificações que durante décadas era literalmente “fechado” a inserção das temáticas de gênero e diversidade sexual no âmbito da educação. Foi preciso que as Conferências e Convenções das Organizações das Nações Unidas (ONU) recomendassem mudanças nas políticas educacionais, como também a articulação e mobilização do movimento feminista e do movimento LGBT para que de fato fossem inseridas as “questões de gênero, identidade de gênero e orientação sexual na educação brasileira, a partir de uma perspectiva de valorização da igualdade de gênero e de promoção de uma cultura de respeito e reconhecimento da diversidade sexual” (BRASIL, 2007a, p. 11).

O debate para a conquista de direitos e “abertura” dos Ministérios no âmbito nacional teve como marco histórico a Constituição de 1988 que instituiu no Brasil o regime democrático e instalou o Estado Democrático de Direito, conforme preconiza no art. 1º que os princípios fundamentais da Nação são: I - a soberania; II - a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político; (BRASIL, 2007b, p. 13).

Entretanto, os direitos, a cidadania e a dignidade das pessoas ainda são cotidianamente violados em nosso país, inclusive da população LGBT que vivenciam o preconceito em diversos grupos sociais, seja na família, na Igreja ou na Escola, conforme descreve Prado; Machado (2008, p. 67),

No âmbito da sexualidade, o preconceito social produziu a invisibilidade de certas identidades sexuadas, garantindo a subalternidade de alguns direitos sociais e, por sua vez, legitimando práticas de inferiorizações sociais, como a homofobia. O preconceito, neste caso, possui um funcionamento que se utiliza, muitas vezes, de atribuições sociais negativas advindas da moral, da religião ou mesmo das ciências, para produzir o que aqui denominamos de hierarquia sexual, a qual é embasada em um conjunto de valores e práticas sociais que constituem a heteronormatividade como um conjunto normativo e regulador das relações humanas.

Este preconceito é reproduzido nas escolas a partir dos valores morais e religiosos que estão arraigados na sociedade e na escola, de modo que refletem nos profissionais da educação, promovendo assim ideias e atitudes de discriminação e segregação das pessoas que

⁶⁶ A Esplanada dos Ministérios é formada por um conjunto de 17 edifícios, localizada no Eixo Monumental em Brasília/DF e foi projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer para abrigar os ministérios do Governo Federal.

não se enquadram nos padrões hegemônicos. Contudo, a escola democrática deveria ser um espaço de reconhecimento, respeito, acolhimento, diálogo e convívio com a diversidade e proteção das pessoas.

Mas, vale salientar que nos últimos anos tivemos significativos avanços na Política Educacional Brasileira, no tocante a educação inclusiva, e isto ocorreu após a aprovação e efetivação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, a qual estabelece que a finalidade da educação é o pleno desenvolvimento do educando e o exercício da cidadania, assim foram estabelecidos os princípios do ensino:

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extra-escolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (BRASIL, 1996, p. 2).

Apesar da LDB estabelecer a criação de currículos e conteúdos para a educação básica e expressar que o pluralismo de ideias, o respeito à liberdade e o apreço à tolerância são princípios do ensino, a LDB não explicitou nenhum item relacionado às questões de gênero e sexualidade no texto da lei.

Após a II Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena, os Estados signatários assumiram o compromisso de inserção dos direitos humanos nas políticas públicas, definindo o período de 1995-2004 como a Década da Educação em Direitos Humanos. Em 1996, com a criação do Programa Nacional de Direitos Humanos, o tema da cidadania e da educação em e para os direitos humanos passou a ser incorporado nas políticas educacionais.

Em 1997, o Governo Federal lançou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), elaborados a partir da LDB para o ensino fundamental⁶⁷, com dez volumes, voltados para diversas áreas do conhecimento, desde a língua portuguesa, matemática, ciências naturais,

⁶⁷ À época, da 1ª a 4ª série, atualmente é do 1º ao 5º ano.

história e geografia, arte, educação física, temas transversais e ética, meio ambiente e saúde, pluralidade cultural e orientação sexual⁶⁸ (BRASIL, 1997).

[...] a criação de currículos e conteúdos mínimos para a educação infantil, o ensino fundamental e ensino médio para assegurar uma formação básica comum em todo o país. Logo, os PCNs são as referências sugeridas para nortear a atuação docente e um currículo minimamente comum para as redes de ensino fundamental e médio (DANILIAUSKAS, 2011, p.57).

Com a criação dos PCNs foi recomendado à inclusão, no currículo do ensino fundamental e médio a temática da orientação sexual como um dos “temas transversais”, de forma articulada com diversas disciplinas, como estratégia para promover o respeito à diversidade e o direito à igualdade de todos em acessar o direito à educação. Entretanto, passou-se a discutir a temática da sexualidade junto com outros temas, como a gravidez precoce, a prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS).

Conforme verificamos na justificativa do próprio PCN:

A partir de meados dos anos 80, a demanda por trabalhos na área da sexualidade nas escolas aumentou devido à preocupação dos educadores com o grande crescimento da gravidez indesejada entre os adolescentes e com o risco da contaminação pelo HIV (vírus da AIDS) entre os jovens (BRASIL, 1997, p. 111).

Desta forma, percebemos que a preocupação não era necessariamente discutir e/ou incluir a discussão de gênero, identidade sexual ou sexualidade no currículo escolar, mas de fato era prevenir a expansão da epidemia da AIDS, com distribuição de material educativo e preservativos, de forma a higienizar os corpos e a cidade. Porém, os PCNs inovaram em abrir o espaço escolar para a discussão da sexualidade no ensino, conforme constata Vianna e Cavaleiro (2011, p. 34) “considerado por vários setores do campo educacional como um avanço no que diz respeito à ‘oficialização’ do tema da sexualidade e do gênero no currículo e nas escolas”.

Os PCNs se tornaram o primeiro documento oficial no Brasil a começar abordar sobre a sexualidade na educação. De acordo com Guacira Lopes Louro:

⁶⁸ O uso do termo orientação sexual nos PCNs é utilizado como sinônimo de educação sexual. Diferentemente do Movimento LGBT que recorre ao uso do termo orientação sexual para designar formas de atração emocional, afetiva ou sexual para o mesmo sexo, para o outro sexo ou para ambos os sexos (DANILIAUSKAS, 2010; ABGLT; 2010).

De fato, a partir da segunda metade dos anos de 1980, no Brasil, passou-se a discutir muito mais a sexualidade (e a homossexualidade) em várias instâncias sociais, inclusive nas escolas. A preocupação em engajar-se no combate à doença fez com que organismos oficiais, tais como o Ministério da Educação, passasse a estimular projetos de educação sexual, e, em 1996⁶⁹, o MEC incluiu a temática, como *tema transversal*, nos seus Parâmetros Curriculares Nacionais (os PCNs, a nova diretriz para a educação do País). Vale notar, contudo, que as condições que possibilitaram a ampliação da discussão sobre sexualidade também tiveram o efeito de aproximá-la das ideias de risco e ameaça, colocando em segundo plano sua associação ao prazer e à vida (LOURO, 2008, p. 36).

Essa crítica destacada acima pela autora foi evidenciada pelo próprio Ministério da Educação, anos depois, no Caderno SECAD 4, quando afirma:

É importante reconhecer que a própria menção ao conceito foi inovadora, entretanto não parece ter sido suficiente para dar conta das múltiplas dimensões envolvidas. Sua abordagem, ao lado dos temas Corpo humano e Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis, tende a circunscrever a reflexão ao campo da saúde (BRASIL, 2007a, p. 12).

Isso se deu, no primeiro momento, de forma tímida, entretanto, foi por causa da epidemia da AIDS que a discussão da homossexualidade se aproximou da educação, interligando as políticas de saúde com educação. Segundo Vianna e Cavaleiro (2011, p. 34) “o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde, passaram a estimular projetos de educação sexual. Foi então publicado o documento *Diretrizes para uma Política Educacional em Sexualidade*⁷⁰, a partir do financiamento para ações educativas realizadas por Organizações Não-Governamentais nas escolas com recursos financeiros do Banco Mundial através do Programa Nacional de DST/AIDS.

O foco deste documento era especificamente instituir um programa de educação sexual voltado para prevenção à gravidez na adolescência, às DSTs/AIDS e ao uso de drogas. Embora abordasse a sexualidade, o programa era voltado especificamente para a heterossexualidade, já que nem a expressão homossexualidade e/ou bissexualidade aparece no documento (BRASIL, 1994).

As inclusões da temática LGBT nas políticas educacionais só ocorreram de fato após as recomendações das Conferências das Nações Unidas e a mobilização da sociedade civil organizada, conforme descrevemos no tópico anterior, especificamente a Conferência

⁶⁹ Entre os anos de 1995 e 1996 foi divulgada a versão preliminar dos PCNs, mas só foi oficialmente lançado em 1997. No início de 1998, a Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação e do Desporto distribuiu os PCNs para todo o território nacional.

⁷⁰ Disponível em <https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/pplgbt-59.pdf> Acessado em 29 mai. 2015.

Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), a II Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995) e a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância (Durban, 2001), as quais o Brasil é signatário.

Assim, tivemos a elaboração do Plano Nacional de Educação (2001-2011), a Lei nº 10.172/2001 que “embora surgido em um contexto de profunda mobilização social, foi conservador em seu tratamento dos temas relativos a gênero e orientação sexual” (BRASIL, 2007a, p. 22). Desta forma, o PNE não contribuiu para o debate em relação à sexualidade, à diversidade sexual e de identidade de gênero na escola.

A discussão destas temáticas no âmbito escolar só veio ocorrer com a elaboração do Programa Nacional de Direitos Humanos 2, de 2002, que destinou seções específicas para o segmento LGBT, propondo inclusive “incentivar programas de orientação familiar e escolar para a resolução de conflitos relacionados à livre orientação sexual, com o objetivo de prevenir atitudes hostis e violentas” (BRASIL, 2002, p. 19).

De acordo com Daniliauskas (2011, p. 54-55),

[...] o PNDH II apresenta consideráveis avanços em termos de conteúdo em relação ao documento antecessor [PNDH I], no que diz respeito a uma transversalização do tema “orientação sexual”, pois não aparece de modo restrito ao direito à vida e ao tratamento igual pela justiça – não se centra somente na questão da violência e da integridade física – mas sim com propostas que legitimam LGBT enquanto sujeitos de direitos numa série de esferas [...] O PNDH II pode ser considerado um documento oficial inovador por incorporar diversas demandas do Movimento LGBT.

Sem dúvidas foi a partir do PNDH II que as pessoas LGBT passaram a fazer parte das políticas de direitos humanos, pois mesmo o texto constitucional adotar o princípio da não discriminação, foi necessário um programa de direitos humanos para reconhecer e dar centralidade a população LGBT na condição de sujeitos de direitos, assim foram sendo incluídos em todos os planos elaborados pelo Governo Federal em conjunto com a sociedade civil, especialmente, nos documentos resultantes das Conferências de Políticas Públicas.

Um dos objetivos do PNEDEH é “propor a transversalidade da educação em direitos humanos nas políticas públicas, estimulando o desenvolvimento institucional e interinstitucional das ações previstas no PNEDEH nos mais diversos setores (educação, saúde, comunicação, cultura, segurança e justiça, esporte e lazer, dentre outros)” (BRASIL, 2007c, p. 18).

Desta forma, entendemos que o principal desafio em discutir as temáticas de gênero e diversidade sexual na educação conquistado pela luta identitária era a institucionalização da diversidade como parte do direito à educação, tendo a partir daí que criar espaços e mecanismos de gestão com o foco na diversidade e na educação em e para os direitos humanos. Sem dúvida o PNDH e os planos posteriores contribuíram para a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), na estrutura do Ministério da Educação. Conforme relata o professor André Lázaro, então Secretário da SECAD, à época, “uma experiência fundamental dos governos liderados pelo PT foi exatamente reconhecer esses indivíduos e grupos como sujeitos e criar condições institucionais para sua efetiva participação” (LÁZARO, 2013, p. 73).

A SECAD foi criada em abril de 2004⁷¹, a partir da fusão da Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo (SEEA) e da Secretaria de Inclusão Educacional (SECRIE) com a finalidade de articular as ações de inclusão social com a valorização da diversidade. Na SECAD foram reunidos os programas de alfabetização, de educação de jovens e adultos, de educação indígena, de educação do campo e educação ambiental e ainda programas de combate à discriminação racial e sexual (DANILIAUSKAS, 2011; VIANNA; CAVALEIRO, 2011).

Para Vianna e Cavaleiro (2011, p. 37),

A partir da criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), canalizaram-se para a agenda governamental do MEC temas e sujeitos que dela estavam excluídos. É essa secretaria que se incumbem de transformar as propostas gestadas em outros programas e planos em metas voltadas para a educação.

Dentro do Ministério da Educação coube a SECAD, a tarefa de elaborar e implantar políticas públicas como instrumento de cidadania, promover a ampliação do acesso à educação continuada e orientar projetos político-pedagógicos com foco em segmentos da população vítimas de discriminação e violência. Assim, o MEC⁷² assinou e participou da elaboração do BSH que foi formulado pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD). O MEC tem acento no CNCD e foi “por meio do Programa BSH, lançado em maio de 2004, [que] o Ministério da Educação e outros sete Ministérios e Secretarias Especiais se

71 Em 2011, a SECAD ampliou sua atuação, transformando na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), mas manteremos o uso da sigla SECAD, tendo em vista que a maioria dos documentos pesquisados são anteriores a alteração da nomenclatura.

72 Juntamente com os Ministérios da Justiça, Saúde, Cultura, Trabalho e Emprego, Relações Exteriores e as Secretarias Especiais de Direitos Humanos, Políticas para as Mulheres e de Promoção da Igualdade Racial, como também com os representantes do Movimento LGBT.

comprometeram a implementar e executar ações no enfrentamento da homofobia e de seus efeitos” (BRASIL, 2007a, p. 24).

Segundo Lázaro (2013, p. 73), “a SECAD representou uma inovação na política educacional tanto por sua agenda quanto pelo modo como organizou seu trabalho. Foram constituídas comissões com a participação de representantes de governo e de movimentos sociais”. Desta forma, foi criado um Grupo de Trabalho (GT)⁷³ para acompanhar a implementação do BSH no Ministério da Educação, com a participação de 09 representantes das diversas secretarias do MEC, 06 representantes do Movimento LGBT e 02 especialistas sobre o tema.

O BSH traz um capítulo dedicado à educação, com o objetivo de “promover valores de respeito à paz e a não discriminação por orientação sexual”. Destacaremos o item V que se refere ao Direito à Educação, por ser o foco deste trabalho. Neste item, foram propostas as ações do Estado para o combate da homofobia no âmbito da educação. São estas as medidas:

Elaborar diretrizes que orientem os sistemas de ensino na implementação de ações que comprovem o respeito ao cidadão e à não-discriminação por orientação sexual; Fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade; Formar equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia; Estimular a produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia; Apoiar e divulgar a produção de materiais específicos para a formação de professores; Divulgar as informações científicas sobre sexualidade humana; Estimular a pesquisa e a difusão de conhecimento que contribuam para o combate à violência e à discriminação de GLTB; Criar o Subcomitê sobre Educação em Direitos Humanos no Ministério da Educação, com a participação do movimento de homossexuais, para acompanhar e avaliar as diretrizes traçadas (BRASIL, 2004, p. 22-23).

A SECAD juntamente com o Movimento LGBT elegeram a formação continuada dos profissionais de educação da rede pública de ensino para implementar as primeiras ações do BSH. Nesse processo se estabeleceu três eixos para contemplar as questões de gênero e diversidade de orientação sexual na política educacional brasileira, que foram I - Planejamento, Gestão e Avaliação; II – Acesso e Permanência e III – Formação de Profissionais de Educação. Assim, com a criação da SECAD, foi incluído no Plano Plurianual (2004-2007), o Programa Educação para a Diversidade e Cidadania, com apoio a

73 Instituído através da Portaria nº 4.032, de 24 de novembro de 2005.

elaboração de material didático, concursos de monografias e qualificação de professores/as em educação para a diversidade e cidadania (BRASIL, 2007a, p. 36-37).

Deste modo, Lázaro (2013) enfatiza:

[...] a SECAD lidava (e continua lidando) com uma agenda contra-hegemônica, ou seja, traz para o debate público temas e direitos que estavam silenciados e ignorados na agenda educativa, tanto na União como nos 27 estados que compõem a federação brasileira e nos mais de 5 mil municípios (LÁZARO, 2013, p. 74).

Por isso que o GT composto pelo governo e pela sociedade civil elegeu como prioridade a formação de professores sobre as temáticas de gênero e diversidade na escola, assim foi realizado em todo o território nacional: Formação de Profissionais da Educação para a Cidadania e Diversidade Sexual (2005/2006); Diversidade Sexual e Igualdade de Gênero nas Escolas (2006/2007); Educação e Gravidez na Adolescência; Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE), de forma semipresencial e a distância, pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), com financiamento da Secretaria Especial de Políticas das Mulheres; Construindo a Igualdade de Gênero: prêmio para redações de estudantes do Ensino Médio (BRASIL, 2007a; ROSSI, 2010).

Outra importante ação desempenhada pela SECAD relacionada à discussão de gênero e diversidade sexual foi à publicação dos Cadernos SECAD, em 2007, já citado anteriormente. Uma coleção composta por nove cadernos⁷⁴ que tem a finalidade de documentar e informar as políticas públicas desenvolvidas pela SECAD/MEC desde 2004. O *Caderno SECAD 4 Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos*, organizado por Ricardo Henriques, Maria Elisa Almeida Brandt, Rogério Diniz Junqueira e Adelaide Chamusca se tornou uma referência para introduzir a discussão das questões de gênero e diversidade sexual na escola, já que apresenta os conceitos e concepções da SECAD no campo da educação em e para os direitos humanos: educação para a diversidade e para a cidadania; superação e transformação de valores; igualdade de gênero; enfrentamento e superação de todas as formas de discriminação e desigualdades (BRASIL, 2007a).

⁷⁴ Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade; Educação do Campo: diferenças rompendo paradigmas; Educação Escolar Indígena; a diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola; Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos; Proteger para Educar: a escola articulada com as Redes de Proteção de Crianças e Adolescentes; Educação em Direitos Humanos: democracia, liberdade e justiça social; Diversidade Étnico-racial: políticas afirmativas na educação; Integração entre Instituições de Educação e Comunidade: caminhos para o exercício da cidadania; Educação de Jovens e Adultos: a construção de uma política pública.

Os Cadernos SECAD foram publicados 10 anos depois dos PCNs, apresentando uma linguagem atual, dialogando com os movimentos sociais, respeitando os direitos humanos e evidenciando as temáticas de gênero, sexualidade, identidade sexual e de gênero, diversidade sexual, homossexualidade, homofobia, heteronormatividade. Diferentemente dos PCNs que focava apenas na saúde. Essas mudanças ocorreram, sobretudo, após a elaboração e publicação do Programa Brasil sem Homofobia que inicialmente era uma política de governo, mas que teve incidência nas políticas de Estado, com a realização de formação continuada de professores com a temática da diversidade sexual, publicação de materiais didáticos, realização de campanhas, financiamento de projetos para universidades, criação de núcleos e grupos de pesquisas nas IES, implantação de Centros de Referência de Promoção e Defesa dos Direitos de LGBT em todas as regiões do Brasil, efetivação do Conselho Nacional LGBT, entre outros.

A culminância da inserção da temática da diversidade sexual nas políticas educacionais aconteceu na realização da *Conferência Nacional de Educação Básica (CONEB)*, em 2008 e na *Conferência Nacional de Educação (CONAE)*, de 2010, com forte participação e mobilização dos movimentos feminista e LGBT.

Na CONEB 2008, foram aprovadas várias deliberações dentro do eixo temático de Inclusão e Diversidade na Educação Básica, sendo cinco especificamente direcionadas a política de inclusão e diversidade na educação básica, assim elencadas:

1. realizar constantemente a análise de livros didáticos e paradidáticos utilizados nas escolas - conteúdos e imagens –, para evitar as discriminações de gênero e de diversidade sexual e, quando isso for constatado, retirá-los de circulação;
2. desenvolver e ampliar programas de formação inicial e continuada em sexualidade e diversidade, visando a superar preconceitos, discriminação, violência sexista e homofóbica no ambiente escolar, e assegurar que a escola seja um espaço pedagógico, livre e seguro para todos/todas, garantindo a inclusão e a qualidade de vida;
3. rever e implementar diretrizes, legislações e medidas administrativas para os sistemas de ensino promoverem a cultura do reconhecimento da diversidade de gênero, identidade de gênero e orientação sexual no cotidiano escolar;
4. garantir que a produção de todo e qualquer material didático-pedagógico incorpore a categoria “gênero” como instrumento de análise, e que não se utilize de linguagem sexista, homofóbica e discriminatória;
5. inserir os estudos de gênero e diversidade sexual no currículo das licenciaturas (BRASIL, 2008d, p. 78-79).

A incorporação destas propostas no documento final da CONEB 2008 só foi possível com a participação da sociedade civil organizada que passou a reivindicar a necessidade da superação das desigualdades e da exclusão da diversidade sexual na escola. Segundo

Daniliauskas (2011, p. 130) foi “a primeira mobilização e participação do Movimento LGBT de forma articulada em um fórum de educação”.

Reis (2012b) enfatiza que já na Conferência Nacional de Educação, o Movimento LGBT ampliou sua participação na CONAE 2010 e aprovou 28 deliberações relacionadas a gênero e diversidade sexual, tendo inclusive participado ativamente nas Comissões Organizadoras da Conferência, nos níveis nacional, estadual e municipal. No Documento Final da CONAE 2010, o tema da diversidade sexual permeia todo o texto, tendo amplo destaque no Eixo VI – Justiça Social, Educação e Trabalho: inclusão, diversidade e igualdade, no tópico *Quanto ao gênero e à diversidade sexual* (BRASIL, 2010, p. 143-146).

Assim, sintetizados por Vianna e Cavaleiro (2011, p. 40):

[...] destacam-se a garantia de discussão do tema na formação inicial e continuada docente, incluindo extensão, especialização, mestrado e doutorado; a reorganização curricular nacional com a participação de entidades educacionais; o aperfeiçoamento dos critérios de avaliação dos livros didáticos, especialmente as imagens e os modelos de família nele contidas e/ou silenciadas; o direito de travestis e transexuais ao uso de nomes sociais nos documentos oficiais das instituições escolares; e a ampliação do incentivo a pesquisas e produção de materiais sobre educação sexual, diversidade sexual, direitos sexuais e relações de gênero.

Por fim, entendemos que as inclusões das questões relacionadas a gênero sexualidades e diversidade sexual nas políticas educacionais aconteceram de fora para dentro, da sociedade para o Estado, devido à participação efetiva do Movimento LGBT nas instâncias de deliberações democráticas. E acima de tudo, a partir das recomendações do Programa Nacional de Direitos Humanos 2 (2002), Plano Nacional de Políticas para Mulheres (2004), Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006) e do Plano Nacional de Políticas para a Cidadania LGBT (2009), como também da contribuição dos estudos e pesquisas desenvolvidas nas Instituições de Ensino Superior de todo o país.

4 ANÁLISE DA PESQUISA: AS AÇÕES DO PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA EM JOÃO PESSOA

O presente capítulo examina as ações educacionais realizadas no município de João Pessoa a partir do Programa Brasil sem Homofobia (BSH) pelo poder público e pela sociedade civil organizada. O processo de análise foi realizado mediante o exame de documentos, como relatórios e publicações, além de entrevistas realizadas com sujeitos que participaram efetivamente da realização destas ações.

A princípio, mapeamos as ações desenvolvidas no âmbito municipal para o segmento LGBT. Em seguida, identificamos e apontamos a partir dos registros analisados, os aspectos, os avanços, as contradições e os desafios postos a partir das ações desenvolvidas no recorte temporal examinado de 2004 a 2009. As entrevistas foram realizadas com militantes das entidades LGBT e assessores (as) de projetos de políticas para LGBT, os quais estiveram envolvidos (as) nas ações de educação que foram implementadas na cidade, por isso a importância dos seus testemunhos no decorrer desta investigação.

As entrevistas possibilitaram decifrar elementos de análise, a exemplo de como se deu o processo de implementação das políticas para LGBT em João Pessoa. As entrevistas foram previamente agendadas e aconteceram entre os meses de agosto e outubro de 2015. As entrevistas foram gravadas e transcritas, precedidas pela assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento, mas dado o simbolismo destas pessoas no contexto da formulação, execução e acompanhamento das ações, foi explicitada a necessidade de suas falas também de forma pública, assim foi pedida a devida autorização para divulgação de seus nomes (ver APÊNDICE C).

Desta forma, chegamos aos seguintes sujeitos da pesquisa, sendo dois militantes do movimento LGBT e dois ex-assessores da Gestão Municipal que estiveram diretamente envolvidos na execução das ações educacionais do município, objeto de nossa análise:

- Luciano Bezerra Vieira, Formado em História, com Especialização em Direitos Humanos, atualmente é Vice-Presidente do Movimento do Espírito Lilás (MEL) e um dos pioneiros do Movimento LGBT da Paraíba. Participou do Grupo de Trabalho que elaborou o BSH. Entrevista realizada em agosto de 2015.
- Fernanda Benvenutty da Silva, Técnica de Enfermagem. Presidente da Associação das Travestis da Paraíba (ASTRAPA), membro da Articulação Nacional das Travestis e Transexuais (ANTRA). Foi

integrante da equipe do Centro de Referência GLBT Mauro Antonio Cortes, em João Pessoa/PB, financiado pelo BSH. Atualmente é Presidente do Conselho Estadual dos Direitos de LGBT da Paraíba. Entrevista realizada em agosto de 2015.

- Alcemir de Oliveira Freire, Pedagogo, Ex-Assessor Pedagógico da Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC) de João Pessoa, atuando com a temática de gênero e diversidade nas escolas municipais, Ex-Presidente do MEL, atualmente é Assessor na Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice de Almeida (FUNDAC). Entrevista realizada em setembro de 2015.
- Simone Joaquim Cavalcante, Graduada e Mestre em História, Ex-Assessora de Políticas Públicas para a Diversidade Humana, da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES) da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Coordenou o Projeto GLBT à Luz dos Direitos Humanos, financiado pelo BSH. Atualmente é Doutoranda em Educação/UFPB. Entrevista realizada em outubro de 2015.

Além desses sujeitos que compuseram a amostra, outros sujeitos foram relacionados para serem entrevistados, entretanto, durante o período de coleta de dados, após inúmeros contatos não foi possível realizar algumas entrevistas, mas de nenhuma forma a pesquisa foi prejudicada, tendo em vista que foram disponibilizados por essas pessoas relatórios oficiais sobre a execução das ações realizadas pelo Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET)⁷⁵, Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e o Centro da Mulher 8 de Março (CM8M).

4.1 O Direito à Diversidade Sexual: o cenário e a construção da agenda política

Neste tópico evidenciamos a importância histórica do Programa Brasil sem Homofobia para o Movimento LGBT, tanto em âmbito nacional, como local, tendo em vista que foi a partir dos anos 2000 que os temas da diversidade sexual, homossexualidade, homofobia, entre outros, começaram a entrar de fato na pauta da agenda política nacional e local, a princípio, provocado pelo advento da AIDS e posteriormente com a ascensão das

⁷⁵ Atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB).

forças do campo democrático popular ao poder, fato que coincidiu com a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) ao Governo Federal, em 2003 e ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) no Governo Municipal, em 2005.

A socióloga Maria das Graças Rua (2012, p. 64) enfatiza que:

A agenda de políticas resulta de um processo pouco sistemático, extremamente competitivo, pelo qual se extrai, do conjunto de temas que poderiam ocupar as atenções do governo, aquelas questões que serão efetivamente tratadas.

A afirmação da autora se confirma a partir das entrevistas realizadas com os militantes do movimento social, que, para garantir de fato a concretização do direito à diversidade sexual na agenda política dos governos, ocorreu muita disputa, já que são constituídos de forças antagônicas, mesmo quando são do campo progressista.

Luciano Vieira, do MEL traça um panorama que contribui para entendermos como se deu o cenário da construção do BSH,

[...] O advento, né? E a questão da AIDS e saúde, né? Esse movimento começa de fato a ter uma articulação e ter uma dimensão de movimento nacional, né? Pois até, então, podia ter organização aqui, acolá e tal, no Brasil, mas não tinha essa rede construída e tal... Tanto que a ABGLT⁷⁶, ela é fundada em 95... [...] A ABGLT, né? Então, eu acho que aí vai se formatando de fato, os espaços para o debate, para discussão, né? E para a formação dos ativistas [...] A partir do que se convencionou, da pressão do advocacy⁷⁷, né? [...] A gente não pode negar que esse processo, como a própria história das paradas [...] Mas, de onde vinha tudo isso, esse incentivo, essa história? Do Ministério da Saúde [...] Mas, a origem dele [BSH] o caminho que o construiu vem de antes, né? Vem de todo esse processo, vem de antes... Por exemplo, a primeira parada aqui, foi em 2000? Essa história de data pra mim está complicada, [2002] Em 2002, antes do programa, entendeu? E aí? As paradas, inclusive, com incentivo financeiro... Por que eu estou dizendo isso? Porque, as paradas, elas levam para as ruas, elas pressionam de alguma forma [risos] o Estado... Da rua, né? Por que houver essa pressão de dentro, né? Essa pressão, por dentro do, né? Das instituições, né? Nos debates, nos seminários, né? E tal... E houver, a partir das paradas, esse debate... Essa pressão de fora, em que você juntava um número bem maior de pessoas, com consciência ou não [...] (Entrevista com Luciano Vieira, 2015).

⁷⁶É a sigla da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

⁷⁷É uma palavra inglesa sem tradução literal para a língua portuguesa, consiste em um ato de identificar, adotar, argumentar e promover uma causa. Este conjunto de ações no movimento LGBT se tornou uma estratégia para a conquista de direitos e desenvolvimento de políticas públicas junto ao Poder Público (BRELÁZ, 2007; ABGLT, 2010).

Desta citação, temos diversos elementos para levarmos em consideração. Primeiro, que inevitavelmente a ocorrência da AIDS, nas décadas de 1980 e 1990, impulsionou a expansão do movimento homossexual no Brasil, a cobrar ações efetivas do Estado para este segmento. Facchini (2005) cita que este período foi marcado pelo seu reflorescimento do movimento homossexual, se por um lado a epidemia provocou a perda de muitas lideranças do próprio movimento, ora acometidas pela AIDS, por outro possibilitou a liberação de recursos públicos para estruturação do movimento que passou a atuar na mobilização e prevenção das DST/AIDS⁷⁸. O Programa Nacional de DST/AIDS (PN DST/AIDS),⁷⁹ vinculado ao Ministério da Saúde subsidiou a institucionalização e estruturação do movimento LGBT em organizações não governamentais e estimulando ainda a realização das paradas do Orgulho LGBT, financiando, no primeiro momento, antes mesmo da criação do BSH.

Com isso, identificamos, que, apesar do cenário político favorável em 2003, com a posse do novo Presidente da República, oriundo das camadas populares, fato que possibilitaria que a pauta LGBT conquistasse espaço na agenda política, isto só aconteceu por que já vinham anteriormente, sendo construído este processo, ora via “*pressão do advocacy*” dos ativistas LGBT nos ministérios, em especial no Ministério da Saúde e na Secretaria Especial de Direitos Humanos, ora “*a partir das paradas*”, realizadas pelo Movimento LGBT nas ruas de todo o país, conforme enfatiza Luciano Vieira.

Notamos ainda que a criação e lançamento do BSH, segundo enaltece o ativista, “*por que houver essa pressão de dentro, né?*” Essa pressão aconteceu, inclusive por parte “*das instituições, né? Nos debates, nos seminários, né?*” Por isso, compreendemos que aconteceu uma pressão de dentro e de fora do novo governo para a elaboração do BSH, inclusive por parte do próprio PN DST/AIDS que impulsionou e subsidiou recursos para que o BSH fosse elaborado.

Note-se que esse processo de criação do Programa Brasil sem Homofobia foi uma trajetória de (re) conhecimento mútuo: é o movimento social entrando no governo, entendendo como as suas estruturas funcionavam e, ao mesmo tempo, se explicando, se fazendo conhecer em seus conteúdos, questões, debates, temas e o governo se deparando com uma agenda até então pouco ou nada explorada na maioria dos ministérios, sobre a qual não havia muito clareza de como encaminhar, mesmo sendo considerada relevante (DANILIAUSKAS, 2011, p. 84)

⁷⁸ A partir de 1994, o Governo Federal por meio da Organização Mundial de Saúde e o Programa Global de AIDS firmaram empréstimo com o Banco Mundial para o Projeto de Controle da AIDS e DST, desta forma foi criado o Programa Nacional de DST AIDS que realizou durante anos termos de cooperação entre as ONGs para promover ações de prevenção às DST/AIDS (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

⁷⁹ Atual Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. Ver <http://www.aids.gov.br/>

No período de 2003 a 2004, foi elaborado e lançado o Programa Brasil sem Homofobia, a partir do cenário político que se desfrutava no Brasil, desde a criação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH II) e das recomendações das Conferências Internacionais de Direitos Humanos para que os países constituíssem instâncias e políticas de combate e prevenção à discriminação, conforme já historiamos no capítulo 3 deste trabalho.

A partir do BSH, eclodiram diversas ações de promoção da cidadania LGBT e de enfrentamento à homofobia, em todo o país, sejam financiadas, estimuladas e/ou incentivadas através do Programa, como aconteceu em João Pessoa/PB que refletia o que vinha acontecendo nas principais capitais do país. Por isso que inicialmente, na introdução deste trabalho citei que a escolha deste objeto de estudo se confunde com a minha trajetória de vida, por que acompanhei, ora no movimento LGBT, ora nos espaços de governos a construção das políticas para este segmento.

Por isso, intitulei este tópico com esta expressão “Direito à Diversidade Sexual” para corroborar com a afirmação, tendo em vista que foi o tema do primeiro evento público promovido pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria do Desenvolvimento Social (SEDES), organizado por este pesquisador, que na época foi indicado, a partir de uma lista tríplice aprovada em reunião pelo movimento LGBT de João Pessoa⁸⁰, para compor o Governo Municipal do então prefeito Ricardo Coutinho (2005-2008). Assim criamos a partir da iniciativa da ex-Secretária da SEDES, Douraci Vieira, o Grupo de Trabalho da Diversidade Humana, em que fiquei responsável pela temática da diversidade sexual. Posteriormente, foi sendo agregado novos atores sociais para aprofundar a discussão de gênero e da igualdade racial. Este GT resultou na criação da Assessoria de Políticas Públicas para a Diversidade Humana⁸¹, a qual ficou posteriormente vinculada a Diretoria de Organização Comunitária e Participação Popular (DIPOP), em que fui remanejado para ser seu primeiro diretor, permanecendo até meados de 2007, quando ocorreram as primeiras cisões no Governo Municipal, ocasionando em uma reforma administrativa com mudanças do secretariado, mas sem danos para a política LGBT ora iniciada, a qual foi dada continuidade e consolidada nos anos posteriores.

⁸⁰ Conforme publicação do Jornal A Colmeia, boletim informativo do Movimento do Espírito Lilás (MEL), nº 2, ano 4, edição março/abril de 2005.

⁸¹ Tânia Maria Correia da Silva, militante do Movimento Negro da Paraíba foi à primeira Assessora de Políticas Públicas para a Diversidade Humana, permanecendo de outubro de 2005 a 2009. A partir do ano de 2009, Simone Joaquim Cavalcante assumiu a Assessoria, permanecendo até 2012 quando assim foi criada a Coordenadoria Municipal de Promoção à Cidadania LGBT e da Igualdade Racial na estrutura administrativa do Governo Municipal, através da Lei nº 12.400/12, de 05 de julho de 2012. (JOÃO PESSOA, 2008; 2013).

Figura 1 – Foto do Seminário Inclusão Social – Direito à Diversidade Sexual⁸²



Fonte: Arquivo Pessoal

No processo de coletas de dados, entre relatórios, folders e rascunhos, foi encontrado este registro fotográfico deste momento, anteriormente citado, em que ativistas LGBT ocuparam pela primeira vez, o auditório do Centro Administrativo Municipal para discutir no âmbito institucional a inclusão social e o respeito à livre orientação sexual.

De acordo com a ativista Fernanda Benvenutty, da Associação das Travestis da Paraíba,

[...] É a partir de 2004, quando se criou o Programa Brasil sem Homofobia... [...] As políticas que nós temos hoje fossem desencadeadas, a partir dessa discussão... Por que com o Governo Lula que deu abertura e aproximação para a gente dialogar com o governo, não só na área da AIDS, mas na educação, na cultura, nos direitos humanos em si... Que aí... Que a gente começou a construir estas políticas, a partir do Programa Brasil sem Homofobia (Entrevista com Fernanda Benvenutty, 2015).

Esta afirmação que foi a partir do BSH que as políticas para a população LGBT foram iniciadas em diversas áreas da gestão pública também é constatada por Luciano Vieira, que participou da elaboração do BSH, na esfera nacional.

⁸² Na foto, posicionados a partir da direita para a esquerda estão: Jorge Nascimento, Adnause Targino, Diego Silva, Alam Amâncio, Eulália Freitas, Cleudo Gomes, Victor Pilato, Luciano Vieira, Gel Laverna, Wendel Oliveira e Marconi França, militantes do movimento LGBT de João Pessoa/PB.

[...] O Brasil sem Homofobia é um marco dessa tentativa de ampliar o olhar do Estado sobre essa questão LGBT... Então... Daí, o programa incluir uma série de iniciativas que envolveria todos esses organismos do Estado que não só a saúde... Outros organismos do Estado que não apenas a saúde... (Entrevista com Luciano Vieira, 2015).

Coincidentemente, duas expressões aparecem nas citações dos militantes, “não só na área da AIDS” e “não só a saúde”, embora distintas, ambas têm o mesmo significado, tendo em vista que durante a década de 1990 e início dos anos 2000, as ações para a população LGBT eram realizadas apenas pelo Ministério da Saúde, especificamente pelo PN DST/AIDS, conforme foi evidenciado no início deste tópico.

Os dois militantes ainda são enfáticos em afirmar que foi a partir do BSH que diversas políticas voltadas para a população LGBT foram “desencadeadas”, assim houve uma ampliação de ações no âmbito governamental, seja na esfera nacional e local.

No âmbito nacional, as ações foram desenvolvidas para além das políticas de saúde, de forma intersetorial e transversal, envolvendo outros ministérios, em especial na pasta dos Direitos Humanos como missão de articular institucionalmente promoveu a largada para o processo de construção de políticas públicas para a população LGBT, tais como: a realização da I e II Conferência Nacional LGBT, respectivamente, em 2008 e 2011, o lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT (2009), a reformulação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT (2010), além da criação da Coordenadoria Geral de Promoção dos Direitos de LGBT, vinculada a Secretaria Especial de Direitos Humanos (REIS, 2012b).

Na esfera municipal, neste mesmo período, a SEDES, responsável pela Política da Assistência Social, assumiu no primeiro momento, o espaço de promoção dos direitos humanos no Governo Municipal, desta forma possibilitou a inserção de ações afirmativas para negros e homossexuais, criando a Assessoria de Políticas Públicas para a Diversidade Humana, a qual foi à primeira instância de políticas para o segmento LGBT em todo o Estado da Paraíba, e, posteriormente, realizou a I e II Conferência Municipal LGBT.

Além do Governo Municipal, outras instituições e atores sociais promoveram ações voltadas para a população LGBT, conforme descrevemos no tópico seguinte.

4.2 Mapeamento das ações educativas desenvolvidas no contexto local

Conforme já explicitamos no início do capítulo, nos dedicaremos a partir de agora na descrição e análise desenvolvidas no município de João Pessoa, a partir do BSH, objeto central deste trabalho. Para atingirmos aos objetivos propostos e respondermos as questões de pesquisa, buscamos entrelaçar os dados coletados nas entrevistas transcritas dos sujeitos com os dados analisados na pesquisa documental.

Desta forma, identificamos as seguintes ações e projetos desenvolvidos no município de João Pessoa/PB:

QUADRO 1 – Projetos e Ações realizadas, a partir do BSH em João Pessoa (2005-2009)

ANO	PROJETO E AÇÕES	INSTITUIÇÃO
2005	Projeto Resgatando a Cidadania LGBT – Centro de Referência GLBT Mauro Antonio Cortes	Associação das Travestis da Paraíba – ASTRAPA
2006	Projeto Por uma Pedagogia da Igualdade: novos saberes sobre a diversidade e a igualdade na Escola	Centro da Mulher 8 de Março
2007	Curso Equidade e Relações de Gênero no Currículo Escolar	Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba – CEFET
2008	Projeto GLBT à luz dos direitos humanos	Prefeitura Municipal de João Pessoa/Secretaria de Desenvolvimento Social
	Projeto Núcleo de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual	Universidade Federal da Paraíba/Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários
2009	Curso Gênero e Diversidade na Escola	Universidade Federal da Paraíba/Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero
	Adoção do uso nome social para travestis e transexuais	Governo da Paraíba e Prefeitura Municipal de João Pessoa

Fonte: ASTRAPA (2006); CAVALCANTE (2008); CM8M (2009); GENTLE; ZENAIDE e GUIMARÃES (2008); JOÃO PESSA (2008a; 2008b; 2009).

Como podemos observar no quadro 1, foram aprovados seis projetos que receberam recursos financeiros do BSH, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e da Secretaria de Políticas Para as Mulheres a serem desenvolvidos

em João Pessoa, sendo que, em virtude da amplitude das demandas sociais acabaram estendendo o âmbito de ação, beneficiando outras regiões do Estado da Paraíba.

Das instituições listadas, duas são organizações não governamentais, no caso da Associação das Travestis da Paraíba (ASTRAPA) e do Centro da Mulher 8 de Março (CM8M), duas são Instituições de Ensino Superior (IES), como foi o caso do antigo Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET), que se transformou no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e uma é do poder público executivo, especificamente a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), através da Secretaria de Desenvolvimento Social.

Curiosamente, das instituições elencadas no quadro 1, apenas a ASTRAPA atuava diretamente com o público LGBT, diferentemente do que aconteceu em outros estados, em que o movimento LGBT, desde 2005 acessava os recursos do BSH para executar projetos de capacitação dos profissionais de educação. O que podemos ponderar como algo propositivo do movimento local para as instituições públicas, como a PMJP, CEFET e UFPB, já que historicamente a militância têm se mantido uma relação de parceria e construção coletiva nos projetos e ações.

Fernanda Benvenutty, da ASTRAPA lembra que,

[...] Nós também tivemos através da Secretaria de Direitos Humanos, durante três anos, um projeto de direitos humanos, que era o projeto de cidadania LGBT, que dava para a população assistência social, psicólogo, pedagogo e advogado. Nós tivemos esse projeto dentro da associação implementado durante três anos, que era o Centro de Referência, que depois, a gente entendendo que não era uma política para ONG executar, nós transformamos, jogamos para o Governo do Estado, que hoje é uma política do Governo do Estado, mas que saiu do Programa Brasil sem Homofobia, da ONG, da Associação das Travestis da Paraíba [...] (Entrevista com Fernanda Benvenutty, 2015).

De maneira especial, a dirigente da ASTRAPA exalta a execução do Projeto “Resgatando a Cidadania LGBT” que resultou na efetivação do Centro de Referência GLBT Mauro Antonio Cortes⁸³ que tinha a finalidade de ofertar apoio jurídico, psicológico e social

⁸³ O Centro de Referência prestava uma homenagem a Mauro Antônio Cortes, militante do MEL que foi mais uma vítima da homofobia que foi barbaramente assassinado com requintes de crueldade, seu corpo foi encontrado na Rua da Areia, “com a cabeça esmagada por pedras e um sinal de cruz, feito de cortes de uma fraça” em 26 de fevereiro de 2005 (MEL, 2005, p. 1).

para as pessoas LGBTs, vítimas de violência, como também a seus familiares e população de modo geral com apoio de recursos públicos da União⁸⁴.

Entretanto, a Secretaria Especial de Direitos Humanos, reproduziu com os recursos do BSH, algo semelhante que ocorreu com a AIDS, na década de 1990, transferindo um pequeno aporte financeiro para as ONGs executarem ações de política pública que deveria ser da responsabilidade do Estado, já que os atendimentos as vítimas de violência são de alta complexidade e necessitava de uma rede de proteção que naquele momento ainda não estava constituída.

Os projetos foram elaborados em virtude do crescimento da violência física e dos sucessivos assassinatos de homossexuais no Brasil nas últimas décadas, conforme delineamos na introdução deste trabalho (MOTT, 2015). Com isso, o movimento LGBT passou a atender as vítimas de violência e combater a discriminação homofóbica, promovendo ações de mediação e conciliação de conflitos, capacitação em direitos humanos, assessoria jurídica e psicossocial, como também orientações e encaminhamentos para os órgãos de segurança pública e o judiciário.

Assim, o BSH possibilitou recursos para um amplo leque de ações, a exemplo da implantação dos centros de referências.

A partir das propostas do BSH, em 2005, foram implantados 15 Centros de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual (CRDHCH) e, no ano seguinte, outros 30, em todas as capitais estaduais e em algumas das principais cidades do país, com o objetivo de prestar assistência jurídica, psicológica e social à população LGBT (MELLO et. al, 2012, p. 297).

O valor financiado para implantação dos Centros de Referência supria a contratação de recursos humanos, tais como um assistente social, um advogado, um psicólogo, um coordenador e um agente administrativo, material de consumo e material permanente, tipo mobília e computador. Entretanto, não possibilitava aquisição nem locação de espaço físico para o funcionamento dos centros, como também não eram disponibilizados recursos para o pagamento dos gastos com água, luz, telefone e internet. Assim, os centros deveriam funcionar na sede das organizações que na maioria das vezes era locada e não tinha condições adequadas para o funcionamento do serviço (ASTRAPA, 2005; 2009).

Mas, apesar destas dificuldades, o Centro de Referência executado pela ASTRAPA foi pioneiro e exitoso, já que inicialmente era voltado para a população de João Pessoa, porém,

⁸⁴ Resultante do Convênio nº 0066/2005 entre a ASTRAPA e a Secretaria Especial de Direitos Humanos, no valor de R\$ 35.000,00

com o aumento da demanda face a visibilidade desta ação a entidade passou, também, a atender o público LGBT das cidades circunvizinhas, com mais de 1.000 atendimentos só no primeiro ano de funcionamento. A equipe do Centro de Referência percorria a grande João Pessoa e outros municípios do Estado, a exemplo Itabaiana⁸⁵, Guarabira, Santa Rita, Campina Grande, Bayeux, Sapé, nos eventos organizados pelo movimento LGBT, a exemplo da Parada da Diversidade Sexual da Paraíba (ASTRAPA, 2007).

Contudo, o movimento “entendendo que não era uma política para ONG executar” face às dificuldades financeiras que esta demanda implicava para entidade, considerando que a ASTRAPA não poderia suprir sozinha, com o término do convênio com a SEDH que durou três anos, adotou-se a decisão em priorizar tal demanda como ação permanente de política pública. Esta transição citada por Fernanda Benvenutty sobre o Centro de Referência “*que hoje é uma política do Governo do Estado, mas que saiu do Programa Brasil sem Homofobia, da ONG, da Associação das Travestis da Paraíba*” foi acompanhada de perto por este pesquisador na elaboração do projeto que resultou no “Espaço LGBT - Centro de Referência dos Direitos de LGBT e Combate a Homofobia da Paraíba”⁸⁶ aprovado em 2010, pelo Governo Federal e inaugurado em 2011, já sobre a coordenação da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, por meio da Gerência Executiva de Direitos Sexuais e LGBT⁸⁷.

Do ponto de vista prático e de continuidade, inclusive com a ampliação do serviço, a adoção do Centro de Referência pelo Governo do Estado foi propiciada a partir do surgimento do BSH que possibilitou uma maior interlocução do movimento LGBT com o poder público, em todo o país, contando com a participação de militantes que foram inseridos nos espaços de governo para pautar, interceder e garantir políticas de promoção da cidadania LGBT.

⁸⁵ Posteriormente, o Grupo Gayreiros do Vale do Paraíba, do município de Itabaiana implantou um Centro de Referência semelhante na cidade.

⁸⁶ De 2009 a 2010, as políticas voltadas para a promoção da cidadania LGBT e da igualdade racial, com foco na população negra e comunidades tradicionais estavam alocadas na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, do Governo do Estado, durante a gestão da ex-Secretária Giucélia Araújo de Figueiredo no Governo José Targino Maranhão. Neste período, o pesquisador esteve na coordenação do Centro de Capacitação do Primeiro Emprego, assessorando sobre a temática da diversidade sexual e a partir do diálogo com o movimento LGBT foi discutido a efetivação de um serviço de atendimento para população LGBT na estrutura administrativa do Governo do Estado, assim idealizamos e elaboramos o projeto que resultou no Centro de Referência dos Direitos de LGBT e Combate a Homofobia da Paraíba. (GOMES, 2011).

⁸⁷ O Centro de Referência dos Direitos de LGBT e Combate a Homofobia da Paraíba foi criado a partir da participação do movimento na gestão pública, sendo inaugurado em 25 de maio de 2011, a partir do convênio firmado entre a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, no âmbito do Programa Garantia e Acesso a Direitos sendo administrado pela Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, que aborda a equidade de Gênero, Direitos Sexuais e LGBT e Equidade Racial, criada no primeiro mandato do Governador Ricardo Coutinho (2011-2014). Disponível em <http://paraiba.pb.gov.br/governo-do-estado-inaugura-centro-de-referencia-lgbt/> Acessado em 06 nov. 2015.

A parceria do movimento LGBT com outras organizações sociais, instituições de ensino e poder público de modo geral foi de fundamental importância para execução das ações propostas pelo BSH em João Pessoa, um exemplo foi o projeto, relacionado no quadro 1, “Por uma Pedagogia da Igualdade: novos saberes sobre a diversidade e a igualdade na Escola”, executado pelo Centro da Mulher 8 de Março (CM8M), com financiamento do Ministério da Educação, através da SECAD⁸⁸.

O CM8M é uma organização feminista que emergiu das mobilizações contra as violências sofridas pelas mulheres na Paraíba, a partir da década de 1990 e que desde 1999 passou a discutir as questões de gênero com os profissionais de educação⁸⁹, visando uma educação não sexista, já que a escola é o lugar propício para difundir a equidade de gênero e o enfrentamento ao machismo, o racismo e a homofobia. (SOUSA e CARVALHO, 2003; SOUSA, 2008).

Com o BSH, o CM8M ampliou o foco de atuação, promovendo ações de gênero, sexualidade e diversidade sexual, atuando em parceria com o MEL no projeto supracitado e assim foram executadas palestras em escolas e comunidades, oficinas de sensibilização com professores (as), seminários e produção de material educativo. Entre os resultados apresentados no relatório final, constam que 15 escolas participaram das atividades, atingindo aproximadamente 500 pessoas, ao final resultando na criação de um Núcleo Temático sobre Gênero e Diversidade Sexual na Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC) do município de João Pessoa. Esta ação fomentou a SEDEC, a partir de 2007, a abrir um edital que ficou conhecido como Projeto Elos⁹⁰, destinado as ONGs para apresentarem propostas de oficinas pedagógicas a serem desenvolvidas com o alunado das escolas municipais, visando à discussão de gênero, sexualidade, prevenção às DST/AIDS e combate ao preconceito e a discriminação⁹¹.

⁸⁸ O CM8M concorreu ao Edital de Seleção de Projetos de Formação de Profissionais da Educação para a Promoção da Cultura de Reconhecimento da Diversidade Sexual e da Igualdade de Gênero, lançado pelo MEC/SEDH/SECAD, publicado em outubro de 2006. Resultante do Convênio nº 0100/2006 entre a CM8M e MEC/SECAD, no valor de R\$ 48.500,00.

⁸⁹ Com o “Projeto Consciência de Gênero entre Educadoras e Educadores da Rede Municipal de Ensino de João Pessoa, desenvolvido pelo Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba em parceria com o Centro da Mulher 8 de Março, de abril de 1999 a março de 2000, com o apoio do Department for International Development – DFID (Departamento para o Desenvolvimento Internacional) e pelo British Council (Conselho Britânico)” (SOUSA; CARVALHO, 2003, p. 7).

⁹⁰ O Projeto Elos – Educação Cidadã: caminho para uma cultura de paz foi implementado pela SEDEC e consistia na realização de oficinas pedagógicas nas escolas municipais, por meio de ONGs, entre quais, destacamos o Centro da Mulher 8 de Março, Cordel Vida, Associação de Prevenção à AIDS – AMAZONA, entre outras. No decorrer dos anos, o Projeto Elos passou a abordar temáticas de drogas e violência.

⁹¹ De forma pioneira, em João Pessoa, o CM8M, a partir do Projeto Elos, elaborou uma série de cartilhas que passaram a ser distribuídas para os (as) alunos (as) da Rede Municipal de Ensino, com os temas: A Escola e a Diversidade Sexual – Novos saberes; Conversando sobre Violência com meninos e meninas; Conversando sobre

No mesmo momento em que o CM8M executava seu projeto, uma importante instituição de ensino começava a dar os primeiros passos na temática de gênero e diversidade sexual. O CEFET e o CM8M foram as duas instituições, em 2006, contempladas com recursos do Ministério da Educação para promover formação sobre igualdade de gênero e reconhecimento da diversidade sexual para profissionais de educação no Estado da Paraíba.

O curso “Equidade e Relações de Gênero no Currículo Escolar”, promovido pelo CEFET se destacou pelo seu ineditismo em ser promovido por um centro de educação profissional e tecnológica, unidade escolar oriunda da escola técnica que historicamente era voltado para o ensino técnico na capital com o foco no mundo do trabalho, “sendo o único projeto da Rede Federal de Educação Profissional a ser selecionado”, em um total de trinta e um projetos⁹² (GUIMARÃES, 2011, p. 4).

De acordo com o professor Rômulo Gondim,

Com quase cem anos de existência esta é a primeira experiência institucional do CEFET-PB, enquanto autarquia educacional, com a temática *gênero e diversidade sexual*. Se, por lado, diversas universidades brasileiras já trataram e/ou tratam da temática e/ou executam trabalhos voltados para a questão de gênero e diversidade sexual, no âmbito dos Centros Federais de Educação (CEFET, agrotécnicas, etc.) o tema ainda é tabu (OLIVEIRA, J., 2008, p. 26, grifos do autor).

Desta maneira, o Ministério da Educação e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos propiciaram ao CEFET a oportunidade de abordar uma temática inovadora em um ambiente sedimentado numa educação tradicional, resultante de uma cultura patriarcal e machista⁹³, sobretudo a educação profissional, voltada na maioria das vezes para o universo masculino, em que o homem é supervalorizado e a mulher inferiorizada. A realização de cursos de formação para os profissionais de educação na área da sexualidade não tinha apenas a pretensão de cumprir as ações estratégicas propostas pelo BSH, mas provocar uma ruptura de paradigmas visando promover uma educação inclusiva, não sexista e não homofóbica.

Sexualidade com meninos e meninas; Conversando sobre Ética, Cidadania e Paz com meninos e meninas; Conversando sobre Gravidez na Adolescência com meninos e meninas.

⁹² O CEFET concorreu ao Edital de Seleção de Projetos de Formação de Profissionais da Educação para a Promoção da Cultura de Reconhecimento da Diversidade Sexual e da Igualdade de Gênero, lançado pelo MEC/SEDH/SECAD, publicado em outubro de 2006. O curso ocorreu de maio a outubro de 2007, de forma presencial e com encontros semanais, sendo realizados aos sábados. (OLIVEIRA, J., 2008; GUIMARÃES, 2011).

⁹³ De acordo com Carvalho, Andrade e Junqueira (2009, p. 36), o patriarcado é “o sistema social baseado na autoridade masculina nos domínios público e privado. O patriarcado é sustentado ideologicamente pela heterossexualidade compulsória,” reforçando a dominação dos homens sobre as mulheres. Já o machismo (2009, p. 31) “é a crença de que os homens são superiores às mulheres”.

Na realização das entrevistas com os militantes sociais, o curso promovido pelo CEFET também é referenciado como uma das ações exitosas realizadas em João Pessoa, com financiamento do BSH.

[...] Teve o projeto com o IFPB, né? Que não era IFPB, era CEFET ainda, né? Eu acho que o principal desses, foi este do CEFET... Eram desde lideranças do movimento LGBT, né? Das organizações LGBT... Mas, eu acho que teve uma preocupação de ter um caráter mais amplo, reunindo outras lideranças, de outros movimentos e outras organizações, professores da Rede Pública, né? Tanto municipal, de alguns municípios, eu acho que foi muito bom essa história da abrangência [...] Que não eram LGBTs, né? Necessariamente, não teve esse viés que tem que ser professor LGBT, um dado interessante é que tinha uma parte desse grupo é que não tinham, a princípio, contato com essa política, né? (Entrevista com Luciano Vieira, 2015).

O entusiasmo proferido pelo ativista se deve ao fato da ampliação do curso para os profissionais da educação básica de outros municípios, tais como: Bayeux, Santa Rita, Sapé, Itabaiana e Borborema, além da Rede Pública do município de João Pessoa e do Estado. Como também, o curso contou com a parceria do MEL, do CM8M, da ASTRAPA, do Grupo de Mulheres Maria Quitéria (GMMQ) e do Gayreiros do Vale do Paraíba (GVP), como também da participação dos educadores (as) populares que integravam estas organizações⁹⁴.

Foram matriculadas 128 pessoas, deste total, 82 participantes concluíram o curso, sendo 35 representantes de Instituições de Ensino Federal, Estadual e Municipal, e 47 representantes de Organizações Não-Governamentais. A evasão de 46 pessoas dentre outros fatores ocorreu em virtude das aulas serem aos sábados. Outro resultado positivo do curso foi à publicação de um livro com artigos dos palestrantes e dos projetos pedagógicos elaborados pelos participantes que concluíram o curso (GENTLE *et. al*, 2008; GUIMARÃES, 2011;).

Para atingir este feito, o CEFET contou com o apoio da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba e do Município de João Pessoa, como também foi imprescindível a parceira institucional com a UFPB, por meio da Coordenação de Ação Comunitária da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários e da Comissão de Direitos Humanos para a realização do curso e da produção da publicação, possibilitando a participação de professores (as) da instituição para serem palestrantes.

⁹⁴ O Curso teve uma metodologia participativa e dialógica, refletindo o conhecimento teórico na prática dos (as) participantes. A carga horária foi de 160 horas/aulas, sendo dividido em quatro módulos, envolvendo as temáticas de gênero, sexualidade, direitos humanos, diversidade sexual, movimento feminista, movimento LGBT, raça, etnia e legislação (GUIMARÃES, 2011).

Contudo, a equipe executora e coordenadora do curso enfrentaram diversas dificuldades para sua realização, desde a falta de equipamentos e espaço físico, como a hostilidade e preconceito dos servidores (as) e professores (as) do CEFET sobre a temática. Com isso, embora, a legislação preze pela impessoalidade na administração pública é necessário fazer jus aos profissionais do CEFET⁹⁵, que elaboraram, executaram e coordenaram esta ação no ano de 2007, já que foram fundamentais para que esta instituição de ensino tivesse a oportunidade de discutir tão relevantes temáticas na formação continuada no espaço destinado à qualificação profissional, tanto que, após a mudança do CEFET para IFPB não se tem informação de outras ações desta natureza, havendo uma descontinuidade das ações.

As dificuldades enfrentadas nas instituições, a partir da inserção da temática LGBT não aconteceram apenas no CEFET, a Prefeitura Municipal de João Pessoa que vinha desde 2005, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES) discutindo este tema, também enfrentou aversão e resistências ao assunto dos direitos humanos da população LGBT. Conforme relata Simone Cavalcante, ex-Assessora de Políticas Públicas para a Diversidade Humana,

Inicialmente muito, muita resistência, né? Inicialmente houve resistência. É. Quando a gente começou a produzir os primeiros materiais, trazendo a figura de homens e mulheres, numa perspectiva é, Homoafetiva, né? Em certo momento, no primeiro momento, isso gerou um certo estranhamento, né? (Entrevista com Simone Cavalcante, 2015).

A “resistência” e o “estranhamento” apontados pela entrevistada é nitidamente uma forma velada de preconceito, que de acordo com Prado e Machado (2008, p. 70) “o preconceito social produziu a invisibilidade de certas identidades sexuadas, garantindo a subalternidade de alguns direitos sociais, e por sua vez legitimando práticas de inferiorizações sociais, como a homofobia”. A repulsa aos LGBTs deixa de ser algo do campo privado, constituído de valores morais e religiosos e passa para a esfera pública, deste modo, o preconceito vai se impregnando nas “entranhas” da administração pública, das práticas sociais, ocorrendo atos explícitos de homofobia, segundo relatados pelos entrevistados que atuaram na gestão municipal e que serão detalhados no tópico 4.5 deste capítulo na descrição dos desafios e da homofobia institucional enfrentada.

⁹⁵ Rômulo Gondim, ex-Diretor e Professor, Ivanilda Gentle, Assistente Social e coordenava a Projeto Casa Brasil, no CEFET, à época do curso e Valéria Guimarães, técnica em Assuntos Educacionais que coordenou o projeto A Equidade de Gênero e a Diversidade Sexual no Currículo Escolar (GENTLE, ZENAIDE, GUIMARÃES, 2008).

Por isso que a SEDES definiu como foco de atuação, a sensibilização dos (as) servidores (as) públicos municipais, a partir da realização de eventos, seminários e oficinas pedagógicas sobre diversidade sexual, direitos, políticas, cidadania LGBT e prevenção da homofobia. Envolvendo, os profissionais da educação, da assistência social, da saúde e da guarda municipal, especialmente os que atuavam nas unidades de atendimento, como Escolas, Unidades de Saúde da Família, Centros de Referência da Assistência Social, Centros da Cidadania e da Juventude (JOÃO PESSA, 2008a; 2008b).

Vale salientar que além da “resistência” interna enfrentada no âmbito da administração pública, ainda se enfrentava a dificuldade de recursos para execução das ações, sendo necessário promover as atividades de forma intersetorial com as demais secretarias, a exemplo da Secretaria Municipal de Saúde para garantir a realização das atividades.

Deste modo, o ápice das ações desenvolvidas pela SEDES incidiu quando foram viabilizados recursos financeiros, a partir do BSH, por meio de edital da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal que aprovou o Projeto GLBT à luz dos Direitos Humanos⁹⁶.

[...] Com certeza, esse recurso que a gente conseguiu captar de R\$ 30.000,00, não foi muita coisa, mas foi significativo para quem não tinha nada até então, né? Então, foi um montante significativo e que com certeza alavancou as atividades, né? Até, por que foram várias atividades, foram oficinas realizadas com o dinheiro do projeto, inclusive com a participação dos movimentos, né? [...] Foram seminários, as oficinas com os agentes municipais de segurança, professores, professoras e outros gestores e gestoras de várias secretarias, da Secretaria de Saúde também. Então, esse recurso, ele... Ele deu um boom, vamos dizer assim, deu um salto qualitativo no trabalho que estava, que já vinha sendo desenvolvido em 2005, mas que foi extremamente significativo neste sentido [...] (Entrevista com Simone Cavalcante, 2015).

O projeto citado promoveu formação continuada para os (as) servidores (as) municipais, através da realização de mini-cursos, com base em quatro eixos temáticos, enfatizando as questões LGBT no contexto escolar, nos serviços de saúde, na segurança preventiva e na mídia. Estes mini-cursos contaram com a participação de profissionais das Secretarias de Educação, Saúde, Desenvolvimento Social, Turismo e Guarda Municipal e culminando com a realização de um grande seminário e a publicação de uma cartilha que apresenta a sistematização do projeto (JOÃO PESSOA, 2009).

⁹⁶ O Projeto foi elaborado no ano de 2007, por isso ainda o uso da sigla GLBT que foi alterada para LGBT em junho de 2008, quando foi realizada a I Conferência Nacional LGBT. Este projeto foi resultante do Convênio nº 0258/2007 entre a SEDH e SEDES/PMJP, com vigência de junho a dezembro de 2008, sendo transferido o valor de R\$ 23.238,00 somando com a contrapartida da Prefeitura Municipal de João Pessoa, de R\$ 6.000,00, totalizando R\$ 29.238,00.

Com isso, entendemos que os recursos disponibilizados foram essenciais para garantir a execução das ações, possibilitando a participação do movimento social no planejamento e na execução do projeto, fortalecendo a temática LGBT, a partir da insetorialidade, na gestão municipal.

Entretanto, ao mesmo tempo em que ações exitosas ocorreram por intermédio dos recursos disponibilizados pelo BSH, em outras instituições, a insuficiência de recursos foi um obstáculo para concretização dos projetos, a exemplo dos Núcleos de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual (NRDHCH), proposto pela Secretaria de Direitos Humanos para as IES federais.

De acordo com Mello *et. al* (2012), a SEDH estendeu a experiência dos Centros de Referência para as oito IES, propondo a implantação dos núcleos citados, porém, com um aporte financeiro de apenas R\$ 23.000,00 reais, para que fosse adquirido mobília e computador. Com isso, as universidades deveriam disponibilizar espaço físico, servidores e manter os núcleos por conta própria.

Na UFPB, o NRDHCH foi executado pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC) que disponibilizava profissionais do próprio quadro de servidores (técnicos e docentes), tais como psicóloga e assistente social para atendimento da comunidade universitária e entidades LGBT. O NRDHCH da UFPB tinha a finalidade de “incentivar a criação de grupos de estudo, pesquisa e extensão sobre diversidade sexual nos campi da UFPB” (CAPPELLETTI JÚNIOR, 2008, *web*).

No entanto, o NRDHCH da UFPB não logrou êxito, fato que acabou sendo repetido por outras instituições⁹⁷, tanto que:

Em novembro de 2008, foi realizado, em Brasília, o III Seminário de Capacitação dos Centros de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia e dos Núcleos de Pesquisa e Promoção da Cidadania LGBT, organizado pela SDH. Em meio a uma tentativa de avaliação dos trabalhos desenvolvidos nos centros e núcleos, a tônica dos discursos de representantes dos diversos estados foi a descontinuidade dos trabalhos, tendo em vista a escassez de recursos e a dificuldade de sustentabilidade dos projetos, sem o apoio financeiro da SDH ou dos governos estaduais e municipais (MELLO *et. al*, 2012, p. 297-298).

⁹⁷ Em algumas universidades, os núcleos desenvolveram pesquisas, projetos e permaneceram, a exemplo do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Sertão, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade, da Universidade Federal de Goiás (UFG). Disponível em: <https://www.sertao.ufg.br/politicaslgbt/interna.php?id=1&tp=62&pg=23733> Acessado em: 07 nov. 2015.

Provavelmente, isto ocorreu em virtude da “corrida desenfreada” das instituições, inclusive, das IES em captar recursos para executar projetos de intervenção sem ter a perspectiva de sustentabilidade e continuidade dos mesmos, ocasionando interrupção como foi o caso do NRDHCH da UFPB⁹⁸, o qual tivemos dificuldade em obter dados sobre sua execução.

A UFPB foi uma das pioneiras no processo de formação de professores sobre a temática de gênero e diversidade sexual, especialmente a partir de ações de extensão universitária no diálogo com os movimentos sociais. Desde a década de 1990, a Comissão de Direitos Humanos e a Coordenação de Programas e Ação Comunitária da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários iniciaram algumas experiências extensionistas com o Movimento LGBT, a exemplo de cursos de extensão, balcão de direitos, apoio logístico e de formação aos encontros, oficinas e a Parada, além da criação de núcleos de estudos e pesquisas sobre gênero e publicações na área (ZENAIDE, 2010).

O Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero (NIPAM), criado em 2003, no Centro de Educação da UFPB. O NIPAM, em 2009, ofertou o Curso de Extensão Gênero e Diversidade na Escola (GDE)⁹⁹, na modalidade da educação à distância, por meio de edital, publicado em 2008, pelo Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade que contemplou 38 universidades públicas de ensino superior a ofertar o curso pelo Sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB). O GDE promovido pelo NIPAM/UFPB já foi ministrado nas modalidades de extensão, aperfeiçoamento e especialização, formando aproximadamente 300 pessoas ao longo dos anos¹⁰⁰.

⁹⁸ Em junho de 2008, visando fortalecer o Projeto do Núcleo de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual da UFPB, a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – PRAC elaborou o Projeto de Extensão Direitos Humanos e Cidadania Homossexual, que concorreu ao edital 2008 do Programa de Bolsa de Extensão – PROBEX. Neste período, o pesquisador esteve como bolsista deste PROBEX e juntamente com a Professora Dr^a Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, coordenadora do projeto e então Pró-Reitora para Assuntos Comunitários percorreram os 4 campi da UFPB (João Pessoa, Areia, Bananeiras, Mamanguape e Rio Tinto) com a participação de militantes do Movimento LGBT realizando Jornadas de Formação sobre Cidadania LGBT para discentes da graduação e pós-graduação, docentes, servidores e sociedade em geral (FERREIRA, L., 2008).

⁹⁹ O GDE foi uma “experiência inédita de formação de profissionais de educação à distância nas temáticas de gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais”, resultante da parceria da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Ministério da Educação, British Council (Órgão do Reino Unido atuante na área de Direitos Humanos, Educação e Cultura) e do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - CLAM/UERJ que foi ampliada para todo o país, através da Rede de Educação para a Diversidade - REDE (CEPESC; SPM, 2009, p. 11).

¹⁰⁰ Tendo como base a Resolução nº 43/2012, de 31 de agosto de 2012 e a Resolução nº 49/2013, de 03 de junho de 2013 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) que aprovou o curso de aperfeiçoamento e de especialização, respectivamente.

O NIPAM ainda desenvolveu com o apoio do MEC/SECAD, o Projeto Biblioteca Digital Escolas Plurais¹⁰¹ (2008) que disponibiliza materiais didáticos, na internet, em formatos diversos, enfocando as temáticas de gênero, sexualidade e diversidade sexual para os profissionais da educação básica e recentemente o Projeto Aprender em Paz (2012) que resultou no vídeo didático Escola sem Preconceitos, dirigido por pelo professor Pedro Nunes (SILVA, V., 2013).

O Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) da UFPB, criado em 2007, também se tornou um importante espaço de difusão das questões de gênero e diversidade sexual no âmbito acadêmico, sendo parceiro e apoiador das ações do movimento LGBT dentro e fora da universidade, tendo em sua estrutura um Grupo de Trabalho de Gênero e Diversidade Sexual que em 2012, executou o programa de extensão “Diversidade Sexual e Direitos Humanos na Paraíba: novos olhares e ações entre movimento sociais, agentes públicos e universidade¹⁰²”, que promoveu uma formação pontual com professores da Rede Estadual de Ensino.

A última ação apontada no quadro 1, foi a “adoção do nome social para travestis e transexuais” que não recorreu a auxílios financeiros para ser implementada em nível local, foi um ato institucional por parte do Governo do Estado e do município que acataram as deliberações da I Conferência Nacional LGBT (2008), da I Conferência Nacional de Educação Básica (2008) e da Conferência Nacional de Educação (2010) para o uso do nome social nas instituições públicas, uma reivindicação de cunho pedagógico do movimento nacional de travestis e transexuais, que foi dos principais avanços incentivados pelo BSH que detalharemos no tópico 4.4 deste capítulo (GOMES et al.,2011; ANDRADE, 2012).

Ao concluirmos o levantamento das ações desenvolvidas em João Pessoa, a partir do BSH, percebemos que no período de 2005 a 2009, foi ofertada uma amplitude de atividades educativas em diversos setores da cidade, o que propiciou a visibilidade do segmento LGBT na universidade, no governo municipal, nas ONGs e na sociedade em geral, deste modo nos deteremos a identificar as fragilidades e potencialidades destas ações e suas decorrências para o segmento LGBT.

¹⁰¹ Ver <http://www.ufpb.br/escolasplurais/>

¹⁰² O NCDH participou do Edital PROEXT 2011, financiado pela Secretaria de Direitos Humanos.

4.3 A Educação continua no “armário”!

No segmento LGBT, a expressão “sair do armário” se refere ao ato de uma pessoa que assume sua orientação sexual e/ou identidade de gênero publicamente. De acordo com a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), “o processo de auto-aceitação pode durar a vida inteira. Constrói-se uma identidade de lésbica, gay, bissexual ou transgênero, primeiramente para si mesmo, e, então, isso pode ser ou não revelado para outras pessoas” (ABGLT, 2010, p.19).

Por isso, fizemos alusão à palavra “armário” no título deste tópico, tendo em vista que atualmente a frase “sair do armário” se tornou popularmente conhecida por toda a sociedade, inclusive com artistas na mídia “assumindo” sua orientação sexual homossexual, no âmbito governamental, as políticas públicas elaboradas e executadas para a população LGBT também estão deixando o “mofo do armário”. Contudo, mesmo com avanços no âmbito da política educacional de enfrentamento à violência de gênero e diversidade sexual alguns profissionais persistem em “continuar no armário”, não possibilitando a discussão e nem pautando as questões de gênero, sexualidades, prevenção da homofobia e respeito à cidadania LGBT no ambiente escolar.

Daí a afirmação que a “educação continua no armário”, já que o Ministério da Educação precisou de anos para elaborar projetos, editais e ações de formação continuada voltadas para as questões de gênero e de diversidade sexual, e, há pouco mais de dez anos é que estes temas, juntamente com os aspectos étnico-racial, geracional, regional, cultural e ambiental, conquistaram espaços nos órgãos da política educacional, a exemplo do Conselho Nacional de Educação e do Ministério da Educação, a partir de 2004, com a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, à época SECAD. Anteriormente, estas temáticas só haviam sido citadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), lançados em 1997, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei nº 9.394/1996.

No decorrer de nossa pesquisa, os (as) entrevistados (as) relataram diversas situações de discriminação no espaço escolar e dificuldades em abordar o tema da sexualidade nos projetos desenvolvidos com os profissionais da educação, conforme lembrou Simone Cavalcante, ex-Assessora da Diversidade Humana da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES), que coordenou um projeto de formação sobre a temática da diversidade sexual para servidores (as) municipais de João Pessoa:

[...] Por incrível que pareça o público mais resistente foi o público da educação. Então, o público da educação sempre foi o mais resistente em participar, em dialogar com a política de promoção da diversidade sexual e da cidadania LGBT, os próprios diretores e diretoras não queriam saber da temática [...] (Entrevista com Simone Cavalcante, 2015).

O fato relatado pela entrevistada se torna ainda mais agravante por que na maioria das ações de formação, seja pontual ou permanente, promovidas pelo município são os (as) gestores (as) escolares que participam das atividades, representando as escolas e que ficam com a incumbência de socializar na unidade escolar, porém, ainda existem diretores (as) que reproduzem padrões sociais iníquos, perpetuam concepções e valores hegemônicos e ainda comportamentos autoritários nas escolas (JUNQUEIRA, 2009a).

Já Alcemir Freire, ex-assessor das temáticas de gênero e diversidade sexual da Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC) de João Pessoa descreveu o seguinte,

[...] Eu participei ainda de uma oficina específica, porque teve um caso de homofobia em uma escola, com um professor de artes. O professor foi destrutado pelos alunos, né? E o pior do que ele ser destrutado pelos alunos foi que a direção se tornou... Vamos dizer assim é... Como se desse apoio aos alunos, no lugar de combater a atitude discriminatória, não... Meio que ficou na dela, como se dissesse é, mas ele é gay, a gente não pode fazer nada, né? Então, eu fui para essa escola, lembro muito bem e nós fizemos uma atividade extra com eles, fizemos um planejamento no sábado, de manhã, a contra gosto da equipe e nós acabamos fazendo a formação do pessoal, duas vezes, dois finais de semana, e aí o professor ia desistir, pedir remoção, mas a gente conseguiu impedir isso... (Entrevista com Alcemir Freire, 2015).

Para a professora Guacira Lopes Louro (2001, p. 30) “a escola é um dos espaços mais difíceis para os sujeitos assumirem sua condição homossexual” e isto se comprova na citação do entrevistado em que um professor recebe tratamento preconceituoso por parte dos discentes e ainda é consentido e reforçado pela “direção”, prevalecendo assim um discurso de intolerância e desrespeito contra o docente, conservando práticas visivelmente homofóbicas, necessitando da “intervenção externa” da escola para garantir a permanência do professor em sala de aula e a promoção do respeito à livre orientação sexual, prevista desde a Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação na Esfera do Ensino (1960).

Este caso relatado por Alcemir Freire remete ao meu trabalho de conclusão do curso de Pedagogia, em que realizei uma intervenção pedagógica numa escola da Rede Municipal de João Pessoa, na qual, um professor de inglês assumidamente homossexual também era discriminado pelos discentes e hostilizado pelos próprios colegas docentes e por incrível que

pareça o desfecho seria semelhante, o professor estava prestes a ser removido da escola, porém com a formação e o diálogo promovido com toda a equipe da escola foi possível reverter o cenário (GOMES, 2013).

Desta maneira, compreendemos que os fatos ocorridos não foram uma mera situação isolada, como na maioria das vezes, justificam tais ocorrências, tendo em vista que identificamos duas práticas homofóbicas ocorridas nas escolas municipais, em que dois professores foram discriminados em virtude de sua orientação sexual, tendo a escola uma atitude reativa tentado a falsa solução de transferência do profissional, como se estivesse remetendo o “problema” para outro lugar.

De acordo com o professor Marco Antonio Torres,

Esses dispositivos do preconceito, mesmo quando superados teoricamente na educação, persistem nas práticas pedagógicas que, pelo pacto do silêncio, negam a existência de hierarquizações sexuais. Analisar as figurações da sexualidade na escola pode ser um dos modos para (des) construir formas de intervenção, de crítica e de geração e orientação sexual (TORRES, 2010, p. 41).

Assim, entendemos que para romper com o “pacto do silêncio” constituído a partir da hierarquização da homossexualidade e manutenção de práticas discriminatórias foi de fundamental importância a execução dos projetos de formação sobre gênero e diversidade sexual, financiados ou não pelo BSH em João Pessoa, tendo em vista a quantidade significativa de ações e instituições, tais como a SEDES, SEDEC, CEFET, UFPB, CM8M, ASTRAPA e o MEL que promoveram formação continuada e permanente com os profissionais de educação nos últimos anos, conforme já descritos no tópico anterior deste capítulo.

Na Rede Municipal de João Pessoa, a gente teve uma experiência muito interessante em uma escola, que foi um projeto que eles fizeram de combate aos preconceitos. Na verdade, eram as opressões, foi feito um trabalho pelo um professor de história e por um professor de artes... E aí, esse trabalho foi meio como uma feira de ciências [...] Foi uma ação da escola, em que a gente participou ativamente... (Entrevista com Alcemir Freire, 2015).

A ação citada pelo ex-assessor da SEDEC foi realizada de forma independente pela escola, embora seja oportuno evidenciar a autonomia e iniciativa da unidade escolar. Ainda, assim, percebemos que no período de 2004 a 2009, recorte temporal de nossa pesquisa, a Secretaria de Educação, promovia ações sobre diversidade sexual para a rede municipal de ensino, de forma pontual, prevalecendo atividades esporádicas desenvolvidas pelos próprios

docentes. Todavia é notório o engajamento e a colaboração do entrevistado nas atividades, possivelmente, este comprometimento é oriundo de sua militância no movimento LGBT e de sua formação em Pedagogia, anteriores ao espaço de gestão.

Nos relatos dos dois ex-assessores é perceptível que os temas vinculadas aos direitos humanos de LGBTs foram impulsionados pela SEDES, provavelmente em virtude da Assessoria da Diversidade Humana ter sido instituída na Secretaria de Desenvolvimento Social, que promovia formações e seminários anuais com os (as) servidores (as) municipais.

No entanto, a SEDEC promoveu em 2012, o “1º Seminário Municipal Educação e Diversidades: olhares sobre o machismo, racismo e a homofobia,” com a participação de gestores escolares, pedagogos, assistentes sociais e professores de áreas específicas: Artes, História e Português e tendo como palestrantes ativistas do movimento LGBT da Paraíba e de Pernambuco¹⁰³. Alcemir Freire informou que esta atividade teve diversos desdobramentos.

[...] E para nós na época foi positivo, no sentido das escolas colocarem dentro dos seus PPPs¹⁰⁴, inserir a questão LGBT, para algumas foi mera formalidade, a gente tinha pedido este trabalho, fez a formação e aí uma das coisas era elaborar uma ação, a maioria optou em fazer uma ação didática, interna que era mudar o PPP e incluir a temática LGBT como uma meta de respeito à diversidade... Era bem simples a atividade e tal... E isso foi feito, eu acho que em 90%, eu acho que na época eram 114 escolas que João Pessoa tinha... E... A gente conseguiu em torno de 100... (Entrevista com Alcemir Freire, 2015).

Inicialmente, identificamos uma contradição nos números apresentados pelo entrevistado. Em consulta ao site da SEDEC,¹⁰⁵ constam que atualmente existem 96 escolas, distribuídas em nove pólos¹⁰⁶ do Sistema Municipal de Ensino, por tanto não tinha como ter 114 escolas no período citado, que compreende de 2010 a 2012, se em 2015, esse número difere de 18 unidades de ensino. Deste modo, consideramos que a porcentagem apresentada de que 90% das escolas incluíram a “*temática LGBT como uma meta de respeito à*

¹⁰³Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/pmjp-abre-inscricoes-para-seminario-sobre-educacao-e-diversidades/> Acessado em 24 nov. 2015.

¹⁰⁴ Significa Projeto Político Pedagógico, que é um documento elaborado coletivamente pela comunidade escolar que define os objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando as exigências legais do sistema educacional, bem como as necessidades, propósitos e expectativas da comunidade escolar. “É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade” (VEIGA, 2002).

¹⁰⁵ Disponível em <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/sedec/escolas-municipais/> Acessado em 23 nov. 2015

¹⁰⁶ A SEDEC distribuiu as escolas municipais em 09 pólos, agregando as unidades educacionais em áreas de convergência geográfica.

diversidade” em seus PPPs não corresponde com a realidade atual, porém, é necessário levar em consideração a temporalidade que a ação aconteceu, por isso o lapso nos números.

Por outro lado, não foi possível conferir esse impacto do seminário nos PPPs, tendo em vista que não foi objeto de pesquisa analisar os referidos documentos das 96 escolas municipais. Mas, é inegável que ainda persiste a invisibilidade sobre as sexualidades, a homossexualidade e a homofobia nas escolas, haja vista as situações discriminatórias apontadas anteriores.

Durante minha a formação inicial, enquanto aluno do Curso de Pedagogia (2007-2012), do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba vivenciei a omissão destas temáticas no decorrer da licenciatura, sendo pontuados, a partir da sensibilidade de alguns docentes, em componentes curriculares, como “Currículos e Programas” ou de forma higienizadora, com a concepção de prevenção às DST/AIDS, no componente de “Educação Sexual” e em “Ensino de Ciências”. A ausência destas temáticas nos planos de cursos acarreta a formação de profissionais despreparados para lidar com situações de violência homofóbica e sem conhecimento para prevenir a discriminação entre discentes e docentes. Embora, já tenham ocorrido mudanças nas ementas dos novos componentes curriculares do curso presencial de Pedagogia da UFPB.

Raisa Andrade (2013), afirma em sua dissertação de mestrado que o atual Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia¹⁰⁷, aprovado, a partir das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia¹⁰⁸ contempla diversas nuances do multiculturalismo, como homossexualidade, gênero, direitos humanos, diversidade, questões étnicos raciais, entre outros que são conteúdos dos atuais componentes curriculares, em que, destaco “educação e diversidade cultural”, em que tive a oportunidade de fazer estágio docência no decorrer do mestrado, identificando de fato, a inserção destes temas.

Segundo Rogério Junqueira (2009b, p. 34-35),

[...] É inquestionável a importância de medidas voltadas a oferecer, sobretudo os profissionais da educação, diretrizes consistentes; a incluir de modo coerente tais temas na sua formação inicial e continuada; bem como a estimular a pesquisa e a divulgação de conhecimento acerca da homofobia, da sua extensão e dos modos de desestabilizá-la.

¹⁰⁷Resolução CONSEPE/UFPB nº 64/2006, de 24 de outubro de 2006. Disponível em http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2006/Rsep64_2006.htm. Acessado em 24 nov. 2015.

¹⁰⁸Resolução CNE/CP nº 1/2006, de 15 de maio de 2006. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf Acessado em 24 nov. 2015.

Neste sentido, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou recentemente as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada que contempla a discussão de grupos sociais, o reconhecimento e à valorização da diversidade e enfrentamento a toda forma de discriminação¹⁰⁹.

O CNE, como órgão normatizador das políticas educacionais no âmbito nacional caminha na direção das demandas do movimento LGBT e da política nacional de direitos humanos, colocando como obrigatório nos processos formativos e cursos, conteúdos que contribuam para a prevenção e o combate à discriminação contra os LGBTs.

Trata-se, portanto, de um cenário em que os direitos LGBT disputam os espaços e normas educacionais envolvendo diferentes atores, sejam do campo político-partidário e social, seja dos poderes públicos.

Como afirma Dourado (2015, p. 306), a política de formação em tempos democráticos amplia com outros instrumentos normativos adequando instituições e práticas aos novos tempos de afirmação de novos sujeitos e identidades sociais, assim como demanda sólida formação teórica e interdisciplinar, envolvendo “questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade”, com reatamento na formação inicial e continuada do Magistério.

Com isso, pretende-se assegurar que a discussão sobre sexualidades e discriminação deixe de ser residual na formação de professores (as) e façam parte do currículo, uma vez que é obrigação do poder público desenvolver ações estratégicas que inibam e previnam comportamentos discriminatórios, possibilitando que a escola acolha e garanta a permanência de todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual.

Vale salientar que os profissionais de educação assimilam mais conhecimentos e informações sobre essas temáticas, após a sua formação acadêmica, em projetos e ações desenvolvidos pelo poder público e a sociedade civil organizada, a exemplo do Projeto Escola sem Homofobia¹¹⁰, em que Alcemir Freire foi um dos participantes da Paraíba¹¹¹,

¹⁰⁹Resolução CNE/CP nº 1/2015, de 01 de junho de 2015. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192 Acessado em 26 nov. 2015

¹¹⁰ O Projeto Escola sem Homofobia, foi idealizado e implementado em 2009, pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Associação Pathfinder do Brasil, ECOS – Comunicação em Sexualidade e Reprolatina – Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva, financiado pelo Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), por meio de recursos aprovados por Emenda Parlamentar da Comissão de Legislação Participativa do Congresso Nacional da Câmara dos Deputados Federais (FRANCO e RACY, 2009, p. 8-9).

[...] Eu lembro que participei de uma formação em Salvador, que era do Escola sem Homofobia, dentro do Programa Brasil sem Homofobia [...] Então, essa formação me serviu muito para minha prática, por que na época em que eu ocupava o cargo de Assessor Pedagógico, na Secretaria de Educação, eu era e ainda sou professor da rede pública, então, isso pra mim serviu muito na prática, né? Os filmes que foram produzidos, os textos, enfim, serviu demais... Mas agora, a coisa não surtiu o efeito necessário, por que o projeto foi vetado, né? (Entrevista com Alcemir Freire, 2015).

A formação citada pelo entrevistado foi uma das ações do Projeto Escola sem Homofobia, que contou com a participação de representantes das Secretarias de Educação, lideranças do movimento LGBT, professores (as), pesquisadores (as) e gestores (as) de políticas para LGBT. Na época, o pesquisador também foi um dos participantes deste encontro que teve o intuito de elaborar o kit de ferramentas pedagógicas¹¹² do referido projeto que seria distribuído nas escolas de ensino médio de todo o país.

Este material ficou conhecido como “Kit anti-homofobia” e teve uma forte rejeição dos setores conservadores e reacionários da sociedade, sendo equivocadamente divulgado pela mídia sensacionalista que seria distribuído para as crianças e adolescentes na rede pública de ensino. O que foi grosseiramente distorcido, tendo em vista que o material era voltado para os profissionais de educação, conforme enaltece o entrevistado, que “*os filmes que foram produzidos, os textos, enfim, serviu demais*” e “*essa formação me serviu muito para minha prática*”. Porém, a Presidente Dilma Rousseff, no primeiro semestre de 2011, agindo de forma reativa, vetou o kit, com o argumento de “por considerá-lo inadequado para o objetivo ao qual se propunha, além de avaliá-lo como uma propaganda de opções sexuais, que alega não admitir em seu governo” (PAMPLONA, 2012, p. 9).

Deste modo, a presidente cedeu à pressão política de setores da mídia e da bancada evangélica do Congresso Nacional que pretendiam gerar um clima de rejeição à discussão sobre homossexualidade na escola, daí a afirmação do entrevistado que o material didático não teve o “*efeito necessário, por que o projeto foi vetado*”.

Para Renata Pamplona (2012, p. 135, grifo da autora) que desenvolveu uma dissertação sobre o problema,

¹¹¹ O Projeto Escola sem Homofobia promoveu 05 encontros regionais, sendo um em cada região do país. O Encontro da Região Nordeste ocorreu em Salvador/BA, nos dias 26 e 27 de maio de 2009 e foram selecionados (as) como representantes do Estado da Paraíba: Alcemir de Oliveira Freire, José Cleudo Gomes, José Waldir Ferreira, Lumara Villar e Raisa Albuquerque Andrade.

¹¹² O kit continha uma série de seis boletins Escola sem Homofobia, os chamados “Boleshs”, três vídeos educativos com guias de discussão, um cartaz, um caderno com conteúdo programático e cartas de apresentação para os (as) gestores (as) de educação e educadores (as).

Essa consideração é um paradoxo, pois é curioso o fato de que no governo da primeira presidente mulher do Brasil, que defende ser chamada de *presidenta*, como forma de manifestar seu orgulho e defesa em relação ao movimento feminista, em defesa das mulheres, que historicamente foram alijadas em seus direitos, essa mesma mulher vê-se na posição de vetar um material educativo destinado a realizar uma discussão sobre outras consideradas minorias sociais, nesse caso, as pessoas homossexuais. Um paradoxo, decorrente das relações de poder múltiplas e transitórias,

O “veto presidencial” do Kit educativo foi uma contradição inigualável, já que desde 2004, os governos do Partido dos Trabalhadores vinham avançando no sentido de promover e ampliar as políticas afirmativas de gênero, diversidade e de inclusão, possibilitando a ascensão social das mulheres, negros (as), pessoas com deficiências, trabalhadores (as) rurais e homossexuais que conquistaram políticas públicas e mecanismos de participação social, como a realização da I e II Conferência Nacional LGBT, a elaboração do Plano Nacional de Direitos Humanos e Cidadania LGBT e o próprio Programa Brasil sem Homofobia, objeto de nossa análise que desencadeou uma série de ações nos ministérios e em todo o país, pelos governos estaduais e municipais, com financiamento do Governo Federal.

No entanto, este avanço começou a incomodar lideranças religiosas que atuam no cenário político nacional e deste modo, o Governo Federal cedeu à pressão e retrocedeu justamente quando a primeira mulher conseguiu ocupar o maior cargo da esfera pública do país, além de ter regredido na distribuição do material educativo, a Presidenta Dilma Rousseff possibilitou a ingerência de setores religiosos no governo, uma ameaça a laicidade do Estado, uma vez que impediu a distribuição do “Kit anti-homofobia” e não apresentou nenhuma outra proposta pedagógica para discutir a homofobia nas escolas, uma decisão que teve consequências irreparáveis até os dias atuais.

A construção da garantia de políticas para população LGBT, se dar muito neste campo dos governos, seja ele, estadual, municipal ou federal, embora ainda cedem aos caprichos ou cedem a força política destes políticos que agem contra essa população e contra outras populações, mas é muito visível, muito mais nítido que são contra a população LGBT [...] Haja vista esse retrocesso desse Plano Decenal de Educação que no Estado e no município, ele não contemplou orientação sexual e nem identidade de gênero (Entrevista com Fernanda Benvenuto, 2015).

Em 2014, o Governo Federal novamente “cedeu aos caprichos” e a pressão dos fundamentalistas religiosos, conforme afirma a entrevistada, já que a presidenta aprovou sem vetos, o Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024), Lei nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014, após ter sido modificado no Senado e não considerando a ampla discussão pública

e as deliberações democraticamente elaboradas e aprovadas pela Conferência Nacional de Educação de 2010, ficando sem mencionar em suas metas, as questões étnico-raciais, sexuais e de gênero, apesar da promoção dos direitos humanos ser uma das diretrizes do referido plano.

A professora Analise de Jesus da Silva, corrobora com a ativista, afirmando que,

A bancada religiosa da Câmara interpretou que falar de educação étnico-racial, sexual e de gênero significaria que as escolas passaram a ensinar às crianças a serem homossexuais, por exemplo. Falar de igualdade, mas sem prever qual tipo de igualdade e como ela vai ser alcançada, fez com que a redação dessa meta ficasse vaga, pois não se sabe como será posta em prática. A incorporação do debate sobre a questão de gênero e de orientação sexual estava prevista no texto aprovado na Câmara, que definia que a superação dessas discriminações ocorre em uma educação na qual o currículo prevê o fim das disparidades. Entretanto, os senadores mudaram o texto, dizendo que a superação das desigualdades educacionais teria ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação (SILVA, A., 2014, p. 3-4).

Com isso, entendemos que de fato *“a força política destes políticos que agem contra essa população [LGBT]”*, se fortaleceu e disseminou nas casas legislativas de todo o país, seguindo o que aconteceu com o PNE.

Após ampla participação e intensa discussão da sociedade civil na construção dos planos estaduais e municipais, ocorreu modificações nos plenários das assembleias legislativas e câmaras municipais, com o contexto da retirada da chamada “ideologia de gênero¹¹³” que segundo esses parlamentares tinha o intuito de “ensinar às crianças a serem homossexuais”, argumento estapafúrdio, homofóbico e sem nenhuma fundamentação teórica e pedagógica, apenas como pretexto, já que “a orientação sexual, por si só, é ainda evocada oficialmente como empecilho legítimo ao reconhecimento de direitos” (BORRILLO, 2010, p. 40).

Na Paraíba, o Plano Estadual de Educação (PEE), Lei nº 10.488/2015, de 23 de junho de 2015 e em João Pessoa, o Plano Municipal de Educação (PME), a Lei nº 13.035, de 19 de junho de 2015, foram colocados para votação dos parlamentares sem a divulgação e a

¹¹³ De acordo com Reis (2015, p. 1) “Nas discussões sobre os Planos Estaduais e Municipais de Educação, criou-se uma falsa premissa, uma falácia, uma grande distorção, que – de tanto ser repetida – transformou-se em verdade para quem segue de forma acrítica os semeadores da mesma. A falácia recebeu o nome de “Ideologia de gênero”, e suas principais alegações são que por meio da educação há uma conspiração internacional que quer “perverter” as crianças, ensiná-las a ser gays e destruir a família dita tradicional. [...] Existe, sim, uma ideologia de gênero, mas não é essa que usurpou seu nome e distorceu seus objetivos. As Conferências Mundiais sobre as Mulheres e o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, entre outros, construíram um consenso internacional, ratificado inclusive pelo Brasil, em relação à igualdade entre os gêneros e à discriminação e violência baseadas em gênero.”

participação da sociedade civil no plenário. O que ocasionou a retirada das expressões orientação sexual e identidade de gênero do PME, sem nenhuma contestação pública por parte da SEDEC e com a omissão da atual gestão municipal.

Apesar das adversidades dos últimos dois anos, o movimento LGBT não se deu por vencido e passou a atuar nas instâncias deliberativas da política educacional para enfrentar a homofobia e transfobia existentes na educação brasileira, assim, participou ativamente da “II Conferência Nacional de Educação – CONAE 2014”, com o tema “O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração,” realizada de 19 a 23 de novembro de 2014, em Brasília/DF. Deste modo, esteve na Comissão Organizadora da CONAE; realizou a Conferência Livre Nacional de Educação em Respeito à Diversidade Sexual¹¹⁴, etapa preparatória da CONAE, em que elegeu 15 delegados (as) oficiais do movimento LGBT e aprovou o “Manifesto Por uma Educação em Respeito à Diversidade Sexual”, o qual teve 4.000 cópias distribuídas na CONAE que contou ainda com cerca de 193 delegados (as) assumidamente LGBT e aliados que foram eleitos (as) nas conferências municipais, intermunicipais e estaduais de educação (ABGLT, 2014; BRASIL, 2014).

A ABGLT ainda coordenou as discussões sobre diversidade sexual junto com a União Brasileira de Mulheres, no eixo II - Educação e Diversidade: justiça social, inclusão e direitos humanos, aprovando diversas propostas, entre as quais, destacamos a proposta de incluir no calendário escolar, o Dia Internacional de Combate à Homofobia - 17 de maio e a elaborar Diretrizes Nacionais, pelo Conselho Nacional de Educação, sobre gênero e diversidade sexual na educação básica e superior (BRASIL, 2014, p. 45-49).

Conforme descrevemos, os últimos anos foram marcados pelo paradoxo de ações educacionais para o segmento LGBT, ora ocorreram avanços na elaboração de materiais educativos, projetos de formação continuada e propostas nos mecanismos de participação social, como a CONAE, ora aconteceram retrocessos com vetos a produção e distribuição dos materiais educativos, invisibilidade nos documentos oficiais e, sobretudo disputas ideológicas, resultantes dos conflitos entre os diversos atores que compõe a arena política na construção das políticas públicas (RUA, 2012). Mas, que precisam ser dialogadas e garantidas condições para que a educação em direitos humanos aconteça, a produção de recursos didáticos e pedagógicos, formação para os profissionais de educação e acima de tudo que a livre orientação sexual e identidade de gênero sejam respeitadas como um direito fundamental.

¹¹⁴ A Conferência Livre foi realizada na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, de 5 a 6 de julho de 2013. O evento reuniu mais de 200 participantes, de diversas cidades do Brasil (ABGLT, 2014, p. 5).

4.4 Nome social: uma questão de respeito!

O Programa Brasil sem Homofobia lançado em 2004, propiciou o início da institucionalização das políticas públicas para a população LGBT, desde a realização da I Conferência Nacional LGBT em 2008, como a criação de instâncias de políticas públicas no âmbito das três esferas de governos; a elaboração de planos e documentos pactuados entre a sociedade civil e o Poder Público; o financiamento de projetos e programas desenvolvidos por governos, universidades e ONGs e a efetivação dos centros de referência de combate a homofobia. Contudo, a ação que teve um impacto social e pedagógico para o segmento LGBT foi sem dúvidas a adoção institucional do uso do nome social das travestis e transexuais pelo poder público.

De acordo com Mello Neto e Agnoletti (2008, p. 59),

Nome social é aquele pelo qual uma pessoa escolhe se apresentar, aquele que expressa a identidade por ela assumida e cotidianamente vivenciada [...] Travestis e Transexuais identificam-se com nome que expresse a sua feminilidade/masculinidade autopercebida e expressada por suas práticas sociais.

É exatamente desta forma que Fernanda Benvenutty, uma de nossas entrevistadas que atualmente é presidente da Associação das Travestis da Paraíba (ASTRAPA), se concebe, já que não se identificava com seu gênero biológico e nem tão pouco com o nome registrado em sua certidão de nascimento, por isso passou a ser identificar com outro nome, a partir da concepção da sua identidade de gênero.

Vale salientar que a entrevistada é uma travesti paraibana que atua no movimento nacional de travestis e transexuais, técnica em enfermagem há mais de 20 anos, funcionária pública e que já foi candidata a vereadora em João Pessoa e a deputada estadual na Paraíba, uma pessoa pública que também enfrentou constrangimentos em sua vida pessoal e profissional em virtude do seu nome de batismo, já que tinha um nome masculino atribuído a sua figura feminina.

Apesar de ter saído de casa na adolescência, e ter entrado em sérios conflitos com sua família, não perdeu o vínculo com seus parentes. E ainda manteve o sobrenome do pai traduzindo-o para o italiano e adaptando-o ao universo *glamouroso* das travestis: de Elizário Bemvindo para Fernanda Benvenutty (NASCIMENTO, 2011, p. 4-5, grifo da autora).

Em outubro de 2012, a partir de uma ação judicial do Centro de Referência dos Direitos de LGBT e Enfrentamento a Homofobia da Paraíba, cujo processo, estive como testemunha para que a ativista retificasse o seu nome social em nome civil e hoje é oficialmente Fernanda Benvenutty da Silva. Entretanto, para este procedimento é preciso recorrer ao judiciário, deste modo, a entrevistada foi uma das militantes que recorreu aos gestores públicos para que o nome social se tornasse um direito.

O respeito à cidadania era uma demanda gigantesca de todas nós, era ser reconhecida pela identidade de gênero feminina e a questão do uso do nome social, o respeito ao uso do nome social aconteceu através do Programa Brasil sem Homofobia, isso é uma realidade. Por que, todas essas as coisas que o movimento LGBT almejava, a gente começou a discutir a partir do Brasil sem Homofobia, a partir do início do Governo Lula que criou o Programa Brasil sem Homofobia que a gente começou a discutir, que teve a primeira conferência, que daí surgiram as primeiras políticas voltadas para essa população. [...] A gente enquanto, travestis e transexuais, a gente avançou muito, por que tem travesti no mercado de trabalho, poucas ainda, um número irrisório, um número também irrisório de travestis e transexuais que voltaram para a sala de aula... (Entrevista com Fernanda Benvenutty, 2015).

De fato, a partir de 2008, após a I Conferência Nacional LGBT, o uso do nome social começou a se tornar uma realidade no Brasil, a partir do diálogo do movimento LGBT com o Poder Público, nas três esferas de governo.

No âmbito nacional, podemos evidenciar a iniciativa do Ministério da Educação, a partir da então Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade que emitiu o Parecer Técnico nº 141/2009, de 27 de novembro de 2009, no qual recomenda ao Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e à União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) que adotem medidas sobre a demanda de inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares.

De acordo com a professora Luma Andrade, a primeira travesti que concluiu o curso de doutorado em educação no Brasil,

A travesti na escola ainda é considerada um problema; não aceitam seu modo de ser, não reconhecem as vestes, os acessórios, a maquiagem ou o nome social. Não aceitam o gênero feminino, não permitem que ela use o banheiro de sua escolha, sendo instigada diariamente a rever seu comportamento, a mudar de cultura e se inserir no gênero masculino (ANDRADE, 2012, p. 184).

Daí a necessidade que estados e municípios implantem normativas que acolham e respeitem a identidade de gênero das travestis e transexuais. Atualmente diversos estados da federação, a exemplo do Maranhão, Pará, Santa Catarina, Mato Grosso, Alagoas, Distrito Federal, Paraná, Tocantins, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Goiás, Ceará e Paraíba já dispõem de resoluções e portarias que incentivam que as instituições de ensino promovam a inclusão do nome social das travestis e transexuais nos registros escolares, possibilitando a sua permanência na escola e evitando situações de desconforto e constrangimentos em sala de aula¹¹⁵.

Neste sentido, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT) publicou a Resolução nº 12/2015, de 16 de janeiro de 2015 que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.

O Governo Federal publicou a Portaria nº 233/2010, de 18 de maio de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e que assegura aos (as) servidores (as) públicos, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, o uso do nome social adotado por travestis e transexuais, o que possibilitou ao Ministério da Educação publicar a Portaria nº 1.612/2011, de 18 de Novembro de 2011, semelhante ao Ministério do Planejamento garantindo o respeito ao nome social para os (as) servidores (as).

Estes documentos são importantes do ponto de vista de nortear políticas e ações para o ingresso e permanência das travestis nas escolas, porém, é necessário está associado a formação específica sobre gênero e sexualidade para que assim a sociedade deixe de “negligenciar as expressões culturais das travestis” (ANDRADE, 2012, p. 194).

Na Paraíba, paralelamente aos projetos de formação que aconteceram pelo Programa Brasil sem Homofobia, no período de 2004 a 2009, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano do Governo Estadual foi percussora na efetivação de direitos para as travestis e transexuais, publicando a Portaria nº 041/2009, primeiro documento que normatizou o uso do nome social no Estado, durante o *Seminário Cidadania e Direitos Humanos de LGBT*, realizado em 11 de setembro de 2009, na Escola de Serviço Público da Paraíba, com a participação do então coordenador do BSH, Eduardo Santarelo e amplamente

¹¹⁵ Disponível em: <<http://www.abglt.org.br/port/nomesocial.php>>. Acessado em 10 dez. 2015.

noticiado pelos meios de comunicação do Estado como uma ação inédita e de conquista de direitos da população LGBT (DUARTE, 2009; CIRINO, 2009).

Neste período, estava atuando como assessor nesta secretaria e coordenava as ações para a população LGBT, a partir da discussão com a ASTRAPA e as entidades LGBT de João Pessoa, Itabaiana e Campina Grande instituímos o documento e após o lançamento, promovemos a *I Jornada de Formação sobre LGBT para os profissionais dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS)*, em que juntamente com integrantes do movimento percorremos todo o Estado, realizando processos formativos em mais de 20 cidades, envolvendo 22 CREAS estaduais e 22 municipais, para que houvesse um atendimento humanizado e respeitoso com o segmento LGBT (GOMES et al.,2011).

Figura 2 – Foto do Seminário de Cidadania e Direitos Humanos de LGBT¹¹⁶



Fonte: Arquivo Pessoal

Visando a ampliação do uso nome social em toda a gestão pública, o novo governo que tomou posse em 2010, revogou a portaria supracitada e publicou o Decreto nº 32.159, de 25 de maio de 2011, assinado pelo Governador Ricardo Coutinho que ampliou o direito do uso do nome social para a toda a administração pública.

Em João Pessoa, foi instituindo documento semelhante do uso do nome social, a Portaria nº 384/2010, de 23 de fevereiro de 2010¹¹⁷, estendendo sua amplitude para toda a

¹¹⁶ Na foto, posicionados a partir da direita para a esquerda estão: Eduardo Santarello, Cleudo Gomes e Fernanda Benvenutty.

rede de atendimento, envolvendo os serviços de Saúde, Educação e Desenvolvimento Social. Em 2012, foi sancionada a Lei nº 12.342/2012¹¹⁸, de 09 de fevereiro de 2012 que determina aos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, Autarquias e Iniciativa Privada que observem e respeitem o nome social de travestis e transexuais.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) são as duas instituições de ensino superior da Paraíba que dispõem de normativas que evidenciam a regulamentação da inclusão do nome social das travestis e transexuais.

QUADRO 2 – Resoluções das Instituições de Ensino Superior da Paraíba sobre nome social

DOCUMENTO	DESCRIÇÃO	INSTITUIÇÃO
Resolução nº 28/2012, de 06 de março de 2012	Dispõe sobre Regulamento da Inclusão do Nome Social de Travestis e Transexuais nos Registros dos Servidores Públicos Federais e nos Registros Acadêmicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB
Resolução nº. 39/2013, de 30 de outubro de 2013	Aprova a utilização do nome social por Discentes, Servidores Técnico-Administrativos e Docentes no âmbito da Universidade Federal da Paraíba e dá outras providências.	Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Fonte: IFPB (2012); UFPB (2013).

No período do BSH, houve uma ascensão do nome social para as travestis e transexuais em todo o país, a partir da publicação dos documentos oficiais, com caráter pedagógico e não punitivo, porém ainda é notório que estes instrumentos precisam de uma maior divulgação e visibilidade por parte das instituições para que de fato seja efetivado pelos agentes públicos e a população em geral, já que o nome social garante a autonomia e a cidadania destas pessoas que possuem outra identidade de gênero distinta do seu nome de registro civil, por isso afirmamos que o nome social é uma questão de respeito às múltiplas identidades que compõem a nossa sociedade.

¹¹⁷ Publicada na gestão do ex-prefeito Ricardo Coutinho.

¹¹⁸ Propositura do Vereador Ubiratan Pereira e sancionada pelo ex-prefeito Luciano Agra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, temos acompanhado um significativo avanço das políticas públicas voltadas para a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) no Brasil, apesar dos momentâneos recuos que ainda ocorrem nas três esferas de governo e no Poder Legislativo, resultantes do regime democrático que vivenciamos em nosso país, em que os confrontos e os conflitos entre os diversos atores sociais presentes na jovem democracia rebatem sobre as políticas educacionais. Conforme afirma Benevides (1996), só na democracia republicana é que convivemos com tensões entre o exercício da liberdade e da igualdade com a luta por reconhecimento e respeito da diversidade com a ampliação da cidadania.

O foco estruturante de análise deste trabalho foi o Brasil sem Homofobia (BSH): Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual, uma conquista do segmento LGBT na recente história do regime democrático de nosso país, lançado em 2004 e extinto em 2009. Sendo unânime entre militantes, pesquisadores e representantes de governo que o BSH foi o pontapé inicial para o processo de mudanças e a inserção da temática da diversidade sexual nas políticas públicas na última década (2004-2014).

Este estudo teve como finalidade analisar as ações implementadas pelo Programa Brasil sem Homofobia no município de João Pessoa, a partir da sua transversalidade com as políticas públicas e das interfaces com o movimento LGBT, tendo como recorte temporal, o período de 2004 a 2009.

O Processo de análise da política pública usou como subsídios teóricos e metodológicos o Ciclo de Políticas, concebido por Maria das Graças Rua (1998; 2002). Com esta abordagem entendemos que a temática LGBT foi inserida na agenda política brasileira, a partir da problemática da epidemia da AIDS que acometeu fortemente o segmento LGBT, nas décadas de 1980 e 1990, como também em virtude da situação de vulnerabilidade social que viveram muitos homossexuais; tendo como expressões, o crescimento da violência homofóbica; os assassinatos de homossexuais denunciados pelo movimento LGBT, denunciados em reportagens e relatórios publicados pelo segmento LGBT, delegacias especializadas, órgãos públicos e a mídia nacional (MOTT, 2015).

Com esta pesquisa, constatamos que a tomada de decisão do Governo Federal para a adoção de políticas afirmativas foi baseada nas deliberações e recomendações das

Convenções e Conferências Internacionais de Direitos Humanos promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), a exemplo da Convenção contra a Discriminação na Esfera do Ensino (1960), Conferência e Plano de Ação de Viena (1993), Conferência de Beijing (1995), a Conferência e o Plano de Ação de Durban (2001), dentre outros; em que o Estado brasileiro passou a ser signatário de tratados, convenções e declarações internacionais que visam à promoção dos direitos humanos, o enfrentamento a discriminação e ao preconceito étnico racial, geracional e de gênero, como também a adoção de medidas para coibir a violação de direitos da pessoa humana.

Deste modo, o Estado brasileiro foi tensionado e pressionado internacionalmente e nacionalmente para apresentar alternativas de proteção e defesa para modificar as violações aos direitos individuais e coletivos que em diferentes cenários assolavam a população LGBT. Anteriormente ao BSH, destacamos a elaboração do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH I), lançado em 1996 e revisado em 2002 já com definições e ações explícitas voltadas para o segmento LGBT.

Ao traçarmos a trajetória histórica de como se deu a construção das políticas para LGBT, identificamos que foi na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso que o Governo Federal, iniciou as primeiras políticas de promoção para população homossexual, com a reformulação do Programa Nacional de DST/AIDS (1994), realizando ações voltadas para prevenção e assistência da doença, sobretudo para os homossexuais que naquele período eram os mais vulneráveis a epidemia. Desta forma, o Ministério da Saúde, a partir da cobrança do movimento AIDS e do movimento LGBT estruturou o atendimento em hospitais de referência e promoveu eventos, campanhas educativas, financiamento de projetos e atividades do movimento LGBT, mas ainda restritos na política da saúde.

Contudo, foi com a ascensão ao poder, do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003), do Partido dos Trabalhadores (PT) que se iniciou, de fato, a elaboração de políticas setoriais nos diversos ministérios e secretarias do Governo Federal, em especial a partir da criação da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República (2003), a qual já passou por diversas reformulações e nomenclaturas ao longo dos anos. Coube a SEDH a incumbência de articular o segmento LGBT para elaborar o BSH, que desde o início teve como diferencial, a elaboração de forma pactuada entre governo e sociedade civil, demonstrando um compromisso ético e político com as políticas afirmativas. Embora de maneira nenhuma tenha constituído como dádiva do governante em exercício, a conquista da política pública só ocorreu, de fato, em virtude da pressão do movimento LGBT, que construiu um diálogo crítico, mas promissor, negociando com as forças políticas aliadas (as)

ao governo e/ou ao PT, como também com os ativistas que foram compor o Poder Executivo. Nesse cenário, o som estridente dos trios elétricos que ecoavam das ruas com as performáticas *drags queens* e ativistas que promoviam as Paradas do Orgulho LGBT, pautando para toda a sociedade a existência dos problemas, do direito da população LGBT e de suas demandas por políticas públicas para o segmento, cobrando ações efetivas de cidadania.

O BSH rompeu a indiferença social e pública para com os LGBTs, assim como, cercou os ministérios de demandas sociais legítimas, desencadeando uma série de iniciativas em todo o país para promover a cidadania LGBT, a partir da equiparação de direitos e combate a homofobia (BRASIL, 2004). Desde modo, “nunca antes na história” se viu tantas pessoas assumidamente homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais adentrando e circulando os ministérios, as secretarias e o Congresso Nacional, cobrando e pleiteando recursos para a execução do BSH.

A participação popular e o controle social fortalecidos durante o Governo Lula através de conferências e conselhos, como comprova Avritzer (2009), possibilitaram que os LGBTs também conquistassem visibilidade e presença nos processos políticos, garantindo espaço e tomando parte dos momentos de decisões como as conferências e os conselhos, o que propiciou a criação de um Grupo de Trabalho no Ministério da Educação para acompanhar a elaboração, implementação e execução do BSH, o que foi ampliado posteriormente com a estruturação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD (2004), no ministério supracitado, proporcionando a publicação de editais, com a disponibilização de recursos financeiros para que instituições de ensino superior, governos e organizações não governamentais promovessem formação sobre gênero e diversidade sexual para os profissionais de educação. A atuação da SECAD foi ampliada, com a inserção das políticas de inclusão e se tornou a SECADI (2011).

Trazendo o recorte de como o BSH atravessou a política educacional, ao visualizarmos o conjunto das ações que foram desenvolvidas, a partir do BSH no campo educacional apontamos para a pergunta central de pesquisa que conduziu esta investigação: quais as ações estratégicas em educação do BSH foram implementadas em João Pessoa? Inicialmente, identificamos sete ações, sendo que seis foram subsidiadas com recursos do BSH, oriundos do Ministério da Educação, da SEDH e da Secretaria de Políticas para as Mulheres. As seis instituições beneficiadas foram: Associação das Travestis da Paraíba (ASTRAPA), Centro da Mulher 8 de Março (CM8M), o antigo Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET), que se transformou no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a

Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), através da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES). Notadamente, em todas as ações desenvolvidas por estas instituições elencadas, o movimento LGBT esteve participando de forma colaborativa das atividades, ora na elaboração dos projetos, contribuindo com o planejamento das atividades, ora na execução dos cursos, em que os ativistas estavam como facilitadores (as) ou cursistas.

As ações estratégicas educacionais desenvolvidas em João Pessoa focalizaram a formação continuada dos profissionais de educação e servidores (as) públicos de outras áreas, atendendo assim o item V - **Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e a não-discriminação por orientação sexual**, do BSH que visava a realização de ações estratégicas para o respeito à cidadania LGBT e não-discriminação por orientação sexual no ambiente escolar.

Os projetos desenvolvidos pelo CM8M, CEFET, UFPB e PMJP promoveram processos formativos voltados para os profissionais de educação, servidores (as) públicos, educadores (as) populares e militantes, por meio da realização de cursos, oficinas pedagógicas e eventos, além da publicação de materiais educativos, cartilhas e até livros, disponibilizando, inclusive os planos de trabalho que foram elaborados pelos cursistas. Porém, ainda identificamos que mesmo após as formações, situações de homofobia ocorreram nos espaços escolares, conforme observamos nos discursos dos sujeitos da pesquisa. A persistência de atitudes violadoras da dignidade e dos direitos LGBT demonstram a necessidade de continuidade de ações informativas e formativas, envolvendo todos os segmentos sociais e agentes institucionais, principalmente os que estão em instituições escolares, mídia, segurança e saúde. Nos estabelecimentos educacionais é importante trabalhar não só os docentes, mas também os profissionais que atuam na vigilância, na merenda escolar, na limpeza e, principalmente, os discentes para que a temática de gênero, sexualidades, diversidade sexual sejam abordados de forma adequada, dialogando com os preconceitos e prevenindo à violência e à discriminação.

Ressaltamos, ainda, no discurso dos entrevistados que a grande dificuldade na execução e na continuidade dos projetos do BSH foram os recursos financeiros, que no primeiro momento seriam essenciais para alavancar as ações, mas que acabaram se tornando um limite para a realização dos projetos, algo que seria inevitável, já que desde o início, o BSH não dispunha de recursos próprios para sua execução, dependendo de emendas parlamentares e da articulação do movimento LGBT junto aos ministérios para garantir recursos, alternativa inusitada e arriscada, pois dependia da sensibilidade dos (as) gestores (as) para que as ações fossem realizadas.

Apesar da problemática com a falta de recursos, o BSH implementado a partir de 2004, proporcionou impactos sociais, educacionais e políticos nas três esferas de governo, tendo em vista que foi a partir do programa que a I Conferência Nacional LGBT (2008) foi amplamente articulada, resultando ainda, na elaboração do Plano Nacional de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (2009). A Conferência LGBT caminha para sua terceira edição e tem se constituído como um espaço de participação social relevante, mobilizando as forças sociais e o Poder Público nas três esferas de governo para o debate e a elaboração de políticas públicas para LGBT, propondo a criação de instâncias de políticas LGBT, conselhos deliberativos e paritários, assim como, unidades gestoras na estrutura administrativa das Prefeituras, Governos Estaduais e no Governo Federal.

Em João Pessoa, compreendemos que o BSH inseriu a pauta LGBT na agenda política local, já que o percurso das políticas para LGBT coincidiram com as discussões do BSH no cenário nacional e municipal, a partir da realização das conferências, da mobilização e articulação do movimento LGBT e da posse do então prefeito Ricardo Coutinho, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), oriundo das lutas sociais ao Governo Municipal (2005).

Esse cenário possibilitou a criação de um Grupo de Trabalho no âmbito da SEDES que resultou na Assessoria de Políticas Públicas para a Diversidade Humana (2005), promovendo em parceria com o movimento LGBT, atividades sociais e educativas com os profissionais da assistência social, educação e saúde. Esta iniciativa da gestão do PSB local sucedeu o fortalecimento da temática LGBT no próprio partido, em nível nacional, o que anteriormente era visível apenas no PT. Com a continuidade da gestão do PSB, o ex-prefeito Luciano Agra, criou a Coordenadoria Municipal de Promoção à Cidadania LGBT e da Igualdade Racial (2012)¹¹⁹. Em continuidade, em 2015, na gestão do atual prefeito Luciano Cartaxo, inicialmente do PT e recentemente no Partido Social Democrático (PSD), foi instituído o Conselho Municipal de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos Humanos de LGBT.

Outra importante conquista do movimento LGBT, motivada no bojo das ações do BSH no município de João Pessoa, assim como pelo país afora, foi o reconhecimento institucional e público do uso do nome social das travestis e transexuais, nas escolas, universidades e repartições públicas, possibilitando as pessoas com identidade de gênero distinta do documento oficial a serem reconhecidas e respeitadas pelo seu nome social e identidade constituída, em especial no ambiente escolar, já que é nele aonde surgem às

¹¹⁹ Criada a partir da Lei nº 12.400/2012, de 05 de julho de 2012. Propositura da ex-vereadora Sandra Marrocos e sancionada pelo ex-prefeito Luciano Agra.

primeiras chacotas e discriminação, causando desconforto e situações vexatórias para as travestis e transexuais, o que resulta em evasão escolar e a busca por outros caminhos.

Em nível local, a partir da normatização de lei, decreto e resolução expedida pela PMJP, Governo do Estado da Paraíba, UFPB e o IFPB, respectivamente, o respeito ao uso do nome social se tornou realidade, embora, ainda necessite de uma ampla divulgação para a sociedade em geral.

Entretanto, os desafios envolvendo o segmento LGBT são inúmeros, sendo a criminalização da homofobia ainda um limite que não foi superado no Brasil, já que o princípio da igualdade preconizado na Constituição Federal continua sendo desrespeitado cotidianamente contra os LGBTs, a partir da violência verbal, psicológica, física e até mesmo assassinatos de homossexuais, resultantes da homofobia, transfobia e do discurso de ódio entrelaçado ao fundamentalismo religioso crescente no Brasil, inclusive no parlamento, com deputados (as) federais e senadores (as) resistentes a elaboração de uma lei que punam os atos homofóbicos no país.

A ameaça à laicidade do Estado brasileiro tem sido constante nos últimos anos, pois ao mesmo tempo em que o movimento social em aliança com partidos políticos e os governos do, em nível nacional e local, conquistaram a ampliação de direitos para LGBTs, enfrentam ameaças de retrocessos face a atuação de fundamentalistas religiosos presentes desde as igrejas, mídia, parlamento estadual e municipal, até o Congresso Nacional.

Foi nesse cenário de mobilizações conservadoras que no âmbito político, essas forças conseguiram frear a política pública no campo da educação para a diversidade LGBT, uma vez que sua pressão política conseguiu que a Presidenta da República atual suspendesse a divulgação de materiais educativos voltados ao enfrentamento à homofobia na escola apoiado pelo MEC. Contudo, não ficou apenas no Poder Executivo, pois o Congresso Nacional retirou as questões étnico-raciais, sexuais e de gênero do Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), o que demonstra que a correlação de forças atual encontra-se desfavorável às políticas para LGBT. Entretanto, os avanços demonstram que o movimento LGBT, apesar das possibilidades de recuos, saiu do lugar de “segmento marginalizado” para o de cidadão ativo, capaz de criar novos direitos, como tem sido comprovado a partir das distintas legislações instituindo o nome social em diversas instituições.

Por outro lado, foi perceptível que o movimento LGBT nacional se fortaleceu nos últimos anos, a partir da estratégia do *advocacy*, em que as políticas para LGBT são discutidas e dialogadas com os (as) gestores públicos. Desta forma foi conquistado o BSH, a concretização de políticas, o financiamento de projetos, a efetivação dos Centros de

Referência de Combate a Homofobia, a criação de coordenadorias e/ou secretarias nos governos municipais e estaduais e recursos financeiros. Além da efetiva participação nas instâncias deliberativas de políticas públicas, como a Conferência Nacional de Educação Básica (2008), Conferência Nacional de Educação (2010; 2014) e os diversos Conselhos de Políticas Públicas.

No entanto, a partir dos dados coletados na pesquisa, notamos que o movimento LGBT local não vem acompanhando as discussões e deliberações das políticas educacionais em João Pessoa, sendo assim, recomendamos a participação no Fórum Municipal e Estadual de Educação, como também a propositura de resolução sobre o nome social e o monitoramento das deliberações no Conselho Municipal e Estadual de Educação, como já acontece em outras capitais, a exemplo do Fórum Municipal de Educação de Curitiba e do Estado do Paraná em que o movimento LGBT participa ativamente.

A partir das considerações acima, entendemos a necessidade de aprofundarmos estudos e pesquisas no tocante as políticas educacionais para analisarmos ações e práticas educacionais e de formação, como os temas discutidos nos formações continuada promovidas por meio do BSH foram de fato introduzidas no ambiente escolar, além de identificar políticas e ações da Secretaria de Educação e Cultura de João Pessoa no enfrentamento a homofobia na escola.

Ao término deste estudo descritivo e analítico, não poderia deixar de refletir a importância acadêmica e política do trabalho para minha vida profissional e cidadã, como militante do movimento LGBT. Se de um lado complexifica a relação sujeito e objeto de pesquisa, por outro, do ponto de vista da pesquisa qualitativa, a atuação confere autoridade de saber, pois direta ou indiretamente estivemos envolvidos nas ações que resultaram na criação dos mecanismos de políticas públicas para população LGBT, em João Pessoa, tanto na PMJP como no Governo do Estado. Este fato foi possibilitado pelo BSH que abriu espaço nas diversas esferas de governo em todo o país. Deste modo, foi possível inovar as ações, programas, colegiados públicos, abrindo espaços políticos nas esferas de governo para os militantes LGBTs ocuparem cargos públicos e políticos, contribuindo, assim, com a proposição, elaboração e execução de políticas para o segmento. Por fim, evidenciamos a importância do movimento LGBT no processo de institucionalização de políticas públicas para a promoção da cidadania LGBT, tendo em vista que os ativistas se envolveram desde a concepção do BSH até a execução das ações nos estados e municípios em busca do reconhecimento da diversidade sexual e do respeito às diferenças, visando à superação do preconceito e da homofobia institucional.

REFERÊNCIAS

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Manual de Comunicação LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** Curitiba: ABGLT, 2010.

_____. **Jornal ABGLT na CONAE 2014.** Brasília: ABGLT, 2014.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventude e Sexualidade.** Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

AGUIRRE, Luis Pérez. **O I Congresso da Rede: os convidados estrangeiros.** Jornal da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos. São Paulo: RBEDH, 1997. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/jornais/edh/br/jornal_edh/j1cong/jornrb.html>. Acesso em: 25 jun. 2015.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na Escola: Assujeitamento e Resistência à Ordem Normativa.** 2012.278f. Tese (Doutorado de Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará (UFCE), Fortaleza/CE, 2012.

ANDRADE, Raisa Albuquerque. **Os Sentidos do Multiculturalismo nas Políticas-Práticas Curriculares no Contexto da Formação do/a Pedagogo/a.** 2013.100f. Dissertação (Mestrado de Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa/PB, 2013.

ASTRAPA – ASSOCIAÇÃO DAS TRAVESTIS DA PARAÍBA. **Cartilha Projeto Resgatando a Cidadania LGBT.** João Pessoa, PB: ASTRAPA, 2007.

AVRITZER, Leonardo (Org.) **Experiências Nacionais de Participação Social.** São Paulo: Cortez, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, Andreia; ARAÚJO, Leila; PEREIRA, Maria Elisabete. **Gênero e Diversidade na Escola: Formação de Professoras/ES em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais.** Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico.** 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A Cidadania Ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular.** São Paulo: Editora Ática, 1996.

BENVENUTTY, Fernanda. **Associação das Travestis da Paraíba – ASTRAPA.** In: GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. **Gênero, diversidade sexual e educação: conceitualização e práticas de direito e políticas públicas.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

BERUTTI, Eliane Borges. **Gays, Lésbicas, Transgenders; o caminho do arco-íris na cultura norte-americana.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BORRILLO, Daniel. **A Homofobia.** In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora. Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres; EdUnB, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Projetos Educacionais Especiais. **Diretrizes para uma Política Educacional em Sexualidade.** Brasília: MEC/SEPESPE, 1994. Disponível em: <<https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/pplgbt-59.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2015.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: Ministério da Educação, 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. **Programa Nacional de Direitos Humanos II.** Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2002.

_____. **Brasil Sem Homofobia:** Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). **Gênero e diversidade sexual na escola:** reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília, 2007a.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007b.

_____. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007c.

_____. **60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Cartilha. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008a.

_____. **Brasil Direitos Humanos, 2008:** A realidade do país aos 60 anos da Declaração Universal. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008b.

_____. **Anais da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008c.

_____. **Conferência Nacional da Educação Básica - CONEB. Documento Final.**

Brasília: Presidência da República, Ministério da Educação, Secretaria Executiva, Secretaria Executiva Adjunta, Comissão Organizadora da Conferência Nacional da Educação Básica, 2008d.

_____. **Folder LGBT no Brasil.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009a.

_____. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT**

Brasília: Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009b.

_____. **Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3.** Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2010a.

_____. **Conferência Nacional de Educação - CONAE. Documento Final.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Executiva, Secretaria Executiva Adjunta, Comissão Organizadora Nacional da CONAE, 2010b.

_____. **Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil no Brasil: ano 2012.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Presidência da República, 2012. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

_____. **Conferência Nacional de Educação – CONAE 2014. Documento Final.** Brasília: Fórum Nacional de Educação, 2014.

BRELÁZ, Gabriela de. **Advocacy das Organizações da Sociedade Civil: Principais Descobertas de um Estudo Comparativo entre Brasil e Estados Unidos.** In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-A1916.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2015

CAPPELLETTI JÚNIOR, Milton. **UFPB promove Jornadas Cidadania LGBT em Areia e Bananeiras.** Disponível em: <http://www.agencia.ufpb.br/ver.php?pk_noticia=8454>. Acesso em: 07 nov. 2015.

CAVALCANTE, Simone (Org.). **GLBT à Luz dos Direitos Humanos: João Pessoa Respeitando a Diversidade.** João Pessoa: Prefeitura Municipal de João Pessoa; Secretaria de Desenvolvimento Social, 2008.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais.** 5 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

CIRINO, Thaís. Ampliação de direitos para homossexuais. **Jornal O Norte**, João Pessoa, 12 set. 2009.

CM8M – CENTRO DA MULHER 8 DE MARÇO. **Relatório do Projeto Por uma Pedagogia da Igualdade: Novos Saberes sobre a Diversidade e a Igualdade na Escola.** João Pessoa, PB, 2009, 04 p.

CORRÊA, Sônia. **O percurso global dos direitos sexuais: entre “margens” e “centros”**. Bagoas: Revista de Estudos Gays da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. V.3, nº 4, jan/jun.2009. Natal: EDUFRN, 2009.

_____. **Os princípios de Yogyakarta e sua relevância no contexto brasileiro**. Revista dos Direitos Humanos da População LGBT. Edição Especial. Dez. 2011. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2011.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. Trad. de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola, 2005.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. *In*: DAGNINO, Evelina (Org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DANILIAUSKAS, Marcelo. **Relações de Gênero, Diversidade sexual e Políticas Públicas de Educação: uma análise do Programa Brasil sem Homofobia**. 2011. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2011.

DOURADO, Luiz Fernando. Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios. **Revista Educação & Sociedade**. Campinas/SP, v. 36 n. 131 abr./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v36n131/1678-4626-es-36-131-00299.pdf>>. Acessado em: 01 fev. 2016.

DUARTE, Tereza. Portaria assegura direitos aos travestis e transexuais. **Jornal A União**, João Pessoa, 12 set. 2009.

ESTRUTURAÇÃO – GRUPO LGBT DE BRASÍLIA. **Revista Memória Encontro Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros**. Brasília: Estruturação, 2005.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cadernos AEL: homossexualidade, sociedade, movimento e lutas**, Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 10, nº 18/19, p. 79-123, 2003.

_____. **Sopa de Letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FERNANDEZ, Osvaldo. **Homossexuais, cidadania e direitos humanos no Brasil**. *In*: VENTURI, Gustavo (Org.). **Direitos Humanos: percepções da opinião pública: análises de pesquisa nacional**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI: o minidicionário da língua portuguesa**. 5ª ed. Ver. Ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Projeto Direitos Humanos e Cidadania Homossexual**. João Pessoa, PB. 2008, 09 p.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbsa. **Análise de Conteúdo. 3ª Edição**. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

FRANCO, Maria Helena; RACY, Vera Lúcia Simonetti. **Caderno Escola sem Homofobia**. São Paulo: ABGLT; Pathfinder; ECOS, Reprolatina, 2009.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

FRY, Peter. **Apresentação**. In: SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

GARRETT, Annette Marie. **A Entrevista, seus princípios e métodos**. Tradução de Maira de Mesquita Sampaio. 10 ed. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1991.

GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. **Gênero, diversidade sexual e educação: conceituação e práticas de direito e políticas públicas**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyla, 1997.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16 n. 47 mai.-ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

GOMES, José Cleudo. Avanços e Limites das Políticas para LGBT: um panorama do Estado da Paraíba (2009-2010). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE EXCLUSÃO, INCLUSÃO E DIVERSIDADE, 2., 2011, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2011. 1 CD-ROM.

_____. **Quando o professor é o alvo da homofobia: análise de efeitos de uma formação docente**. 2013. 84 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

GOMES, José Cleudo; MORAES, Renildo Lúcio de; SILVA, Gleidson Marques. A Adoção Institucional do uso do Nome Social das Travestis e Transexuais. In: III SEMINÁRIO NACIONAL DE GÊNERO E PRÁTICAS CULTURAIS, 3.; 2011, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2011. 1 CD-ROM.

GREEN, James Naylor. **Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. A Luta pela Igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. **Cadernos AEL: homossexualidade, sociedade, movimento e lutas**, Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 10, nº 18/19, p. 13-44, 2003.

_____. **O AI-5 atrasou por anos o movimento gay no Brasil**. Entrevista concedida a Tatiana Merlino. Revista Carta Capital. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-ai-5-atrasou-por-anos-o-movimento-gay-no-brasil-5222.html>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. **Curso: A Equidade de Gênero e a Diversidade Sexual no Currículo Escolar – Relatório Final**. João Pessoa, PB, 2011, 72 p. (Mimeo).

HOWES, Robert. João Antônio Mascarenhas (1927-1998): pioneiro do ativismo homossexual no Brasil. **Cadernos AEL: homossexualidade, sociedade, movimento e lutas**, Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 10, nº 18/19, p. 287-314, 2003.

IFPB. Resolução nº 28/2012, de 06 de março de 2012. Dispõe sobre Regulamento da Inclusão do Nome Social de Travestis e Transexuais nos Registros dos Servidores Públicos Federais e nos Registros Acadêmicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. João Pessoa: Conselho Superior, 2012.

JOÃO PESSOA (Capital). Secretaria de Desenvolvimento Social. **Relatório Síntese de Ações Realizadas pela Prefeitura Municipal de João Pessoa**. João Pessoa, PB, 2008a, 05 p.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Social. **Relatório do Grupo de Trabalho da Diversidade Humana (2005-2008)**. João Pessoa, PB, 2008b, 11 p.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Social. **Relatório Financeiro do Projeto GLBT à Luz dos Direitos Humanos – João Pessoa Respeitando a Diversidade**. João Pessoa, PB, 2009, 04 p.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Políticas de educação para a diversidade sexual: escola como lugar de direitos**. In: *Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio*. LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora (Orgs). Brasília: Letras Livres; EdUnB, 2009a.

_____. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In: **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. JUNQUEIRA, Rogério Diniz. (Org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009b.

LÁZARO, André. **Diversidade e Direito à Educação: lutas, conquistas, desafios**. In: GENTILI, Pablo (Org.). **Política Educacional, Cidadania e Conquistas Democráticas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. **Pedagogias da Sexualidade**. In: _____. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACRAE, Edward. **Os respeitáveis militantes e as bichas loucas**. In: COLLING, Leandro (Org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: EDUFBA, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MARSIAJ, Juan P. Pereira. Gays ricos e bicas pobres: desenvolvimento, desigualdade socioeconômica e homossexualidade. *In: Cadernos AEL: homossexualidade, sociedade, movimento e lutas*, Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 10, nº 18/19, p. 129-145, 2003.

MAZZON, José Áfono (Coord.) **Relatório Analítico Final da Pesquisa sobre Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar**. Brasília: MEC/INEP; São Paulo, 2009.

MEL. A Colmeia: boletim informativo do Movimento do Espírito Lilás. João Pessoa: MEL, n. 4, mar./abr., 2005. 8 p.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. **Por onde andam as Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil**. *In: Revista Sociedade e Estado*, v. 27, nº 2, p. 289-312, mai/ago, 2012.

MELLO NETO, José Baptista de. AGNOLETTI, Michelle Barbosa. **Dignidade Sexual e Diversidade Humana: cidadania e respeito para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTT)**. *In: ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; DIAS, Adelaide Alves. (Orgs.). Direitos Humanos: capacitação de educadores*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOTT, Luiz. **Relatório 2014 dos Assassinatos de Homossexuais (LGBT) no Brasil**. 2015. Disponível em <https://homofobiamata.wordpress.com>. Acessado em 15 mar. 2015.

MOVIMENTO D'ELLAS. **Direitos Humanos e contribuições a cidadania homossexual**. Rio de Janeiro: Movimento D'ELLAS, 2005.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. Uma política travesti: notas etnográficas sobre a campanha eleitoral de Fernanda Benvenutty na Paraíba. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 35., 2011, Caxambu/MG. **Anais Eletrônicos...** Caxambu/MG, ANPOS, 2011. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=998&Itemid=353>. Acesso em: 12 dez. 2015.

OKITA, Hiro. **Homossexualidade: da opressão à libertação**. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

OLIVEIRA, José Rômulo Gondim. **A Política Nacional de Educação para a Diversidade**. *In: GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. Gênero, diversidade sexual e educação: conceituação e práticas de direito e políticas públicas*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

OLIVEIRA, Thiago de Lima. **Levantar Bandeira e Dar Pinta: elementos para uma historiografia do movimento LGBTT na Paraíba**. João Pessoa, 2014. (Mimeo).

PAMPLONA, Renata Silva. **O Kit Anti-Homofobia e os Discursos sobre Diversidade Sexual**. 2012. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos/SP, 2012.

PAULA, Bruna Vieira de. **Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero: a resolução do Conselho de Direitos Humanos da ONU**. Revista dos Direitos Humanos da População LGBT. Edição Especial. Dez. 2011. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2011.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana; **Preconceitos contra homossexualidade: a hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez, 2008.

REIS, Antonio Luiz Martins dos. **O Silêncio está gritando**: um estudo qualitativo no ensino fundamental de escolas públicas em Curitiba, Paraná. 2010. 318 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidad de La Empresa, Montevideú, 2012a.

_____. **Avanços e Desafios para os Direitos Humanos das Pessoas LGBT**. In: VIEIRA, Tereza Rodrigues (Org.). **Minorias Sexuais: direitos e preconceitos**. Brasília: Editora Consulex, 2012b.

_____. **A “ideologia de gênero”, a equidade e os planos de educação**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/a-ideologia-de-genero-a-equidade-e-os-planos-de-educacao>>. Acessado em: 01 dez. 2015.

ROSSI, Alexandre José. **Avanços e Limites da Política de combate à Homofobia: uma análise do processo de implementação das ações para a educação do Programa Brasil sem Homofobia**. 2010. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2010.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos**. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, Maria Izabel Valladão de (Orgs). **O estudo da política: tópicos selecionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

_____. **Políticas Públicas**. Especialização em Gestão Pública Municipal. 2 ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.

SCHWANDT, Thomas A. **Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social**. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S.; Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SILVA, Virgínia de Oliveira. **Escola sem Preconceitos (Vídeo Didático Experimental, 74', 2012) – Direção Pedro Nunes**. In: Revista Teias v. 14, n. 31, p. 255-259, maio/ago, 2013.

SILVA, Analise de Jesus. **‘Incluir o ensino privado nos 10% que serão investidos em educação foi um retrocesso’, diz professora da UFMG sobre o novo PNE**. Entrevista concedida a Luana Macieira. Portal UFMG. 2014. Disponível em:

<https://www.ufmg.br/online/arquivos/034371.shtml> Acessado em: 01dez. 2015.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOUSA, Valquíria Alencar de. **A Trajetória do Movimento Feminista na Paraíba.** *In:* GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. **Gênero, diversidade sexual e educação: conceituação e práticas de direito e políticas públicas.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

SOUSA, Valquíria Alencar de; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Por uma educação não-sexista.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

TARGINO, Adneuse. **Grupo de Mulheres Maria Quitéria.** *In:* GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. **Gênero, diversidade sexual e educação: conceituação e práticas de direito e políticas públicas.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

TORRES, Marco Antonio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na Escola.** Belo Horizonte: Editora Autêntica; Ouro Preto/MG: UFOP, 2010.

UFPB. Resolução nº 39/2013, de 30 de outubro de 2013. Aprova a utilização do nome social por Discentes, Servidores Técnico-Administrativos e Docentes no âmbito da Universidade Federal da Paraíba e dá outras providências. João Pessoa: CONSUNI-UFPB, 2013.

VÁZQUEZ, Daniel e DELAPLACE, Domitile. Políticas públicas na perspectiva dos direitos humanos: um campo em construção. **Revista Internacional de Direitos Humanos/Sur- rede universitária de direitos humanos**, São Paulo: Conectas, v.1, n.1, p. 35-65, jan. 2004.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção coletiva. *In:* _____. **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível.** 14a edição. Campinas/SP: Papirus, 2002. Disponível em: <http://www.ifsertao-pe.edu.br/salgueiro/images/PPP/texto_sobre_ppp_da_escola_uma%20construcao_%20coletiva_ilma%20veiga.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2015.

VIANNA, Cláudia; CAVALEIRO, Maria Cristina. Políticas Públicas de Educação e Diversidade: gênero e (homo) sexualidades. **Revista Gênero.** Niterói, v.12, n.2, p. 27-45, 1. sem. 2011. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/413/307>>. Acesso em: 13 mai. 2015.

VIENA, **Declaração e Programa de Ação de Viena – Conferência Mundial dos Direitos Humanos.** 1993. Disponível em: <www.cedin.com.br>. Acesso em: 21 abr. 2015.

VIEIRA, Luciano Bezerra. **Movimento do Espírito Lilás – MEL: 10 anos de resistência contra a homofobia na Paraíba.** 2002. 50 f. Monografia (Especialização em Direitos Humanos) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

_____. **O Movimento do Espírito Lilás na Paraíba: lutas e resistências.** *In:* GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. **Gênero, diversidade sexual e educação: conceituação e práticas de direito e políticas públicas.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

_____. **Movimento do Espírito Lilás – Mel (1992 – 2015): um breve histórico.** João Pessoa, 2015. (Mimeo).

VIEIRA, Helena. **Onde estavam as travestis durante a Ditadura?** Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/osentendidos/2015/04/05/onde-estavam-travestis-durante-ditadura/>>. Acesso em: 11 mai. 2015

ZANATTA, Eliane Marques. Documento e Identidade: o movimento homossexual no Brasil na década de 80. **Cadernos AEL: arquivos e memórias**, Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 3, nº 5/6, p. 193-220, 1996.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. **Políticas de Extensão Universitária e a Disputa pela Hegemonia: a questão dos direitos humanos na UFPB**. 2010. 394 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Educação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DA ENTREVISTA COM MILITANTES

- 1 – Fale um pouco sobre sua trajetória de militância no Movimento LGBT?
- 2 – Qual a pauta de reivindicações do Movimento LGBT nos últimos anos?
- 3 – Qual a relação do Movimento LGBT com as políticas públicas?
- 4 – O Movimento LGBT participou da formulação do Programa Brasil sem Homofobia? De forma?
- 5 - Qual os efeitos do Programa Brasil sem Homofobia para movimento LGBT?
- 6 - Você identifica alguma ação ou projeto que foi desenvolvido em João Pessoa ou no Estado da Paraíba, a partir do Programa Brasil sem Homofobia? Quais? Como foram realizadas? Com quem?
- 7 – No campo da educação, foi realizada alguma ação educativa no enfrentamento a homofobia, a partir do Programa BSH?
- 8 - Você participou de alguma ação de educação promovida ou financiada pelo Programa Brasil sem Homofobia? Qual?
- 9 – Como você analisa o papel da gestão pública com a população LGBT?
- 10 – Quais os avanços e desafios das políticas educacionais para a população LGBT?
- 11 – O BSH foi lançado em 2004, após estes 10 anos, como você avalia este programa?

APÊNDICE B – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DA ENTREVISTA COM ASSESSORES LGBT

1 – Fale um pouco sobre sua trajetória profissional nesta instituição (IES ou Instâncias do Poder Público)?

2 - Qual o trabalho desenvolvido pela instituição para a população LGBT? Por que a instituição realizou ações voltadas para a população LGBT?

3 - Quais as ações educativas que foram desenvolvidas para o enfrentamento a homofobia?

4 – Quais os efeitos destas ações na instituição? Como você analisa o papel desta instituição na implementação das ações do Programa Brasil sem Homofobia? Quais foram os principais desafios?

5 - Você participou de alguma ação de educação promovida ou financiada pelo Programa Brasil sem Homofobia? Qual?

6 - Qual o público destas ações? Como ocorreu a participação do público atendido pela instituição nas ações? E como eram realizadas?

7 – Como se deu a participação do movimento LGBT no planejamento e execução destas ações?

8 – Quais os avanços e desafios das políticas educacionais para a população LGBT?

9 - O BSH foi lançado em 2004, após estes 10 anos, como você avalia este programa?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO

Esta pesquisa é sobre **DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO E CIDADANIA LGBT: A TRANSVERSALIDADE DO PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA E SUAS INTERFACES NA CIDADE DE JOÃO PESSOA (2003-2011)** e está sendo desenvolvida por **JOSÉ CLEUDO GOMES**, aluno do mestrado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da **PROF^a. DR^a. MARIA DE NAZARÉ TAVARES ZENAIDE**.

O objetivo do estudo é analisar o processo de implementação do Programa Brasil sem Homofobia à luz das políticas educacionais no município de João Pessoa (2003-2011), a sua transversalidade com as políticas públicas e as interfaces com o movimento LGBT.

A finalidade deste trabalho é contribuir para a promoção da cidadania LGBT e a desconstrução de paradigmas marcados em nossa sociedade pelo padrão heteronormativo, dando visibilidade às políticas educacionais desenvolvidas pelo Programa Brasil sem Homofobia.

Solicitamos a sua colaboração para entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos acadêmicos e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde.

De acordo com a Resolução nº 466/12 da CONEP/MS, considera-se que toda pesquisa envolvendo seres humanos envolve risco. Entretanto este estudo emprega técnicas de pesquisa em que não se realiza nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas ou psicológicas e sociais dos indivíduos que participam da pesquisa, entre os quais se consideram: questionários, entrevistas, revisão bibliográfica e documental, nos quais não se identifique nem seja invasivo à intimidade do indivíduo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, não é obrigado/a a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

O pesquisador está a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido/a e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

João Pessoa/PB, _____ de _____ de 2015.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor entrar em contato com o pesquisador:

Endereço: Rua Por do Sol de Jacaré, 29 – Colinas do Sul - CEP: 58.069-539 - João Pessoa/PB
☎ (83) 8814-7412 – E-mail: cleudogomes@hotmail.com

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB
☎ (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

ANEXO

ANEXO A – CERTIDÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

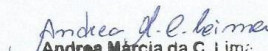


UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

CERTIDÃO

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou por unanimidade na 3ª Reunião realizada no dia 23/04/2015, o Projeto de pesquisa intitulado: **“DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO E CIDADANIA LGBT: A TRANSVERSALIDADE DO PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA E SUAS INTERFACES NA CIDADE DE JOÃO PESSOA (2003 – 2011)”**, do pesquisador José Cleudo Gomes. Protocolo 013/15. CAAE: 39989314.7.0000.5188.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à apresentação do resumo do estudo proposto à apreciação do Comitê.


Andrea Márcia da C. Lima
Mat. SIAPE 1117510
Secretária do CEP-CCS-UFPE